



*Instituto de Previdência
do Servidor Municipal
de Diadema*

Relatório de Governança Corporativa 2023



Janeiro de 2024

ÍNDICE

<u>APRESENTAÇÃO</u>	3
<u>O IPRED</u>	3
<u>ADMINISTRAÇÃO</u>	4
<u>RPPS – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL</u>	43
<u>FINANCEIRO</u>	44
<u>EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL</u>	60
<u>AÇÕES REALIZADAS PELO RPPS EM 2023</u>	64
<u>APROVAÇÃO PELOS ÓRGÃOS COLEGIADOS</u>	64



Apresentação

O relatório de Governança Corporativa é uma forma de prestação de contas aos segurados e à sociedade, e reforça o compromisso do RPPS com a transparência.

Com esta 5ª edição de nosso relatório de Governança temos como objetivo destacar a atuação e os resultados da Gestão do IPRED, que se empenha em proporcionar qualidade na prestação dos serviços e das informações aos nossos segurados. Esperamos desta forma oferecer mais transparência em nossa atuação, destacando sempre a importância do IPRED como entidade sólida no sistema previdenciário dos RPPS no Brasil.

Esta edição apresenta o resultado das ações realizadas em 2023.

O IPRED

O Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Diadema – IPRED, entidade autárquica, com personalidade jurídica própria de direito público e com autonomia patrimonial, financeira e administrativa, criado pela Lei Complementar nº 35, de 13 de janeiro de 1995, é o órgão gestor do RPPS.

Compete ao IPRED:

- I. deferir, mediante o devido processo legal e quando for de direito, as solicitações de aposentadoria e pensão apresentadas pelos segurados ou seus dependentes, respectivamente;
- II. Assegurar o pagamento dos proventos de aposentadoria aos segurados ou o benefício de pensão por morte aos respectivos beneficiários;

O IPRED é composto pelos seguintes órgãos:

- I. Diretoria Executiva;
- II. Conselho Deliberativo;
- III. Conselho Fiscal.



Sede do IPRED

Endereço: Rua Orense, 41, 17º andar, Vila Conceição, Diadema



Telefone: (11) 4043-3779

E-mail: ouvidoria@ipreddiadema.sp.gov.br

Atendimento ao público: De segunda a sexta-feira, das 8 às 17h

Administração

• Conselho Deliberativo

Além do controle, deliberação e orientação administrativa do IPRED, compete ao Conselho Deliberativo decidir sobre as seguintes matérias:

- I. aprovação dos cálculos atuariais para a manutenção de todos os planos mantidos pelo RPPSD;
- II. aceitação de doações, com ou sem encargos;
- III. plano normativo de aplicação do patrimônio;
- IV. Aquisição e alienação de bens imóveis, constituição de ônus ou direitos reais sobre estes e imobilização de recursos do IPRED;
- V. Relatório anual após a apreciação de auditores independentes, para posterior encaminhamento à Câmara Municipal;
- VI. Aprovação do orçamento-programa anual do IPRED, para apreciação do Poder Executivo e consolidação ao projeto de lei a ser encaminhado à Câmara Municipal;
- VII. recursos interpostos por segurados de decisões da Diretoria Executiva;
- VIII. Determinação de inspeções, auditoria ou tomadas de contas, sendo-lhe facultado confiá-los a peritos estranhos ao IPRED;
- IX. Exercer as funções de fiscalização;
- X. Acompanhamento da execução orçamentária mensal;
- XI. Prestação de contas bimestral;
- XII. Deliberar sobre decisões da Diretoria Executiva que não foram unânimes, excetuando-se aquelas de competência exclusiva de cada Diretor definidas nesta Lei, referendando-as ou rejeitando-as, desde que seja apresentado recurso por algum Diretor ao Conselho Deliberativo;
- XIII. Sugerir ao Diretor Superintendente, ao Prefeito Municipal, ou de quem for a competência, a abertura de sindicância e a suspensão preventiva de qualquer Diretor, Chefe ou servidor do IPRED, por motivo de irregularidades administrativas, não cumprimento das determinações emanadas pelo Conselho Deliberativo, mau desempenho de suas funções, que causem lesões ao patrimônio e fundos do IPRED, de conformidade com o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Diadema;
- XIV. Solicitar ao Diretor Superintendente a convocação de reuniões dos segurados, de natureza consultiva;
- XV. Doações, empréstimos e bens móveis.

A composição do Conselho Deliberativo, integrado por 12 (doze) membros, necessariamente segurados, será paritária, sendo um presidente, e os demais conselheiros, nomeados pelo Prefeito, obedecidos os seguintes critérios:

- I.04 (quatro) conselheiros eleitos diretamente pelos segurados, entre seus pares, nos termos dos artigos 103 e 104;
- II.05 (cinco) conselheiros indicados pelo Prefeito, representando o Poder Executivo;
- III.01 (um) conselheiro indicado pelo Presidente da Câmara Municipal, representando o Poder Legislativo;
- IV.01 (um) conselheiro eleito pelos segurados inativos, nos termos dos artigos 103 e 104;
- V.01 (um) conselheiro indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos de Diadema, representando a entidade.

As principais ocorrências e deliberações do Conselho Deliberativo, no ano de 2022, foram as seguintes:

Ata reunião ordinária 14 de fevereiro de 2023.

PAUTA:

1. Apresentação do secretário de finanças PMD- previsão financeira para 2023 e balanço das para incremento de receita.



2. Prestação de Contas do 6º bimestre/2022;
3. Apresentação da carteira de Investimentos 4º trimestre/2022;
4. Relatório de Governança 2022;
5. Plano de ação para 2023.
6. Proposta de calendário anual de reuniões do conselho.

1 - Apresentação do Secretário de Finanças

Estruturalmente do ponto de vista das finanças públicas, Diadema tem uma situação muito difícil, tanto a Administração Direta a quem compete diretamente fazer a gestão e acompanhar essa situação, como do IPRED. Essa situação não foi criada por essa administração, já encontramos isso em 01/01/2021.

A Apresentação se divide em: Principais receitas da prefeitura que tem um peso mais importante no conjunto da arrecadação, em segundo lugar as receitas que servem de base de cálculo para a aplicação do ensino de acordo com o artigo 212 da CF, e que é a mesma base de cálculo para aplicação da Saúde; demais receitas correntes; algumas receitas vinculadas que são importantes também serão apresentadas no último bloco; agregado das receitas de capital; as deduções do FUNDEB e por fim as receitas após as deduções.

No ano de 2022 a nossa receita teve um incremento de 16,1%, valor acima da variação da inflação, melhor que o resultado em 2021, que foi mais próximo da variação da inflação.

Nos últimos 6 – 7 anos a receita de Diadema ficou estagnada. Não é possível romper uma estagnação como essa, de um período tão grande, é um processo lento de recuperação da receita, mas essa recuperação é uma de nossas metas e que no ano de 2022 já começamos a dar um primeiro passo nesse processo. Essa recuperação é importante, pois estabelece as possibilidades de termos capacidade de financiamento das políticas públicas de maneira geral e de compromissos e obrigações que independem de quem está na gestão, pois são compromissos e obrigações contratuais, entre elas, por exemplo, os termos de acordo de dívida que nosso maior credor é o IPRED. Isso dificulta muito a nossa equação financeira. Tínhamos uma dívida, que inclusive se refletia em nossa dívida de curto prazo, com fornecedores desde 2017, como despesas que estavam empenhadas e não pagas junto ao IPRED, em termos de acordos e contribuições patronais. Demoramos a fazer a renegociação dos termos de acordo, e os que foram possíveis, estendemos o prazo durante o primeiro ano de 2021, e que depois foram formalizados junto a Secretaria da Previdência, mas ainda assim, temos uma situação estruturalmente falando, muito complicada. À medida que eu melhoro a RCL, crio condições para que a prefeitura possa contratar novos funcionários, como a RCL é a base de cálculo para estabelecer o limite de gastos de pessoal, se eu não aumento a receita, chegamos nos limites de alerta, como em 2019 e 2020, com essas contratações possibilita aumentar a própria receita do IPRED, com aumento da contribuição patronal e dos servidores.

O IR teve um aumento de 36,9%, boa parte desse percentual, foi em decorrência da implementação a partir de agosto, de uma nova sistemática de dedução de imposto de renda na fonte. Contratamos um consultor que em um mês fez um treinamento conosco e tomando por base as instruções da Receita Federal, nas contratações de serviços e bens e consumo e investimentos, pode deduzir IR desses fornecedores que não vínhamos deduzindo. No ano de 2023 o impacto será pleno, pois serão 12 meses com essa nova sistemática.

Outro item que estamos fazendo um trabalho sério é sobre o ISS, tanto da sonegação como evasão fiscal. Envolve uma interface com o Governo federal nos cadastros de contribuintes do simples, tem muita MEI cadastrada junto ao Governo Federal para ter CNPJ, mas não fez o cadastro no município. Fizemos um levantamento e cruzamos os dados e temos milhares de empresas nessa situação. Começamos um trabalho gradativo, pois também enfrentamos falta de pessoal na fiscalização, e outras ações, que eu chamaria de inteligência fiscal, pra buscar uma curva ABC de possibilidades, conseguimos um incremento bastante importante nesse ano de 2022.

A dívida ativa do IPTU ficou abaixo do que arrecadamos em 2021, mas esse é um dos problemas que nós tivemos, se somarmos a dívida ativa do ISS que ficou maior, tivemos um resultado positivo de R\$ 1,5 milhão em dívida ativa.

Esse foi um ponto que não conseguimos avançar em 2022, por conta de inúmeros problemas, desde sistema até a geração das cartas do correio de forma automática, as cartas chegaram somente em dezembro, que foi o mês recorde de arrecadação de cobrança de dívida ativa desde 2018, onde arrecadamos R\$ 5 milhões. Para sanar esses problemas nas etapas da cobrança, estamos assinando contrato de assessoria nas ações de cobrança, que nos assessorará operacionalmente nas ações de cobrança de dívida ativa, de cobrança amigável e de inadimplência de tributos. Teremos Call Center que manterá contato direto com os contribuintes, pois nossa Central de atendimento



não consegue dar conta de mais essa atribuição.

As transferências - é importante destacar que a arrecadação do o FPM não depende de nós, é uma transferência do Governo Federal. O IPVA também teve um comportamento bastante positivo e o ICMS teve um comportamento positivo, mas abaixo do esperado. O que jogou pra baixo o ICMS foi a decisão do Governo Federal a partir da metade do ano passado, e acatada pelos Governadores, de reduzir a alíquota de Energia e Combustíveis, foi falado que teríamos uma compensação até o final de dezembro de 2022 que foi menor do que a perda de receita, pois a compensação guardava relação direta com aquilo que o Estado pagava de dívida para o Governo Federal, eram compensações com variáveis diferentes. A partir de 2024 não teremos compensação, mas houve uma decisão que postergou essa medida onde teremos essa compensação de forma insuficiente ainda acontecendo. Temos dois meses de 2023 onde estamos patinando com o ICMS.

FUNDEB teve um desempenho positivo, mas o SUS teve uma queda muito expressiva, sejam do Governo Federal ou Estadual para Diadema, tiveram uma queda de 9,1%, que representou R\$ 11 milhões a menos. Essa queda significa que teríamos que destinar R\$ 11 milhões para a Saúde com recursos do município. Em 2022 atingimos uma aplicação de 37% dos recursos próprios com Saúde. No ano anterior tinha sido 34%.

CIP – tivemos uma ação de 2021 para 2022 de revisão dessa receita, e a taxa de coleta de lixo teve um incremento inicial.

Quanto ao item de aplicações financeiras, implementamos em 2022 uma política de organizar nosso fluxo de caixa, fazíamos pagamentos diários das despesas. Estabelecemos datas quinzenais de pagamento, o que permite deixar uma parte dos recursos com maior remuneração, o que melhorou o resultado de nossas aplicações financeiras em 2022 com relação a 2021, onde nos primeiros meses tínhamos um volume de despesas vencidas.

Outro item que teve uma contribuição expressiva para nossa arrecadação foram as demais receitas correntes no valor de R\$ 97 milhões, onde conseguimos vender a folha de pagamento para o Bradesco por mais 05 anos no valor de R\$ 22 milhões.

A Receita de Capital foi baixa, ficou abaixo do ano anterior, e fechamos em R\$ 1,489 bilhões a receita total da Prefeitura, que foi de 16% maior em relação a 2021.

Receita Dezembro/22

Receita PMD - Principais Itens - Comparativo Acumulado - dez/22

Posição: 05/01/2023

Itens da Receita	Comparativo Acumulado 2021 - 2022			
	jan-dez/21	jan-dez/22	Dif. 22-21	Varição 22/21
Receita Corrente	1.383,45	1.602,82	219,37	15,9%
Receita Base de Cálculo: (I + II + III)	938,73	1.065,73	127,00	13,5%
Impostos (II)	395,35	453,20	57,86	14,6%
IR	61,72	84,49	22,78	36,9%
IP TU	175,21	190,87	15,65	8,9%
ITBI	26,69	25,07	-1,62	-6,1%
ISS	103,14	122,50	19,36	18,8%
IP TU - Dívida Ativa	22,37	21,47	-0,91	-4,0%
ITBI - Dívida Ativa	0,02	0,015	0,00	0,0%
ISS - Dívida Ativa	6,19	8,79	2,59	41,9%
Transferências Constitucionais Federais/Estaduais (III)	543,39	612,53	69,14	12,7%
FPM-Cota-Parte	95,30	119,82	24,52	25,7%
ITR - Cota-Parte	0,00	0,00	0,00	0,0%
ICMS - Cota-Parte	392,99	425,82	32,83	8,4%
IPVA - Cota-Parte	52,15	64,34	12,19	23,4%
IPI - Cota-Parte	2,94	2,54	-0,40	-13,5%
Outras Receitas Correntes	444,72	537,09	92,37	20,8%
FUNDEB	179,71	204,97	25,26	14,1%
FNDE-SAL EDUC.	21,87	25,66	3,79	17,3%
SUS FEDERAL	120,74	109,80	-10,94	-9,1%
CIP	14,50	18,19	3,69	25,4%
Taxa de Coleta de Lixo	13,86	17,78	3,92	28,3%
Demais Taxas	5,57	7,35	1,78	32,0%
Multa de Trânsito	29,73	35,74	6,01	20,2%
Receita de Aplicação Financeira	6,41	19,80	13,39	209,0%
Demais Receitas Correntes	52,34	97,81	45,46	86,9%
Receitas de Capital	6,88	6,45	-0,43	-6,3%
Deduções FUNDEB	-107,22	-119,85	-12,62	11,8%
Receita Total após as Deduções	1.283,11	1.489,43	206,31	16,1%

Fonte: Secretaria de Finanças/Prefeitura de Diadema



Aqui queremos mostrar o resultado consolidado no qual o IPRED está inserido, na última coluna é a consolidação do resultado do município.



Apuração Preliminar do Superávit/Déficit do exercício de 2022

CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO DE 2022						
DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT - DO EXERCÍCIO DE 2022 - CONSOLIDADO						
Item	PMD	Fundação	ETCD	IPRED	Câmara	Total
Receita Realizada	1.489.425.062,26	57.340,95	0,00	183.025.281,57	0,00	1.672.507.684,78
Despesa Empenhada	1.487.673.409,16	6.882.139,73	273.259,58	226.866.084,00	37.547.571,27	1.759.242.463,74
Interferência Financeira: Recebida		6.908.000,00	273.281,58		43.000.000,00	50.181.281,58
Interferência Financeira: Devolvida		51.768,59	22,00		5.816.878,35	5.868.668,94
Interferência Financeira: (Concedida)	50.181.281,58					50.181.281,58
Fundação	6.908.000,00					6.908.000,00
ETCD	273.281,58					273.281,58
Câmara	43.000.000,00					43.000.000,00
Interferência Financeira: (Devolvida)	5.868.668,94					5.868.668,94
Fundação	51.768,59					51.768,59
ETCD	22,00					22,00
Câmara	5.816.878,35					5.816.878,35
Superávit/Déficit	-42.560.959,54	31.432,63	0,00	-43.840.802,43	-364.449,62	-86.734.778,96
% Superávit ou Déficit/Receita	-2,86%	0,45%	0,00%	-23,95%	-0,85%	-5,19%

Nota Explicativa:
*A PMD deixou de empenhar o valor de R\$ 18.367.821,03 - referente a Parcelamento (Divida) do IPRED no Exercício de 2022.
*Devolução de saldo financeiro referente a restos a pagar de 2021, CÂMARA no valor de R\$ 364.499,62
*Devolução de saldo financeiro referente a restos a pagar de 2021, FUNDAÇÃO FLORESTAN FERNANDES no valor de R\$ 1.904,28
Fonte: Secretaria de Finanças/Prefeitura de Diadema

PREFEITURA DE
DIADEMA
Finanças

A Prefeitura terminou 2022 com R\$ 42,5 milhões de déficit que correspondeu a 2,86% daquilo que era Receita da Administração Direta. Teve uma receita de R\$ 1,489 bi contra despesa empenhada de R\$ 1,487 bi. As interferências financeiras, despesas que não são empenhadas - receitas transferidas para a Administração Indireta – FFF, ETCD e Câmara Municipal, no valor de R\$ 50 milhões. Tivemos uma devolução de recursos da Câmara Municipal no valor de R\$ 5,816 milhões. OS dois principais componentes do resultado consolidado da Prefeitura: Administração Direta e o Ipred, que teve um déficit de R\$ 43,8 milhões. Total consolidado da Prefeitura é de R\$ 86,7 milhões de déficit que corresponde a 5,02% do total das receitas, e está no limite do que o TCESP aceita em suas análises. Metade desse resultado negativo veio da Administração Direta e a outra metade veio do IPRED. Esse resultado do IPRED veio daquilo que a Prefeitura tinha que pagar com relação aos parcelamentos e não pagou. A situação do IPRED faz parte da situação geral da Prefeitura, nós não podemos fazer uma separação. O IPRED tem um problema de fluxo de caixa combinado com a necessidade atuarial para décadas, por isso a equação é mais complexa.

1.1-Previsão financeira para 2023

Quero mostrar como está nossa previsão financeira para 2023. Dando continuidade ao trabalho de recuperação da Receita, tivemos outras ações. Alterações na legislação tributária foram aprovadas e começarão a valer a partir de abril de 2023, a implantação da segunda etapa de mudanças referentes ao IPTU que teve início em 2021: a questão da taxa de lixo que tivemos que cumprir a legislação federal que determina a arrecadação da taxa de resíduos sólidos, que tem que cobrir os gastos com coleta e destinação do aterro, mas não vamos conseguir chegar nesse valor em 2023. Faremos gradualmente o ajuste dessa taxa que a partir desse ano será cobrada na conta de água de uma maneira planejada, tivemos reuniões com a SABESP, e estamos trabalhando com o cadastro deles, o que nos possibilita ampliar a base de tributação - o número de contribuintes. Arrecadávamos em torno de R\$ 20 milhões com a taxa de resíduos para uma despesa em torno de R\$ 60 milhões, ou seja, um déficit de R\$ 40 milhões/ano ao arripio da lei. Estamos tentando reduzir isso, vamos ver se conseguimos chegar a uma receita de R\$ 30 milhões esse ano.

A nossa previsão de receita total para 2023 é de R\$ 1.838 bilhões, 20% de acréscimo em relação a 2022. A receita incremental está dividida em dois tipos: sobre a dívida ativa e o combate a evasão fiscal e Receitas de Capital.

Após o carnaval iniciaremos a cobrança das dívidas não pagas até 2021, e a cobrança amigável das dívidas não pagas em 2022, antes de serem inscritas na dívida ativa. Fizemos uma alteração na lei em 2021 para podermos fazer essa cobrança amigável. Isso possibilita o pagamento sem a cobrança dos honorários advocatícios que são cobrados após a inscrição na dívida ativa, onde ocorrem 10% de acréscimo sobre o valor total da dívida. Não realizamos inscrição em dívida ativa dos valores não pagos em 2022, e este ano inscreveremos os valores referentes a 2021. A alteração da lei garantiu essa etapa anterior à inscrição do valor na dívida ativa. Durante 2023 faremos a cobrança amigável dos débitos referentes a 2022. Teremos também uma ação referente a 2023, onde após 2 ou 3 parcelas em aberto faremos a cobrança, buscamos aproximação entre a Prefeitura e os contribuintes. Projetamos arrecadar em torno de



R\$ 115 milhões com essas ações. Esse valor não está dentro da previsão de R\$ 1.838 bilhões.

O crescimento da receita incremental se dá a partir de 4º bimestre. Temos R\$ 2 bilhões de dívida ativa. Estudo preliminar mostra que temos de R\$ 600 a 700 milhões desse valor total com capacidade de recebimento. Parte desse total o devedor é a própria prefeitura. O valor com possibilidade de recebimento é de 15% do total da dívida inscrita. Não temos mais previsão de realização de REFIZ.

A última receita incremental é a de Capital, que depende de busca de financiamentos, nos vários ministérios, de recursos vinculados a projetos apresentados pela Prefeitura.

Programação Financeira - Prefeitura do Município de Diadema

Quadro 1 - Previsão Bimestral de Receita - Exercício 2023
Artigo 8º e 13º da Lei Complementar 101/2002

Quadro 1 a - Receita Prevista (sem a Receita Incremental)

Item	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
Receita	328.894.520,07	271.721.356,83	247.828.969,35	269.909.603,52	345.745.762,11	373.899.788,12	1.838.000.000,00

Quadro 1 b - Receita Incremental - Art. 13 LC 101/2002 Ações específicas para redução da inadimplência, cobrança da Dívida Ativa e combate à evasão fiscal

Item	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
Receita	2.304.015,83	11.520.079,15	17.280.118,72	25.344.174,13	28.800.197,87	29.952.205,79	115.200.791,49

Quadro 1 c - Receita Incremental de Capital - Recursos de outras fontes decorrentes de projetos de investimento.

Item	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
Receita	4.178.318,17	20.891.590,85	31.337.386,28	45.961.499,87	52.228.977,13	54.318.136,21	208.915.908,51

Receita Total (Prevista + Incremental): 2.162.116.700,00



1.2-Repasses anuais ao IPRED

Nos últimos 05 anos, no que se refere aos acordos de parcelamento, os valores repassados foram os seguintes: 2018 - R\$ 32 milhões; 2019 - R\$ 0,00; 2020 - R\$ 0,00; 2021 - R\$ 36 milhões e em 2022 - R\$ 47 milhões. Com todos os atrasos que aconteceram, ainda assim, em termos nominais, pagamos 50% a mais do que foi pago em 2018. 2022 em relação a 2021 tivemos um acréscimo de 30%. A contribuição patronal paga em 2018 foi de R\$ 25,4 milhões; 2019 - R\$ 36,7 milhões; 2020 - R\$ 25,7 milhões; 2021 - R\$ 66,2 milhões, e em 2022 - R\$ 33 milhões. Em 2021 antecipamos R\$ 19,7 milhões referentes a 2022 da alíquota patronal.

Aumentamos o volume de recursos para o IPRED e estamos pagando em dia as contribuições patronais e a taxa de administração, mas estamos tendo problemas para pagamento dos termos de acordo. Estamos somente com um termo de acordo em dia e outros dois com atraso de 04 a 05 meses. Uma parte expressiva está com atraso desde metade de 2022, referente a 03 parcelamentos.

Entendemos que temos que equacionar esse problema, mas não temos folego financeiro para garantir 100% dos termos de acordo em dia, além da diferença do fluxo de caixa do Instituto, que também é obrigação da Prefeitura. Em 2022 a diferença mensal no fluxo de caixa era de R\$ 4 milhões mensais, o que gira em torno de R\$ 40 a 50 milhões/ano.

Conseguimos formar um grupo de trabalho na FNP - Frente Nacional dos Prefeitos, para discutirmos esse tema junto ao Ministério da Previdência - Governo Federal. Entendemos que a equação desse problema passa por uma ação junto ao Governo Federal.

Temos claro que a responsabilidade sobre as aposentadoria e pensões é do Município, e que o Instituto é um meio de gestão.

Valores Anuais Repassados ao IPRED pela Prefeitura Municipal de Diadema (Valores Correntes)

ITEM	2018	2019	2020	2021	2022
Pagamentos Acordos IPRED - Total (I) = (a + b)	32.146.513,12	0,00	0,00	36.051.010,14	47.142.863,64
Pagamentos Acordos IPRED - Principal (a)	22.732.437,71	0,00	0,00	33.987.221,22	39.887.779,29
Pagamentos Acordos IPRED - Juros (b)	9.414.075,41	0,00	0,00	2.063.788,92	7.255.084,35
Contribuição Patronal do Exercício (II)	25.424.834,35	36.796.829,08	25.778.654,02	66.293.444,56	33.086.249,52
Taxa Administrativa (III)	4.748.207,35	5.016.120,87	4.972.273,98	4.730.574,54	4.899.672,24
Subtotal (IV) = (I + II + III)	62.319.554,82	41.812.949,95	30.750.928,00	107.075.029,24	85.128.785,40
Contribuição Servidores (V)	35.146.339,64	37.073.227,50	39.224.875,15	44.230.805,77	45.788.188,25
TOTAL (VI) = (IV + V)	97.465.894,46	78.886.177,45	69.975.803,15	151.305.835,01	130.916.973,65

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Divisão de Contabilidade/SF/PMO

Nota: Ao valor da Contribuição Patronal (II) de 2021 está somado R\$ 19.770.015,54 correspondente a antecipações de repasses referentes ao exercício de 2022.

**2- Apresentação da Prestação de contas do 6º bimestre de 2022;**

Sr. João de Almeida dá início a prestação de contas apresentando o quadro de evolução comparativa de 2021 com 6º bimestre 2022. Comparando o fechamento de 2021 com o 6º Bimestre 2022 há o aumento de aproximadamente 240 ativos, aumento de 240 aposentados e 17 pensionistas. Em relação as receitas correntes, os números apresentados sobre o previsto e realizado no 6º Bimestre foram: Receitas de Contribuições – Previsto R\$ 52.164.000,00 e Realizado R\$ 51.847.797,48, outras receitas correntes, como COMPREV - Previsto R\$ 1.900.000,00 e Realizado R\$ 8.454.406,60 e Outras Restituições – Previsto R\$ 1.000,00, Realizado R\$ 63.021,17 e Receita Patrimonial – Previsto R\$ 35.200.000,00, Realizado R\$ 34.979.742,15, totalizando R\$ 95.344.967,40 no realizado das Receitas Correntes. Em relação as Receitas Correntes – Intra-Orçamentárias, os números previstos e realizados referentes ao 6º Bimestre foram: sobre as contribuições da Prefeitura – Previsto R\$ 57.443.000,00 e Realizado R\$ 37.983.636,68, Câmara – Previsto R\$ 1.600.000,00, Realizado R\$ 950.138,41, IPRED – Previsto R\$ 189.000,00, Realizado R\$ 168.554,53, Florestan – Previsto R\$ 135.000,00, Realizado R\$ 120.569,85, totalizando R\$ 39.222.899,47 no realizado das Contribuições Patronal para RPPS. Em relação aos acordos de parcelamento foram pagos um total de R\$ 47.313.114,70 acumulado até o 6º bimestre 2022. A receita referente ao aluguel da central de atendimento foi de R\$ 1.144.300,00, totalizando R\$ 87.680.314,17 em receitas correntes intra-orçamentárias. O valor total de receitas correntes e receitas correntes intra-orçamentárias foi de R\$ 183.025.281,57. Em relação a Prefeitura encontra-se pendente a parte suplementar de 05/18 a 01/21 totalizando R\$ 332.143.984,98 referente ao principal e atualizações, sobre as parcelas dos acordos vigentes de vencimento 06/22,07/22,08/22,09/22, 10/22,11/22 e 12/22 encontram-se na seguinte situação: O acordo 00351/2021, encontra-se com suas parcelas em dia. O acordo 00349/2021 encontra-se com o pagamento do principal quitado referente as competências 06/22 e 07/22, faltando o acerto dos encargos moratórios, as demais parcelas deste acordo estão em atraso. Sobre os demais parcelamentos, todos estão em atraso. Vale destacar, como mencionado na reunião, que as providências relativas a essas pendências estão sendo tomadas através do envio de ofícios com as relativas cobranças. Em relação às despesas administrativas o valor previsto foi de R\$ 5.036.000,00 e o realizado foi de R\$ 4.502.731,73. Com relação as despesas previdenciárias, o total previsto foi de R\$ 190.060.500,00 e o realizado foi de R\$ 222.347.953,12, totalizando as despesas em R\$ 226.850.684,85. Apresentando um déficit contábil de R\$ - 43.825.403,28. Importante destacar que na elaboração do PPA 2022-2025, a previsão de despesa previdenciária para 2022 enviada ao ente federativo foi de R\$ 240.645.000,00, mas o valor enviado à Câmara Municipal foi de R\$ 210.060.500,00, fator importante para geração do déficit contábil, inclusive utilizamos cerca de R\$ 14.000.000,00 de superavit financeiro para empenho das despesas previdenciárias. Em relação à carteira de investimentos do Instituto: A carteira previdenciária encerrou o 6º Bimestre com R\$ 170.418.837,31 a carteira administrativa finalizou com R\$ 11.354.613,94, totalizando R\$ 181.773.451,25 na carteira. A taxa de administração para o período de 2023 foi de R\$ 4.789.199,03 e foram utilizados R\$ 4.502.731,75 até o 6º bimestre, 94,02% dos recursos, ficando um saldo de R\$ 286.467,28.

3- Apresentação da Carteira de Investimentos 4º trimestre 2022

O Sr. João Almeida Diretor Financeiro do IPRED apresentou a carteira de investimentos do 4º trimestre de 2022 e abordou os seguintes temas relacionados ao cenário macroeconômico; O IPCA de dezembro 2022 fechou com 0,62%, já no ano o IPCA acumulado é de 5,79%, a meta de inflação para 2022 é de 3,50%, com tolerância de 1,5%, para baixo ou para cima. A taxa SELIC se manteve em 13,75% e desde o início do ano de 2021, já tivemos 12 altas consecutivas. Abordou sobre as taxas indicativas das NTN-B's que estão com ótimas oportunidades para compra no tesouro direto, mas para isso é necessário o estudo de ALM.

Em relação ao fechamento da carteira no 4º trimestre de 2022 a carteira fechou com um total de R\$ 181.773.451,25, sendo R\$ 144.912.948,56 (79,72%) em renda fixa, R\$ 22.135.250,35 (12,18%) em renda variável, R\$ 12.102.689,10 (6,66%) em investimentos no exterior e R\$ 18.210,93 (0,01%) em investimentos estruturados. A rentabilidade da carteira no ano foi positiva em R\$ 7.693.925,42. A meta atuarial no ano, composta pelo IPCA + 4,89% (taxa de juros) foi de 10,94% e a rentabilidade da carteira foi de 4,05%.

4 — Relatório de Governança 2022

A Sra. Ana Claudia Gonzales de Araujo presidente do conselho deliberativo inicia as 09hs30min, a reunião passando a palavra para o Sr. João Almeida, Diretor Financeiro do IPRED, que dá início a apresentação do relatório de governança, que retrata todas as ações realizadas pelo instituto no exercício de 2022, com o objetivo da maior transparência no relacionamento entre instituto, segurados e sociedade. O relatório de governança surgiu, como uma das obrigações da certificação do Pró-Gestão (O IPRED possui o nível I), e possui três principais vertentes: governança corporativa, controle interno e educação previdenciária. O relatório aborda a criação do instituto, sua composição (diretoria executiva, conselho deliberativo e conselho fiscal), principais competências e deliberações (registro das atas durante o ano), e equipe do IPRED em 2022. O Relatório também trata da composição dos segurados no final do exercício de 2022:

- Ativos - 6069 (4,12%).
- Aposentados - 3235 (8,01%).
- Pensionistas - 402 (4,42%).
- Total - 9706 segurados.

Em relação as despesas previdenciárias, o IPRED concedeu 241 benefícios de aposentadorias e 17 benefícios de pensão. O total gasto com aposentadorias foi R\$ 205.136.881,24, e pensões R\$ 16.765.162,28, COMPREV R\$ 391.883,13 e Sentenças Judiciais R\$ 54.026,47. Referente a evolução das despesas com a folha de pagamento ficou evidenciada a evolução dos últimos anos:

- 2020 – R\$ 170.018.510,58



- 2021 – R\$ 190.615.890,84
- 2022 – R\$ 222.347.953,12

Com relação ao COMPREV foi abordado sobre os valores recebidos em 2020 — R\$ 2.453.305,14, 2021 - R\$ 6.678.306,89 e 2022 - R\$ 8.454.406,60; e os valores pagos em, 2020 — R\$ 890.620,24, 2021 — R\$ 248.138,71 e 2022 — R\$ 391.883,13. Em 2022 o IPRED contabilizou as seguintes receitas:

Tipo de receitas	Valor
Receitas de contribuições(servidor)	R\$ 51.847.797,48
Outras receitas correntes (Comprev e restituições)	R\$ 8.517.427,77
Receita patrimonial (aplicações financeiras)	R\$ 34.979.742,15
Receitas de contribuições(patronal)	R\$ 39.222.899,47
Alugueis	R\$ 1.144.300,00
Parcelamentos	R\$ 47.313.114,70

E no mesmo ano, as despesas foram as seguintes:

Tipo de despesa	Valor
Folha de pagamento de benefícios	R\$ 222.347.953,12
Despesa administrativa	R\$ 4.502.731,73

Em relação ao Patrimônio do IPRED em 31/12/2022:

O patrimônio do IPRED, na data 31/12/2022, era composto por R\$ 171.775.285,86 Ativos Financeiros (R\$ 181.775.285,86 - PDD= Provisão de Devedores Duvidosos - R\$ 10.000.000,00)

- R\$ 31.714.000,00 Imóveis — Previdenciário
- R\$ 6.923.000,00 Imóvel — sede própria do IPRED
- R\$ 219.200.739,36 Valores não repassados PMD
- R\$ 571.655.522,83 Parcelamentos PMD
- R\$ 161.836,96 Bens Móveis
- R\$ 180.316,95 Outros

R\$ 1.001.610.701,96 - TOTAL DO PATRIMÔNIO EM 31/12/2022.

Fechamento das aplicações financeiras:

Segmento	Valor	%
Renda Fixa	R\$ 144.912.948,56	79,72
Renda Variavel	R\$ 36.860.502,69	20,28

A rentabilidade foi positiva em 4,05%, diante de uma meta atuarial de 10,94%. Sobre a evolução da carteira de investimentos foi constatada a diminuição do patrimônio líquido; 2019 — R\$ 363.976.274,45 e 2020 - R\$ 274.280.284,25; 2021 — R\$ 254.898.148,07 e 2022 - R\$ 181.773.451,25. Foi apresentada a composição do comitê de investimentos, suas principais deliberações e atas de 2022, detalhada a evolução da situação atuarial e custo por tipo de benefício nos últimos três exercícios, sobre as % do custo previdenciário sobre o total da folha do pessoal ativo, onde: aposentadoria por Idade ou tempo de contribuição equivale a 24,06%, aposentadoria por invalidez 3,65%, pensão por morte do segurado ativo 5,00%, e taxa administrativa 1,50%, totalizando 34,21%, relatado sobre a evolução das alíquotas relativas ao equilíbrio atuarial e plano de custeio de 2018 a 2022. Foi mencionado, sobre a área de controle interno e suas atuações em 2022, abordado também sobre todas as contratações realizadas pelo instituto no fechamento do ano. E foi finalizada a apresentação com o relato das principais demandas judiciais e abordagem das ações de educação previdenciária no exercício.

5- Apresentação/Aprovação do Plano de Ação 2023

O Sr. João Almeida apresentou o plano de ações do IPRED para 2023 com a definição de objetivos e metas do Instituto para 2023.

6 - Proposta de Calendário anual de reuniões do Conselho para 2023



Sra. Silvana Ferreira Caetano, Secretária, apresentou o calendário de reuniões do Conselho Deliberativo para o exercício de 2023:

Reuniões ordinárias	Reunioes Extraordinárias
19 de ABRIL	26 de ABRIL
21 de JUNHO	28 de JUNHO
23 de AGOSTO	30 de AGOSTO
18 de OUTUBRO	25 de OUTUBRO
06 de DEZEMBRO	13 de DEZEMBRO

A reunião extraordinária do Conselho Deliberativo ficou agendada para dia 22 de fevereiro quando esses temas serão discutidos e votados por seus membros. Sem, mas eu, Silvana Ferreira Caetano e Kátia Cheli Kanasawa declaramos que redigimos esta ata com término às 12 horas.

Ata da reunião extraordinária 24 de fevereiro de 2023

PAUTA:

1. Aprovação da Prestação de contas do 6º bimestre de 2022;
2. Aprovação da Carteira de Investimentos 4º trimestre 2022;
3. Aprovação do Relatório de Governança 2022;
4. Aprovação do Plano de Ação para 2023;
5. Aprovação da Proposta de Calendário anual de reuniões do Conselho para 2023.

Sr. João de Almeida, Diretor Financeiro do Instituto, conforme solicitado pelos membros do Conselho Deliberativo, inicia a reunião lendo o Parecer do Conselho Fiscal datado de 10 de fevereiro sobre a Prestação de Contas do 6º bimestre de 2022, onde ressaltou os principais apontamentos realizados pelo Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal considera que a prestação de contas está de acordo com a legislação vigente, mas destaca os seguintes pontos insatisfatórios:

1. Déficit contábil no valor de R\$ 43.825.403,28 ocasionado pela antecipação de receita realizada em dezembro de 2021 e pelo atraso no pagamento dos parcelamentos 308; 309; 960; 968 desde julho de 2022; parcelamento 349 somente o valor principal referente aos meses de junho e julho foram pagos; parcelamento 351 é o único que está com os pagamentos em dia.
2. Não repasse do valor principal R\$ 326.169.482,31 referente a alíquota suplementar do período de maio de 2018 a janeiro de 2021.
3. Aponta que o Instituto não tem recursos mensais suficientes para cobrir a folha de pagamento e por isso realiza resgates das aplicações para cobrir essa insuficiência.
4. Esse desequilíbrio se deve a falta de repasse das parcelas de contribuição patronal, cujo problema se agravou principalmente nos dois últimos anos da gestão anterior.
5. Sugere que de acordo com os termos de um dos acordos de parcelamento, nº 349/2021, em sua cláusula 2.1. e documento de autorização de débito que determina que após cinco dias decorridos do vencimento da prestação, a Unidade Gestora deverá encaminhar ao Banco do Brasil documento solicitando que seja debitado o valor do Fundo de Participação dos Municípios e creditado ao IPRED. Sugerem ainda que os membros dos dois conselhos façam um documento em conjunto a ser encaminhado ao Prefeito Municipal, Câmara Municipal, Ministério Público, Ministério da Previdência, TCESP e ABIPEM.

Sr. João de Almeida deixa claro que desde janeiro de 2021 a alíquota patronal vem sendo paga regularmente.

Sra. Rosana Nalegaca não concorda com o parecer do Conselho Fiscal quanto a sugestão de sequestro do Fundo de Participação do Município. O secretário de finanças veio aqui na semana passada e explicou a situação, e não sei o quanto a gente tirando de lá irá favorecer a situação do IPRED, pois temos que caminhar juntos. Vota favorável a Prestação de Contas levando em consideração os demais apontamentos realizados pelo Conselho Fiscal. Vota favorável também aos demais pontos apresentados.

Sr. Rubens Xavier relata que temos responsabilidade e que sequestro de receita é a pior coisa que pode acontecer na gestão pública.

Sra. Silvana Ferreira Caetano considera a proposta de elaboração e um documento conjunto interessante e sugere a elaboração de um relatório demonstrando a situação financeira do Instituto, principalmente a redução no Patrimônio Líquido do Instituto em



decorrência dos atrasos nos repasses dos acordos já firmados. Esses atrasos estão ocasionando problemas no fluxo de caixa mensal do Instituto e acarretando retiradas mensais dos recursos aplicados. Esse relatório seria encaminhado somente para o Prefeito e para Câmara Municipal como uma primeira medida tomada pelos Conselhos. Podemos mencionar nesse documento a apresentação feita pelo Secretário de Finanças ao Conselho ressaltando que caso as medidas de cobrança de dívida ativa planejadas para incremento de receita no valor de R\$ 115 milhões não tenham êxito, a Prefeitura irá conseguir manter em dia somente 40% do total dos parcelamentos. Outro item importante que deverá constar no relatório é a informação de que o Orçamento enviado à Câmara para aprovação apresenta um déficit de R\$ 50 milhões para o IPRED.

Sra. Ana Cláudia aprova, com ressalva: mesmo tendo déficit o governo está cumprindo com as propostas de abatimento da dívida, como a transferência do IR, que já está acontecendo de acordo com o superintendente e houve aporte financeiro. Referente o confisco proposto pelo conselho fiscal em virtude das dívidas da prefeitura com o IPRED, não concorda e não vai cobrar da gestão do IPRED tal providência, pois além de desconhecer a legislação sobre confisco do Fundo de Participação dos Municípios, não sabe quais consequências dessa ação para o município. Quanto fazer denúncia ao Ministério Público, fará quando a gestão municipal não cumprir as negociações com o instituto, quando houver de informações, porque dessa forma terá provas. Ressalta que nunca houve qualquer reunião entre membros do conselho fiscal e deliberativo para tratar assuntos do IPRED, muito menos sobre confisco. E está surpresa com indicativo de confisco pelo conselho fiscal, já que um dos seus membros já esteve no conselho deliberativo e nunca informou sobre a lei.

Sr. João de Almeida informa que ficou acordado com Secretário de Finanças que o Imposto de renda retido na Folha dos aposentados ficará no Instituto, o valor é de R\$ 1,9 milhão. No próximo dia 28/02 a Prefeitura pagará 04 (quatro) parcelas do acordo n° 309; 02 (duas) parcelas do acordo 349 referentes aos meses de agosto e setembro/22 e encargos moratórios que ficaram pendentes; e pagarão o acordo n° 351 que já vem sendo pago. Além do valor do IR, todos esses valores de parcelamentos giram em torno de R\$ 2,5 milhões.

Sra. Maria Aparecida Campos acredita ser prudente não fechar portas abertas para diálogo, e que precisamos de mais meios para denunciar. Acredita ainda que sequestro é a última medida a ser tomada, é o extremo dos extremos. A questão do Orçamento no valor de R\$ 250 milhões ficou entalado. Aprova a prestação de contas do 6° bimestre com ressalvas, e aprova os demais itens da pauta.

Sr. Robson de Carvalho aprova todos os itens da pauta, e que somente o fato de a Gestão estar dialogando com o Conselho colocando os problemas que a gestão enfrenta e apresentando as soluções para o Conselho, nem sempre alcançaremos nossas expectativas, mas será realista. Acredita que o Conselho Fiscal está um pouco equivocado, e solicita que apresentem relatórios mais detalhados.

Sra. Kátia Cheli vota não para a prestação de contas do 6° bimestre e justifica dizendo que as informações apresentadas estão corretas, mas o Instituto continua sendo prejudicado pelos não repasses dos parcelamentos em dia, somente um dos seis parcelamentos está sendo pago em dia, o acordo n° 351, os outros cinco continuam em atraso, da competência 06 ao 12, que fica em torno de R\$ 5 milhões/mês. Concorda com a proposta de fazermos um relatório detalhado para apresentar ao Prefeito. Aprova os demais itens da pauta.

Sra. Silvana Ferreira Caetano concorda com a Sra. Ana Cláudia na questão da consulta jurídica realizada pela mesma, para saber quais são os caminhos para o conselho, qual impacto tem o conselho entrar na justiça agora para fazer denúncia. A questão do sequestro do FPM é um caso extremo é o pior caminho, pois além de não resolver a situação do IPRED vai deixar os servidores da ativa sem pagamento de salários, temos que ter responsabilidade com relação a isso também, além disso a Prefeitura também correria o risco de ficar sem insumos para atender a população. Ressalta a importância da formação de um grupo de trabalho para elaboração do relatório a ser encaminhado ao Prefeito. Aprova a prestação de contas do 6° bimestre com ressalvas, e aprova os demais itens.

Sr. Lucas Nogueira não aprova a prestação de contas, justifica que apesar da Gestão do IPRED fazer sua parte com transparência passando segurança de que os recursos estão sendo bem administrados, porém a saúde financeira do Instituto não depende somente do que acontece aqui no IPRED, depende também da Prefeitura, a cada bimestre que passa a inadimplência vem aumentando, essas dívidas são consequência de repasses não realizados anteriormente e essa prestação de contas do 6° bimestre acabou refletindo tudo isso. Os recursos vêm diminuindo. Aprova os demais itens da pauta.

Sra. Elaine Cordeiro da Silva Rigueira aprova a prestação de contas do 6° bimestre e acompanha as observações quanto ao relatório a ser elaborado para apresentar ao Prefeito e a discordância quanto ao sequestro de receitas. Aprova os demais itens da pauta.

Sr. Bruno Seto aprova todos os itens da pauta concorda com as ressalvas apresentadas pelos demais conselheiros com relação ao parecer elaborado pelo Conselho Fiscal.

Sem mas eu, Silvana Ferreira Caetano e Kátia Cheli Kanasawa declaramos que redigimos esta ata com término às 12 horas.

Ata da reunião ordinária de 19 de abril de 2023.



Pauta:

- 1- Apresentação da Prestação de contas do 1º bimestre de 2023;
- 2- Apresentação da Carteira de Investimentos 1º trimestre 2023;
- 3- Apresentação do Estudo Atuarial.

1- Apresentação da Prestação de contas do 1º bimestre de 2023;

Sr. João de Almeida dá início à prestação de contas apresentando o quadro de evolução comparativa de 2022 com 1º bimestre 2023. Comparando o fechamento de 2022 com o 1º Bimestre de 2023 há o aumento de aproximadamente 14 ativos, aumento de 76 aposentados e 03 pensionistas. Em relação às receitas correntes, os números apresentados sobre o previsto e realizados no 1º Bimestre foram: Receitas de Contribuições – Previsto R\$8.917.146,15 e Realizado R\$12.601.888,71, outras receitas correntes, como COMPREV - Previsto R\$358.333,33 e Realizado R\$667.107,45 e Outras Restituições – Previsto R\$8.166,67, Realizado R\$7.370,25 e Receita Patrimonial – Previsto R\$3.366.666,67, Realizado R\$397.106,01, totalizando R\$13.673.472,42 no realizado das Receitas Correntes. Em relação às Receitas Correntes – Intra-Orçamentárias, os números previstos e realizados referentes ao 1º Bimestre foram: sobre as contribuições da Prefeitura – Previsto R\$9.674.107,69 e Realizado R\$10.712.836,09, Câmara – Previsto R\$246.123,08, Realizado R\$147.050,13, IPRED – Previsto R\$33.892,31, Realizado R\$42.372,89, Florestan – Previsto R\$22.538,46, Realizado R\$29.878,66, totalizando R\$10.932.137,77 no realizado das Contribuições Patronal para RPPS. Em relação aos acordos de parcelamento foram pagos um total de R\$6.269.050,05 acumulado até o 1º bimestre 2023. A receita referente ao aluguel da central de atendimento foi de R\$192.000,00, totalizando R\$ 17.393.187,82 em receitas correntes intra-orçamentárias. O valor total de receitas correntes e receitas correntes intra-orçamentárias foi de R\$31.066.660,24. Em relação à Prefeitura encontra-se pendente a parte suplementar de 05/18 a 01/21 totalizando R\$338.371.438,04 referente ao principal e atualizações, sobre as parcelas dos acordos vigentes de parcelamento apenas o acordo 351/2021 e o 309/2021 encontram-se com suas parcelas quitadas. Sobre os demais parcelamentos, todos estão em atraso. Vale destacar, como mencionado na reunião, que as providências relativas a essas pendências estão sendo tomadas através do envio de ofícios com as relativas cobranças. Em relação às despesas administrativas o valor previsto foi de R\$ 1.055.111,54 e o realizado foi de R\$ 801.045,25. Com relação as despesas previdenciárias, o total previsto foi de R\$ 37.498.589,74 e o realizado foi de R\$ 37.943.851,72 totalizando as despesas em R\$ 38.744.896,97. Apresentando um déficit contábil de R\$ -7.678.236,73. Importante destacar que na elaboração da LOA 2023, a previsão de despesa do IPRED enviada ao ente federativo foi de R\$ 300.780.000,00, mas o valor enviado à Câmara Municipal pelo ente federativo foi de R\$ 250.000.000,00. Em relação à carteira de investimentos do Instituto: A carteira previdenciária encerrou o 1º Bimestre com R\$ 167.757.517,01 a carteira administrativa finalizou com R\$ 10.715.346,45, totalizando R\$ 178.472.863,46 na carteira. A taxa de administração para o período de 2023 foi de R\$ 5.120.622,92 e foram utilizados R\$801.045,25 até o 1º bimestre, 15,64% dos recursos, ficando um saldo de R\$4.319.577,67.

2- Apresentação da Carteira de Investimentos 1º trimestre 2023

O Sr. João Almeida Diretor Financeiro do IPRED apresentou a carteira de investimentos do 1º trimestre de 2023 e abordou os seguintes temas relacionados ao cenário macroeconômico; O IPCA de março 2023 fechou com 0,71%, já no ano o IPCA acumulado é de 2,09%, a meta de inflação para 2023 é de 3,25%, com tolerância de 1,5%, para baixo ou para cima. A taxa SELIC se manteve em 13,75% e desde o início do ano de 2021. Abordou sobre as taxas indicativas das NTN-B's que estão com ótimas oportunidades para compra no tesouro direto, mas para isso é necessário o estudo de ALM.

Em relação ao fechamento da carteira no 1º trimestre de 2023 a carteira fechou com um total de R\$ 173.647.252,34, sendo R\$ 136.654.520,78 (78,70%) em renda fixa, R\$ 20.833.467,01 (12,00%) em renda variável, R\$ 13.548.200,81 (7,80%) em investimentos no exterior e R\$18.654,28 (0,01%) em investimentos estruturados. A rentabilidade da carteira no ano está positiva em R\$ 4.426.947,54. A meta atuarial no ano, composta pelo IPCA + 5,06% (taxa de juros) foi de 3,36% e a rentabilidade da carteira foi de 2,48%.

3- Apresentação do Estudo Atuarial

Sr. João Almeida, diretor financeiro do Instituto, inicia a reunião apresentando o Senhor Raphael K. Cunha Silva, representante da Aliança Assessoria Atuarial, e este dá início a apresentação do Estudo Atuarial.

Inicia dizendo que em atendimento à Lei nº. 9.717/98, Portaria MTP nº 1.467/2022, e alicerçado nas Emendas Constitucionais n.º: 20/98, nº 41/03, nº 47/05, nº 70/12, pretendeu-se avaliar atuarialmente o plano de benefícios dos servidores e assistidos do Município de Diadema para a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial, em relação aos impactos da Emenda Constitucional nº 103/2019, foram contemplados nesta avaliação atuarial apenas as determinações de aplicação imediata, uma vez que o Município não alterou a sua legislação municipal.

Depois, apresenta um quadro sobre as estatísticas dos segurados referente à folha mensal, quantidade de segurados e remuneração média no município:

DISCRIMINAÇÃO	FOLHA MENSAL	QUANTIDADE	REMUNERAÇÃO MÉDIA
Servidores Ativos	R\$ 27.465.583,56	5932	R\$ 4.630,07
Servidores Aposentados	R\$ 16.005.918,35	3139	R\$ 5.099,05
Pensionistas	R\$ 1.294.705,21	451	R\$ 2.870,74
Total	R\$ 44.766.207,12	9522	R\$ 4.701,35

Conclui, dizendo que atualmente há 1,65 ativos para cada aposentado e pensionista e a composição dos segurados é de 62,30% ativos, 32,97% aposentados e 4,74% pensionistas.

Mais adiante abordou sobre as hipóteses atuariais que são premissas adotadas pelo atuário, com vistas à elaboração da avaliação atuarial de plano de benefícios, considerando-se basicamente fatores econômicos (taxa de juros, indexador econômico, crescimento salarial, crescimento do teto do INSS, reajuste dos benefícios do plano, etc.), fatores biométricos (mortalidade de ativos, mortalidade



de inativos, mortalidade de inválidos, invalidez e rotatividade) e outros fatores (composição familiar, diferença de idade entre os cônjuges, etc.). As hipóteses atuariais devem ser analisadas a cada ano para ajustá-las, se necessário, à realidade daquele momento. E apresentou o quadro a seguir sobre a taxa de juros adotada, tábua de mortalidade e as alíquotas de contribuição que são adotadas atualmente.

ITEM	HIPÓTESE ADOTADA
Taxa de Juros	5,06% a.a.
Crescimento Salarial	1,00% a. a.
Rotatividade	1,00% a. a.
Taxa de Sobrevida	IBGE – 2021 (Separado por sexo)
Taxa de Mortalidade	IBGE – 2021 (Ambos os sexos)
Taxa de Invalidez	Álvaro Vindas
Salário Mínimo	R\$ 1.200,00
Compensação Previdenciária	Lei 9.796/96, Decreto 10.188/19 e Portaria 15.829/20
Contribuição do Aposentado (*)	14,00%
Contribuição da Pensionista (*)	14,00%
Contribuição do Servidor Ativo	14,00%
Contribuição Patronal Vigente (Custo Normal)	18,71%
Contribuição Patronal Vigente (Tx. Administrativa)	2,40%
Contribuição Patronal Vigente (Suplementar)	2,00% - válida somente para 2023 e 2024

Posteriormente abordou sobre a duration do passivo que corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios futuros do plano de benefícios, líquidos das contribuições apuradas conforme o plano de custeio. Considerou-se a metodologia introduzida a partir da planilha de Fluxos Atuariais que permitem o cálculo da Duration do Passivo, nos termos do artigo 29º combinado com o artigo 39 da Portaria MTP nº 1.467/2022 e ainda com a redação do artigo 4º do anexo VII alterado pela Portaria

RESERVAS MATEMÁTICAS (RMBAC + RMBC)	AV. ATUARIAL 2021	AV. ATUARIAL 2022	AV. ATUARIAL 2023
(-) Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	R\$ 2.065.913.503,23	R\$ 2.448.650.651,03	R\$ 2.743.589.223,08
(-) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	R\$ 1.558.135.760,60	R\$ 1.115.313.876,17	R\$ 1.247.569.663,23
= Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	R\$ 3.624.049.263,83	R\$ 3.564.964.527,20	R\$ 3.991.258.886,31
(+) Ativo Líquido do Plano	R\$ 930.155.102,95	R\$ 1.103.305.801,24	R\$ 986.004.614,53
(+) Compensação Previdenciária	R\$ 456.441.397,51	R\$ 482.955.191,39	R\$ 541.172.188,83
(=) RESERVA A AMORTIZAR	R\$ (2.237.452.763,36)	R\$ (1.981.693.534,57)	R\$ (2.464.082.082,95)

MTP nº 1.837/2022.

QUADRO 13: CÁLCULO DA DURATION DO PASSIVO

PONTOS (EM ANOS)	TAXA DE JUROS DE PARÂMETRO	ADICIONAL (ART. 39 § 4º DA PORTARIA 1.467/22)	TAXA DE JUROS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL
20,14	4,76% a.a.	0,30% a.a.	5,06% a.a.

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

E m seguida apresentou o quadro da variação dos resultados das últimas avaliações atuariais:

Em função do regime financeiro adotado para as aposentadorias e pensões, bem como dos critérios de concessão de benefícios pelo IPRED considerados neste estudo, existe um passivo atuarial que deve ser amortizado, conforme quadro anterior.

Na sequência abordou que o Governo do Município de Diadema instituiu um Plano de Custeio Suplementar por alíquotas, para o equacionamento do déficit atuarial, através da Lei Complementar nº 531/2022 que, a partir do exercício de 2023, considera o valor total de R\$ 14.353.487,02. O valor presente desse plano de amortização é R\$ 14.006.114,18 e foi lançado na conta Outros Créditos, conforme abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	VALORES
(-) Reserva a amortizar	R\$ 1.595.616.352,82
(+) Outros créditos	R\$ 14.006.114,18
Resultado técnico Atuarial	R\$ 1.581.610.238,63
Déficit técnico Atuarial	R\$ 1.581.610.238,63

Em relação ao custeio normal propôs que as alíquotas empregadas atualmente permaneçam em 35,11% (18,71% para a contribuição patronal, 2,40% de taxa de administração e 14,00% para o Servidor).

Já em relação ao equacionamento do déficit atuarial que corresponde à contribuição destinada, entre outras finalidades, a custear o tempo de serviço passado e/ou para o equacionamento de déficits atuariais. Considerando as normas técnicas definidas na legislação citada acima, o LDA apurado, baseado na duração do passivo desta Avaliação Atuarial (20,14 anos), é de R\$ 868.465.730,14, assim, deduzindo-se este valor do déficit técnico apurado, a reserva a amortizar corresponde a R\$ 1.595.616.352,82 e deve ser financiada no prazo máximo de 40 anos (duas vezes a duração do passivo). Como o plano de amortização vigente possui somente contribuições para 2023 e 2024, recomenda-se a adoção do Plano de Amortização, conforme a tabela a seguir:



ANO	SALDO INICIAL (R\$)	PAGAMENTO (R\$)	JUROS (R\$)	AMORTIZAÇÃO (R\$)	SALDO FINAL (R\$)	% DA FOLHA DE SALÁRIOS	FOLHA SALARIAL (R\$)
2023	1.595.616.352,82	21.423.114,96	80.738.187,45	-59.315.072,49	1.653.847.415,69	6,00%	357.051.916,00
2024	1.653.847.415,69	25.571.842,63	83.684.679,23	-58.112.836,61	1.710.666.317,06	7,09%	360.622.435,16
2025	1.710.666.317,06	29.801.402,53	86.559.715,64	-56.758.313,11	1.765.916.679,21	8,18%	364.228.659,51
2026	1.765.916.679,21	34.112.996,45	89.355.383,97	-55.242.387,51	1.819.432.949,10	9,27%	367.870.946,11
2027	1.819.432.949,10	38.507.842,11	92.063.307,22	-53.555.465,11	1.871.039.917,40	10,36%	371.549.655,57
2028	1.871.039.917,40	42.987.173,39	94.674.619,82	-51.687.446,43	1.920.552.212,86	11,46%	375.265.152,12
2029	1.920.552.212,86	47.552.240,50	97.179.941,97	-49.627.701,47	1.967.773.770,96	12,55%	379.017.803,64
2030	1.967.773.770,96	52.204.310,24	99.569.352,81	-47.365.042,57	2.012.497.275,43	13,64%	382.807.981,68
2031	2.012.497.275,43	56.944.666,15	101.832.362,14	-44.887.695,99	2.054.503.571,31	14,73%	386.636.061,50
2032	2.054.503.571,31	61.774.608,75	103.957.880,71	-42.183.271,96	2.093.561.048,07	15,82%	390.502.422,11
2033	2.093.561.048,07	66.695.455,73	105.934.189,03	-39.238.733,30	2.129.424.991,31	16,91%	394.407.446,33
2034	2.129.424.991,31	71.708.542,19	107.748.904,56	-36.040.362,37	2.161.836.901,44	18,00%	398.351.520,80
2035	2.161.836.901,44	76.815.220,84	109.388.947,21	-32.573.726,38	2.190.523.777,64	19,09%	402.335.036,01
2036	2.190.523.777,64	82.016.862,20	110.840.503,15	-28.823.640,95	2.215.197.365,36	20,18%	406.358.386,37
2037	2.215.197.365,36	87.314.854,87	112.088.986,69	-24.774.131,82	2.235.553.365,53	21,27%	410.421.970,23
2038	2.235.553.365,53	92.710.605,71	113.119.000,30	-20.408.394,59	2.251.270.603,47	22,37%	414.526.189,93
2039	2.251.270.603,47	98.205.540,07	113.914.292,54	-15.708.752,46	2.262.010.155,60	23,46%	418.671.451,83
2040	2.262.010.155,60	103.801.102,07	114.457.713,87	-10.656.611,81	2.267.414.431,65	24,55%	422.858.166,35
2041	2.267.414.431,65	109.498.754,75	114.731.170,24	-5.232.415,50	2.267.106.210,15	25,64%	427.086.748,01
2042	2.267.106.210,15	115.299.980,37	114.715.574,23	584.406,14	2.260.687.625,01	26,73%	431.357.615,49
2043	2.260.687.625,01	121.206.280,63	114.390.793,83	6.815.486,80	2.247.739.100,40	27,82%	435.671.191,65
2044	2.247.739.100,40	127.219.176,90	113.735.598,48	13.483.578,42	2.227.818.231,64	28,91%	440.027.903,56
2045	2.227.818.231,64	133.340.210,46	112.727.602,52	20.612.607,94	2.200.458.609,05	30,00%	444.428.182,60
2046	2.200.458.609,05	139.570.942,78	111.343.205,62	28.227.737,16	2.165.168.582,18	31,09%	448.872.464,43
2047	2.165.168.582,18	145.912.955,72	109.557.530,26	36.355.425,47	2.121.429.961,15	32,18%	453.361.189,07
2048	2.121.429.961,15	152.367.851,83	107.344.356,03	45.023.495,80	2.068.696.652,05	33,28%	457.894.800,96
2049	2.068.696.652,05	158.937.254,57	104.676.050,59	54.261.203,97	2.006.393.223,00	34,37%	462.473.748,97
2050	2.006.393.223,00	165.622.808,57	101.523.497,08	64.099.311,49	1.933.913.397,40	35,46%	467.098.486,46
2051	1.933.913.397,40	172.426.179,93	97.856.017,91	74.570.162,02	1.850.618.470,67	36,55%	471.769.471,32
2052	1.850.618.470,67	179.349.056,44	93.641.294,62	85.707.761,82	1.755.835.646,60	37,64%	476.487.166,04
2053	1.755.835.646,60	186.393.147,85	88.845.283,72	97.547.864,13	1.648.856.289,18	38,73%	481.252.037,70
2054	1.648.856.289,18	193.560.186,19	83.432.128,23	110.128.057,96	1.528.934.085,80	39,82%	486.064.558,08
2055	1.528.934.085,80	200.851.925,98	77.364.064,74	123.487.861,24	1.395.283.117,10	40,91%	490.925.203,66
2056	1.395.283.117,10	208.270.144,55	70.601.325,73	137.668.818,83	1.247.075.828,96	42,00%	495.834.455,69
2057	1.247.075.828,96	215.816.642,30	63.102.036,95	152.714.605,36	1.083.440.901,51	43,09%	500.792.800,25
2058	1.083.440.901,51	223.493.242,99	54.822.109,62	168.671.133,37	903.461.010,04	44,19%	505.800.728,25
2059	903.461.010,04	231.301.794,03	45.715.127,11	185.586.666,92	706.170.472,34	45,28%	510.858.735,53
2060	706.170.472,34	239.244.166,76	35.732.225,90	203.511.940,86	490.552.776,63	46,37%	515.967.322,89
2061	490.552.776,63	247.322.256,77	24.821.970,50	222.500.286,28	255.537.984,17	47,46%	521.126.996,12
2062	255.537.984,17	255.537.984,17	12.930.222,00	242.607.762,17	0,00	48,55%	526.338.266,08

Ou por aporte financeiro através da tabela a seguir:



ANO	SALDO DEVEDOR INICIAL	PRESTAÇÃO ANUAL	PRESTAÇÃO MENSAL	SALDO DEVEDOR FINAL
2023	R\$ 1.595.616.352,82	R\$ 21.423.114,96	R\$ 1.785.259,58	R\$ 1.653.847.415,69
2024	R\$ 1.653.847.415,69	R\$ 25.571.842,63	R\$ 2.130.986,89	R\$ 1.710.666.317,06
2025	R\$ 1.710.666.317,06	R\$ 29.801.402,53	R\$ 2.483.450,21	R\$ 1.765.916.679,21
2026	R\$ 1.765.916.679,21	R\$ 34.112.996,45	R\$ 2.842.749,70	R\$ 1.819.432.949,10
2027	R\$ 1.819.432.949,10	R\$ 38.507.842,11	R\$ 3.208.986,84	R\$ 1.871.039.917,40
2028	R\$ 1.871.039.917,40	R\$ 42.987.173,39	R\$ 3.582.264,45	R\$ 1.920.552.212,86
2029	R\$ 1.920.552.212,86	R\$ 47.552.240,50	R\$ 3.962.686,71	R\$ 1.967.773.770,96
2030	R\$ 1.967.773.770,96	R\$ 52.204.310,24	R\$ 4.350.359,19	R\$ 2.012.497.275,43
2031	R\$ 2.012.497.275,43	R\$ 56.944.666,15	R\$ 4.745.388,85	R\$ 2.054.503.571,31
2032	R\$ 2.054.503.571,31	R\$ 61.774.608,75	R\$ 5.147.884,06	R\$ 2.093.561.048,07
2033	R\$ 2.093.561.048,07	R\$ 66.695.455,73	R\$ 5.557.954,64	R\$ 2.129.424.991,31
2034	R\$ 2.129.424.991,31	R\$ 71.708.542,19	R\$ 5.975.711,85	R\$ 2.161.836.901,44
2035	R\$ 2.161.836.901,44	R\$ 76.815.220,84	R\$ 6.401.268,40	R\$ 2.190.523.777,64
2036	R\$ 2.190.523.777,64	R\$ 82.016.862,20	R\$ 6.834.738,52	R\$ 2.215.197.365,36
2037	R\$ 2.215.197.365,36	R\$ 87.314.854,87	R\$ 7.276.237,91	R\$ 2.235.553.365,53
2038	R\$ 2.235.553.365,53	R\$ 92.710.605,71	R\$ 7.725.883,81	R\$ 2.251.270.603,47
2039	R\$ 2.251.270.603,47	R\$ 98.205.540,07	R\$ 8.183.795,01	R\$ 2.262.010.155,60
2040	R\$ 2.262.010.155,60	R\$ 103.801.102,07	R\$ 8.650.091,84	R\$ 2.267.414.431,65
2041	R\$ 2.267.414.431,65	R\$ 109.498.754,75	R\$ 9.124.896,23	R\$ 2.267.106.210,15
2042	R\$ 2.267.106.210,15	R\$ 115.299.980,37	R\$ 9.608.331,70	R\$ 2.260.687.625,01
2043	R\$ 2.260.687.625,01	R\$ 121.206.280,63	R\$ 10.100.523,39	R\$ 2.247.739.100,40
2044	R\$ 2.247.739.100,40	R\$ 127.219.176,90	R\$ 10.601.598,07	R\$ 2.227.818.231,64
2045	R\$ 2.227.818.231,64	R\$ 133.340.210,46	R\$ 11.111.684,21	R\$ 2.200.458.609,05
2046	R\$ 2.200.458.609,05	R\$ 139.570.942,78	R\$ 11.630.911,90	R\$ 2.165.168.582,18
2047	R\$ 2.165.168.582,18	R\$ 145.912.955,72	R\$ 12.159.412,98	R\$ 2.121.429.961,15
2048	R\$ 2.121.429.961,15	R\$ 152.367.851,83	R\$ 12.697.320,99	R\$ 2.068.696.652,05
2049	R\$ 2.068.696.652,05	R\$ 158.937.254,57	R\$ 13.244.771,21	R\$ 2.006.393.223,00
2050	R\$ 2.006.393.223,00	R\$ 165.622.808,57	R\$ 13.801.900,71	R\$ 1.933.913.397,40
2051	R\$ 1.933.913.397,40	R\$ 172.426.179,93	R\$ 14.368.848,33	R\$ 1.850.618.470,67
2052	R\$ 1.850.618.470,67	R\$ 179.349.056,44	R\$ 14.945.754,70	R\$ 1.755.835.646,60
2053	R\$ 1.755.835.646,60	R\$ 186.393.147,85	R\$ 15.532.762,32	R\$ 1.648.856.289,18
2054	R\$ 1.648.856.289,18	R\$ 193.560.186,19	R\$ 16.130.015,52	R\$ 1.528.934.085,80
2055	R\$ 1.528.934.085,80	R\$ 200.851.925,98	R\$ 16.737.660,50	R\$ 1.395.283.117,10
2056	R\$ 1.395.283.117,10	R\$ 208.270.144,55	R\$ 17.355.845,38	R\$ 1.247.075.828,96
2057	R\$ 1.247.075.828,96	R\$ 215.816.642,30	R\$ 17.984.720,19	R\$ 1.083.440.901,51
2058	R\$ 1.083.440.901,51	R\$ 223.493.242,99	R\$ 18.624.436,92	R\$ 903.461.010,04
2059	R\$ 903.461.010,04	R\$ 231.301.794,03	R\$ 19.275.149,50	R\$ 706.170.472,34
2060	R\$ 706.170.472,34	R\$ 239.244.166,76	R\$ 19.937.013,90	R\$ 490.552.776,63
2061	R\$ 490.552.776,63	R\$ 247.322.256,77	R\$ 20.610.188,06	R\$ 255.537.984,17
2062	R\$ 255.537.984,17	R\$ 255.537.984,17	R\$ 21.294.832,01	R\$ 0,00

Por fim finalizou com as seguintes considerações:

A composição da população de servidores de Diadema demonstra que o total de aposentados e pensionistas representa uma parcela de 37,70% da massa de segurados. Esta distribuição aponta para uma proporção de 1,65 servidores ativos para cada benefício concedido.

Considerando que a massa de servidores ativos tende a certa estabilidade, e considerando a evolução na expectativa de vida da população brasileira e mundial, a proporção de participantes em gozo de benefício aumenta, podendo chegar à equiparação com a massa de servidores ativos.



Neste ínterim, torna-se essencial a constituição de um plano previdenciário plenamente equilibrado e financiado pelo Regime Financeiro de Capitalização, tendo em vista a formação de Reservas Matemáticas para a garantia de pagamento dos benefícios futuros.

Ante todo o exposto, conclui-se que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefício Previdenciário do IPRED, em 31 de dezembro de 2022, apresenta-se de forma desequilibrada no seu aspecto atuarial, conforme comprova a existência do Déficit Técnico Atuarial no valor de R\$ 2.464.082.082,95, assim, recomendamos adequação da legislação municipal quanto às alterações recomendadas e/ou determinadas pela Emenda Constitucional nº 103/2019 e ainda às demais alterações técnicas estabelecidas pela Portaria MTP nº 1.467/2022, especialmente no que diz respeito à atualização cadastral dos segurados do plano de benefícios e os estudos complementares necessários à boa prática atuarial.

Sem mas eu, Silvana Ferreira Caetano declaro que redigi esta ata com término às 12 horas.

Reunião extraordinária 26 de Abril de 2023

PAUTA:

I – Aprovação da Prestação de Contas do 1º Bimestre 2023;

II – Aprovação da Carteira de Investimentos do 1º Trimestre 2023;

III – Aprovação do Relatório Atuarial 2023;

Sr. João de Almeida inicia a reunião se colocando à disposição para sanar qualquer dúvida com relação aos materiais que foram disponibilizados para análise dos conselheiros.

Sr. José Pereira pergunta se estão atrasadas 10 parcelas dos acordos.

Sr. João de Almeida declara que o parcelamento 351 estava em dia, 309 em dia, 349 com 06 (seis) parcelas em atraso, e os parcelamentos 308, 960, e 968 estavam com 10 (dez) parcelas em atraso. A administração está fazendo um esforço para quitar as parcelas em atraso até dia 28/04 do acordo 349.

Sra. Silvana Ferreira Caetano solicita que o Estudo Atuarial seja disponibilizado na íntegra para o Conselho fazer a leitura e sugere que seja feita a aprovação em outra reunião extraordinária. Solicita ver o quadro demonstrativo das amortizações e das alíquotas no decorrer do tempo.

Sr. João de Almeida apresenta alguns dados sobre o Estudo, e diz que a amortização ficará positiva em 2042, começando com uma alíquota de 6% (seis) em 2023; 7,09% em 2024; 8,18% em 2025; 9,27% em 2026. Caso seja feito um plano de amortização de 40 anos, isso pode mudar, pois será feita uma reavaliação atuarial, alterando a lei 531 que foi aprovada no final de 2022, onde constam alíquotas de 2% em 2023 e 2024 somente, para alíquotas de acordo com a capacidade financeira da prefeitura, onde iniciaria com 2%; e 3,49%, realizando essa alteração com uma amortização em 40 anos o déficit atuarial reduziria.

Sra. Ana Cláudia Gonzales pergunta do que depende essa alteração.

Sr. João de Almeida relata que o Superintendente está conversando com a Administração da Prefeitura para alterar essa lei, e acredita que até maio isso pode ser feito.

Aprovação da Prestação de Contas do 1º bimestre de 2023:

Sr. João de Almeida inicia relatando que o déficit apresentado no primeiro bimestre ocorreu pela falta de pagamento dos parcelamentos de forma integral, e porque a receita patrimonial está aquém do previsto. Não estava previsto o pagamento de alíquota suplementar, agora temos dois por cento todos os meses, o que aumentará um pouco a receita, teremos reajuste salarial, isto também impacta. Para esse ano a tendência é termos um aumento no número aposentadorias e pensões.

Sra. Silvana Ferreira Caetano, pergunta se os conselheiros têm mais alguma dúvida e coloca em votação a Prestação de Contas do primeiro bimestre.



Sr. José Pereira vota pela aprovação, mas com as ressalvas do Conselho Fiscal.

Sr. Fábio Peixoto vota pela reprovação e justifica dizendo que não considera digno de aprovação da maneira que está por conta exatamente desses parcelamentos que estão em atraso. Fazendo um resgate, no ano passado quando aprovamos, tínhamos uma situação de resgates em torno de R\$ 3 milhões para pagar as despesas mensais. Apesar do Governo ter sinalizado a implantação de alíquota, avançamos de um lado, mas pioramos de outro. Estamos piores do que em junho de 2022 quando os parcelamentos estavam sendo pagos. Apesar do governo ter se movimentado e ter colocado algumas situações que caminham para nosso interesse de solução desse problema, eu percebo uma omissão, pois a primeira vez que o secretário esteve aqui, ele declarou que tinha uma dívida que não seria paga porque a prefeitura não tem dinheiro. Na minha visão, enquanto conselheiro, não em relação ao trabalho do senhor João de Almeida e do Senhor Rubens, que estão fazendo um trabalho excepcional, mas nessa movimentação do Governo, enquanto não tiver uma sinalização concreta onde falam que irão pagar e não pagam, votará “Não”. Outra coisa que preocupa são as contratações, que apesar do governo ter iniciado o processo, ainda temos, se olharmos para 2018, menos funcionários. Precisamos intensificar, tivemos promessas por parte dos secretários, da realização de concursos, mas pelo que estou percebendo são bons de promessas, mas para resolver a questão dessa lei foram 2 (dois) anos.

Sra. Kátia Cheli – vota pela reprovação, Com a seguinte ressalva: considerando que os repasses dos parcelamentos, acordo 351 e 309 estão em dia, acordo 349 está com 6 parcelas em atraso, e os acordos 308, 960, 968, estão com 10 parcelas em atraso até a presente data, destacou na apresentação das receitas que as contribuições em regime de parcelamento de R\$ 103,6 milhões de previsão para 2023 ficam dentro dos R\$ 250 milhões do orçamento do IPRED, e uma vez que esses repasses não estão sendo pagos em dia, o instituto tem que todos os meses, resgatar das reservas financeiras para fechamento da folha para pagamento dos inativos. Com relação à apresentação do número de segurados, mesmo entrando novos ativos, tivemos 76 aposentados e 3 pensionistas para 14 novos ativos. Para que haja um equilíbrio entre ativos e inativos, é necessário contratar mais servidores. Destaca que o orçamento original foi no valor de R\$ 300 milhões, ficamos com R\$ 250 milhões que não são suficientes e ainda temos resgates mensais para a cobertura do fluxo de caixa no valor de aproximadamente R\$ 5 milhões mensais.

Sr. Fábio Rodrigues aprova com ressalvas com relação aos atrasos nos pagamentos dos parcelamentos.

Sra. Rosana Nalegaca aprova com ressalvas, com relação aos atrasos nos pagamentos dos parcelamentos que se estivessem em dia o Instituto estaria em outra situação. Os dois por cento de alíquota suplementar não estão fazendo diferença, pois temos dez meses de atraso nos parcelamentos.

Sra. Elaine Cordeiro da Silva Rigueira aprova com ressalvas.

Sr. Lucas Souza aprova, mas sempre observar a questão dos parcelamentos, a necessidade do equacionamento da dívida e ficarmos atentos a questão das nomeações, pois percebemos que o aumento de ativos é bem pequeno comparado ao aumento de aposentados, não está no nosso alcance, mas nosso papel é cobrar. Nesse primeiro bimestre tivemos a despesa realizada próxima da prevista, mas na receita a diferença é grande.

Sra. Silvana Ferreira Caetano aprova com ressalvas com relação a falta de pagamento dos parcelamentos, déficit no fluxo de caixa mensal, alíquotas insuficientes para que as receitas cubram as despesas.

Sra. Ana Cláudia Gonzales – considerando que essa é a prestação de contas do primeiro bimestre de 2023, e quer ver o andamento do pagamento dos parcelamentos até o próximo bimestre para avaliar o impacto dos R\$ 50 milhões deficitários. Aprovou os bimestres anteriores levando em consideração os esforços do governo e os parcelamentos pagos. Relata preocupação com as questões do RH, pois já havíamos falado que 800 funcionários a menos estão pesando para o Instituto, precisam ingressar através de concurso que hoje não é só na educação, mas também a saúde. Aprova, mas na próxima prestação de contas irá analisar os reflexos das ações para melhoria da arrecadação que irá reverter em recursos para o IPRED, nas contratações de novos servidores, nos pagamentos dos parcelamentos e na alteração da lei 531/2022, que apresentará uma amortização em 40 anos, o prazo para essa alteração é de dois meses.

Aprovação da Carteira de Investimentos do Primeiro trimestre de 2023

Sr. João de Almeida questiona se os Conselheiros têm alguma dúvida com relação a carteira de investimentos, e não havendo dúvidas foi aberta a votação.



A Prestação de Contas referente a Carteira de Investimentos foi aprovada por unanimidade pelo Conselho.

Aprovação do Relatório Atuarial 2023

O Conselho deliberou que o Estudo Atuarial teria sua análise e aprovação realizada no próximo dia dez de maio de 2023.

Sem, mas, eu, Silvana Ferreira Caetano e Kátia Cheli Kanasawa declaramos que redigimos esta ata com término às 12 horas.

Reunião extraordinária 10 de maio de 2023

PAUTA:

1. Aprovação do remanejamento da taxa de administração para reversão de pagamento de benefícios previdenciários do RPPS;
2. Aprovação avaliação atuarial 2023

Sr. Rubens Xavier pede a palavra para dar o informe de que desde o dia 09/05/23 já está disponível no <https://ipreddiadema.sp.gov.br/> o formulário de prova de vida anual. E também informa que por conta do dia das mães, o pagamento dos aposentados e pensionistas será antecipado para sexta-feira dia 12/05/23.

Sra. Ana Claudia e Sra. Maria Aparecida Campos trazem um breve relato do 1º Congresso Brasileiro de Mulheres de RPPS ocorrido no dia 3 de maio de 2023 em Brasília: os institutos apresentaram exemplos concretos do que está sendo feito para reduzir o déficit. De modo geral, 99% de todos os institutos que tiveram problemas, iniciou-se após empréstimo ou retirada de verba do instituto; 1% por questões de taxa inadequada, mas no geral estão conseguindo equacionar. O grande problema foi a retirada de dinheiro. Dos institutos que lá estavam e não tem déficit são o de Tocantins e Indaiatuba. A maior parte não fez a reforma. Estão com proposta de reforma adaptada, mas ainda não conseguiram passar. O melhor foi da Paraíba, que fez uma apresentação didática, com planilhas, manual de todas as áreas, colocou pesquisa de satisfação e está com patrimônio de 250 milhões. Mato Grosso e Andradina não fizeram a reforma.

Ubatuba, fez uma reforma adaptada em agosto de 2022, mexeu nas pensões como um todo, nas aposentadorias especiais e para os novos servidores adotou a EC 103/2019. Tem Pró Gestão 3 e usou a taxa para equacionar o déficit.

Sra. Ana Claudia o Ministro da Previdência, compareceu e sinalizou para que os municípios paguem as dívidas das prefeituras em 20 anos. Terá o reparcelamento em 240 vezes. E foi solicitado pelo presidente da ABIPEM que tenha uma punição ao gestor, no caso de atraso das parcelas.

O Secretário da Previdência disse que 69% dos municípios do Brasil não fizeram a reforma previdenciária. Só 31 % fizeram a reforma e a maioria foram reformas adaptadas da EC 103/2019.

Sr. Rubens Xavier esclarece que estamos debatendo a inviabilidade de ter uma reforma. Que não é para o Brasil inteiro. Considerando isso, a própria ABIPEM e a frente Nacional dos Prefeitos fizeram um documento e já tem uma proposta de PL de um deputado do Espírito Santo, porque esta pauta está correndo Brasil, e precisa ser retomada. Vejam o exemplo de Santo André e São Bernardo. Daí se tem situações em que cada um é uma coisa. Então tem sentido retomar a discussão. As consultorias dizem que é preciso fazer igual ao governo federal, mas o que o está escrito na lei é a palavra assemelhado, que não quer dizer igual, permite que se faça os arranjos. E está claro para todos que não tem sentido manter do jeito que está, é preciso retomar essa questão central para resolver. Outro ponto é que os institutos estão pautando a possibilidade de reparcelar em até 240 meses.

Sra. Maria Aparecida Campos diz que viu posições que não concorda como a questão da reforma. Coloca que os conselheiros de alguns institutos como o de Amazonas, Manaus recebem um valor para participar das reuniões, mas acha essa situação questionável e desnecessária.

Sr. João de Almeida diz que por causa das novas certificações, das novas exigências, muitos institutos e municípios vão rever suas leis, e acha justo, os conselheiros serem remunerados uma vez que terão mais obrigações e deverão ter mais conhecimento.

Sr. Rubens Xavier coloca que é importante debater o assunto, pois envolve responsabilidade jurídica, certificação, e a necessidade de



a pessoa estar permanentemente atualizado.

Sra. Ana Claudia outro ponto que chamou atenção foi a reestruturação administrativa das suas equipes e que vários institutos já estão fazendo. E destaca que no Congresso uma Auditora falou que as atas devem ser minuciosas para resguardar os conselheiros. Disse que os auditores estão indeferindo atas, e é importante ter o máximo de detalhes, que os conselheiros especifiquem as respostas, para esclarecimentos no futuro.

Também informou que o próximo Congresso para conselheiros dos RPPS será no final de novembro início de dezembro e gostaria de reivindicar que vá o maior número possível de conselheiros.

Sr. João de Almeida esclarece que normalmente são 6 pessoas que costumam ir neste Congresso e irá levar a demanda para o Sr. Rubens.

Sr. João de Almeida semana passada algumas pessoas vieram para debater sobre o estudo atuarial onde foram esclarecidas várias dúvidas e foi bem esclarecedor. Destaca que é necessário o conselho aprovar a utilização da taxa de administração para reverter para a previdência o valor de aproximadamente de 5 milhões em pagamento de benefícios previdenciários.

Sra. Kátia Cheli questiona sobre a diferença dos números do estudo atuarial na composição da população dos 137 servidores ativos a menos, 96 aposentados a menos e dos 49 pensionistas a mais quando comparado com os dados do 6º bimestre de 2022.

Sr. João de Almeida esclarece que a base de dados utilizada foi de julho de 2022.

Sra. Kátia Cheli a data focal dos dados que consta na capa do estudo é 31/12/2022.

Sr. João de Almeida 31/12/2022 são sobre o fechamento financeiro, em relação a base de dados, foi a mesma base de dados que a prefeitura utilizou. O atuário que a prefeitura contratou pediu a base de julho e fez o estudo, e para o IPRED não ter bases diferentes, utilizou a mesma base da prefeitura, que foi do mês 07/2022. Esclarece que de acordo com a portaria 1.467/2022 da SPREV em seu art 49º § 1º A base de dados cadastrais, funcionais e remuneratórios deverá estar posicionada entre julho e dezembro do exercício relativo à avaliação atuarial anual com data focal em 31 de dezembro.

Sra. Ana Claudia questiona o que diferencia base financeira de base de dados dos segurados.

Sr. João de Almeida base de dados em termos de quantidades de ativos na época, quantidade de aposentados estava dando um total no mês 07/12 e os dados financeiros o fechamento financeiro utilizado foi de 31/12. São coisas distintas, massa (servidores ativos, aposentados, pensionistas) e fechamento financeiro.

Sra. Kátia Cheli pergunta qual período foi utilizado como base de dados para o estudo atuarial de 2022 porque na comparação com os dados do 6º bimestre de 2021 não houve diferença na composição dos segurados.

Sr. João de Almeida o estudo atuarial anterior foi feito com a base de outubro de 2022.

Sr. Fábio Gomes Peixoto pergunta se há prejuízo na comparação entre os anos quando se utiliza a base de dados de períodos diferentes; como se utilizou no ano de 2022 dados de julho e em 2021 dados de outubro.

Sr. João de Almeida na Lei não fala que tem de ser o mesmo período da base de cadastro em todos os anos, mas que seja utilizada o período entre julho e dezembro do exercício em que foi feito. Geralmente, começa em julho e o atuário pode utilizar até outubro ou novembro. Mas se comparar pode ter uma interferência sim, mas é data base daquele período.

Sra. Kátia Cheli destaca que no material apresentado pelo atuário para o conselho no dia 19/04/2023, o Município de Diadema instituiu o plano de Custeio Suplementar por Aporte para o equacionamento do déficit atuarial, e na verdade segundo a Lei Municipal 531 de 16/12/2022 o Plano de Custeio é por alíquotas.

Sr. João de Almeida irá pedir para o atuário fazer a correção no material e complementa que a Lei Municipal 531 de 16/12/2022 poderá ser alterada segundo o Sr. Rubens Xavier. No seu artigo 1º irão tirar a tabela de 2% para 2023 e 2% para 2024 e será colocada uma tabela de Plano de Amortização para 40 anos com alíquota suplementar crescente. Depois que a Lei for alterada o atuário trará esses 40 anos para uma reavaliação atuarial e esse valor a amortizar de R\$ 1.581.610.238,63 provavelmente irá diminuir.



Sra. Kátia Cheli pergunta se já não podemos pedir essa reavaliação atuarial.

Sr. João de Almeida deixa claro que o atuário se baseia em Lei, e que no momento a Lei vigente está 2% para 2023 e 2% para 2024.

Sr. João de Almeida sobre o remanejamento da taxa de administração de 5 milhões para pagamento dos benefícios previdenciários, esclarece que o patrimônio líquido não altera, só será utilizado uma parte do recurso da taxa que esta parado para pagar a folha.

Aprovação do remanejamento da taxa de administração para a previdência - Aprovado por unanimidade pelos conselheiros sem objeção

Aprovação avaliação atuarial 2023

Sra. Rosana Nalegaca acha muito complicado validar ou não validar algo tão técnico, porque são eles que tem o conhecimento para a construção do atuarial, acha muito difícil falar que não aprova, e não tem conhecimento técnico para não aprovar, tem várias dúvidas. Aprova, mas precisamos ficar de olho.

Sr. João de Almeida para os próximos estudos talvez, é importante aproximar mais o atuário do conselho, ir construindo o relatório junto com o conselho, ir tirando as dúvidas durante o processo, quer seja presencial ou por chamada de vídeo, porque o estudo atuarial é muito complexo.

Sr. Robson de Carvalho - Aprova, mas sempre tentando fazer o comparativo do estudo atuarial anterior com o atual que será aprovado, acha que faltou esse histórico do ano passado por parte do atuário quando fez a apresentação, e também recomendar de tentar aproximar os números com os utilizados pela gestão para não ficar tão distantes um do outro, que seja entre outubro/novembro.

Sr. José Pereira Barros acha utópicas as projeções de 40 anos. Aprova, por ser um estudo e sugere para os próximos estudos ter mais comparativos para nós basearmos melhor.

Sra. Elaine Cordeiro da Silva Rigueira – Aprova, acompanhando o raciocínio da Sra. Rosana na falta conhecimento técnico. E quando ocorrer a reavaliação atuarial em virtude da mudança da Lei Municipal 531 poderemos aprofundar com mais observações.

Sr. Jorge Luiz Ferreira de Lima – Não com justificativa: pelas inconsistências apresentadas e para melhorar nos próximos estudos.

Sr. Fábio Gomes Peixoto – Não com justificativa: inabilidade para julgar, indicando a reavaliação e que nessa reavaliação seja colocada um comparativo com maior clareza para podermos votar.

Sra. Maria Aparecida Campos a apresentação não foi didática, foi técnica e isso atrapalha nosso entendimento, acredito que tinham coisas até utópicas e pelo fato de ter entendido muito pouco voto não.

Sra. Ana Claudia – Não com justificativa: as projeções sempre serão para médio e longo prazo, esse estudo é fictício no sentido que não irá cumprir. Gostaria de um estudo que minimamente se cumpra. Um estudo próximo ao real. Neste estudo não me sinto à vontade em votar principalmente depois da fala da gestão, pois estamos com os parcelamentos que não estão sendo pagos. Mas fazer um estudo em que não há o equacionamento ao que entendo é que tecnicamente eu abaixo o déficit para conseguir um benefício para o município.

Sra. Kátia Cheli – Não com justificativa: pelas inconsistências dos números levantados, destaca que no final do estudo atuarial recomenda a atualização cadastral dos segurados do plano de benefícios e peço a reavaliação do estudo atuarial.

Próxima reunião do conselho está agendada 21 de junho de 2023.

Eu, Kátia Cheli Kanasawa declaro que redigi esta ata com término as 12 horas.

Diadema, 10 de maio de 2023.



Reunião ordinária 21 de junho de 2023

Pauta:

- 1 Apresentação da prestação de contas do 2 Bimestre de 2023.

Sr. João de Almeida dá início à prestação de contas apresentando o quadro de evolução comparativa de 2022 com 2º bimestre 2023. Comparando o fechamento de 2022 com o 2º Bimestre de 2023 há o aumento de aproximadamente 05 ativos, aumento de 96 benefícios de aposentadoria e 07 benefícios de pensões. Em relação às receitas correntes, os números apresentados sobre o previsto e realizados no 2º Bimestre foram: Receitas de Contribuições — Previsto R\$ 17.834.292,31 e Realizado R\$ 21.485.117,35, outras receitas correntes, como COMPREV - Previsto R\$ 716.666,67 e Realizado R\$ 907.258,68 e Outras Restituições — Previsto R\$ 16.333,33, Realizado R\$ 16.913,62 e Receita Patrimonial — Previsto R\$ 6.733.333,33, Realizado R\$ 2.012.982,81, totalizando R\$ 24.422.272,46 no realizado das Receitas Correntes. Em relação às Receitas Correntes — Intra-Orçamentárias, os números previstos e realizados referentes ao 2º Bimestre foram: sobre as contribuições da Prefeitura — Previsto R\$ 19.953.323,08 e Realizado R\$ 20.726.990,27, Câmara — Previsto R\$ 492.246,15, Realizado R\$ 316.290,04, IPRED — Previsto R\$ 67.784,62, Realizado R\$ 67.905,56, Florestan — Previsto R\$ 45.076,92, Realizado R\$ 49.126,40, totalizando R\$ 21.162.319,65 no realizado das Contribuições Patronal para RPPS. Em relação aos acordos de parcelamento foram pagos um total de R\$ 12.088.854,09 acumulado até o 2º bimestre 2023. A receita referente ao aluguel da central de atendimento foi de R\$ 384.000,00, totalizando R\$ 33.635.173,74 em receitas correntes intra-orçamentárias. O valor total de receitas correntes e receitas correntes intra-orçamentárias foi de R\$ 58.057.446,20. Em relação à Prefeitura encontra-se pendente a parte suplementar de 05/18 a 01/21 totalizando R\$ 343.887.897,44 referente ao principal e atualizações, sobre as parcelas dos acordos vigentes de parcelamento apenas o acordo 351/2021 e o 309/2021 encontram-se com suas parcelas quitadas. Sobre os demais parcelamentos, todos estão em atraso. Vale destacar, como mencionado na reunião, que as providências relativas a essas pendências estão sendo tomadas através do envio de ofícios com as relativas cobranças. Em relação às despesas administrativas o valor previsto foi de R\$ 2.110.223,08 e o realizado foi de R\$ 1.477.964,36. Com relação as despesas previdenciárias, o total previsto foi de R\$ 74.997.179,49 e o realizado foi de R\$ 76.599.888,22 totalizando as despesas em R\$ 78.077.852,58. Apresentando um déficit contábil de R\$ -20.020.406,38. Importante destacar que na elaboração da LOA 2023, a previsão de despesa do IPRED enviada ao ente federativo foi de R\$ 300.780.000,00, mas o valor enviado à Câmara Municipal pelo ente federativo foi de R\$ 250.000.000,00. Em relação à carteira de investimentos do Instituto: A carteira previdenciária encerrou o 2º Bimestre com R\$ 157.191.273,55 e a carteira administrativa finalizou com R\$ 10.269.974,21, totalizando R\$ 167.461.247,76 na carteira. A taxa de administração para o período de 2023 foi de R\$ 5.120.622,92 e foram utilizados R\$ 1.477.964,36 até o 2º bimestre, 28,86% dos recursos, ficando um saldo de R\$ 3.642.658,56. Sra. Ana Cláudia Gonzales solicita que se proceda a leitura do Parecer do Conselho Fiscal.

Sr. João de Almeida inicia a leitura: De acordo com as informações apresentadas para este Conselho, referentes a Prestação de Contas do 2º Bimestre/2023, este Conselho reconhece que a transparência das informações, o grande esforço e capacidade dos A Gestores do Instituto de Previdência dos Serv. do Mun. de Diadema — IPRED. Contudo, os conselheiros Washington Luiz Marchezpe, Wagner de Santana Lima e Maria Aparecida Pappi Simões da Silva Santos reprovaram as contas apresentadas, com exceção do voto da conselheira Lenira de Souza Cardozo, que aprovou as contas com ressalvas, em razão dos atrasos nos parcelamentos firmados entre PMD e IPRED, o não pagamento do valor principal de R\$ 342.887.897,44, referente a contribuição suplementar do período de 05/2018 a 01/2021, bem como ao déficit contábil de R\$ 20.020.406,38 no encerramento do bimestre em questão. Ressalte-se que este Conselho, ao longo dos últimos anos, tem insistentemente cobrado a regularização dessa situação, que muito tem prejudicado o IPRED financeiramente. Sem, mas, eu, Silvana Ferreira Caetano e Kátia Cheli Kanasawa declaramos que redigimos esta ata com término às 12 horas.

Ata da reunião extraordinária de 28 de junho de 2023

PAUTA:

- I – Aprovação da Prestação de Contas do 1º Bimestre 2023;
- II – Aprovação da Carteira de Investimentos do 1º Trimestre 2023;
- III – Aprovação do Relatório Atuarial 2023;

Sr. João de Almeida inicia a reunião se colocando a disposição para sanar qualquer dúvida com relação aos materiais que foram



disponibilizados para análise dos conselheiros.

Sr. José Pereira pergunta se estão atrasadas 10 parcelas dos acordos.

Sr. João de Almeida declara que o parcelamento 351 estava em dia, 309 em dia, 349 com 06 (seis) parcelas em atraso, e os parcelamentos 308, 960, e 968 estavam com 10 (dez) parcelas em atraso. A administração está fazendo um esforço para quitar as parcelas em atraso até dia 28/04 do acordo 349.

Sra. Silvana Ferreira Caetano solicita que o Estudo Atuarial seja disponibilizado na íntegra para o Conselho fazer a leitura e sugere que seja feita a aprovação em outra reunião extraordinária. Solicita ver o quadro demonstrativo das amortizações e das alíquotas no decorrer do tempo.

Sr. João de Almeida apresenta alguns dados sobre o Estudo, e diz que a amortização ficará positiva em 2042, começando com uma alíquota de 6% (seis) em 2023; 7,09% em 2024; 8,18% em 2025; 9,27% em 2026. Caso seja feito um plano de amortização de 40 anos, isso pode mudar, pois será feita uma reavaliação atuarial, alterando a lei 531 que foi aprovada no final de 2022, onde constam alíquotas de 2% em 2023 e 2024 somente, para alíquotas de acordo com a capacidade financeira da prefeitura, onde iniciaria com 2%; e 3,49%, realizando essa alteração com uma amortização em 40 anos o déficit atuarial reduziria.

Sra. Ana Cláudia Gonzales pergunta do que depende essa alteração.

Sr. João de Almeida relata que o Superintendente está conversando com a Administração da Prefeitura para alterar essa lei, e acredita que até maio isso pode ser feito.

Aprovação da Prestação de Contas do 1º bimestre de 2023:

Sr. João de Almeida inicia relatando que o déficit apresentado no primeiro bimestre ocorreu pela falta de pagamento dos parcelamentos de forma integral, e porque a receita patrimonial está aquém do previsto. Não estava previsto o pagamento de alíquota suplementar, agora temos dois por cento todos os meses, o que aumentará um pouco a receita, teremos reajuste salarial, isto também impacta. para esse ano a tendência é termos um aumento no número aposentadorias e pensões.

Sra. Silvana Ferreira Caetano, pergunta se os conselheiros têm mais alguma dúvida e coloca em votação a Prestação de Contas do primeiro bimestre.

Sr. José Pereira vota pela aprovação, mas com as ressalvas do Conselho Fiscal.

Sr. Fábio Peixoto vota pela reprovação e justifica dizendo que não considera digno de aprovação da maneira que está por conta exatamente desses parcelamentos que estão em atraso. Fazendo um resgate, no ano passado quando aprovamos, tínhamos uma situação de resgates em torno de R\$ 3 milhões para pagar as despesas mensais. Apesar do Governo ter sinalizado a implantação de alíquota, avançamos de um lado, mas pioramos de outro. Estamos piores do que em junho de 2022 quando os parcelamentos estavam sendo pagos. Apesar do governo ter se movimentado e ter colocado algumas situações que caminham para nosso interesse de solução desse problema, eu percebo uma omissão, pois a primeira vez que o secretário esteve aqui, ele declarou que tinha uma dívida que não seria paga porque a prefeitura não tem dinheiro. Na minha visão, enquanto conselheiro, não em relação ao trabalho do senhor João de Almeida e do Senhor Rubens, que estão fazendo um trabalho excepcional, mas nessa movimentação do Governo, enquanto não tiver uma sinalização concreta onde falam que irão pagar e não pagam, votará “Não”. Outra coisa que preocupa são as contratações, que apesar do governo ter iniciado o processo, ainda temos, se olharmos para 2018, menos funcionários. Precisamos intensificar, tivemos promessas por parte dos secretários, da realização de concursos, mas pelo que estou percebendo são bons de promessas, mas para resolver a questão dessa lei foram 2 (dois) anos.

Sra. Kátia Cheli – vota pela reprovação, Com a seguinte ressalva: considerando que os repasses dos parcelamentos, acordo 351 e 309 estão em dia, acordo 349 está com 6 parcelas em atraso, e os acordos 308, 960, 968, estão com 10 parcelas em atraso até a presente data, destacou na apresentação das receitas que as contribuições em regime de parcelamento de R\$ 103,6 milhões de previsão para 2023 ficam dentro dos R\$ 250 milhões do orçamento do IPRED, e uma vez que esses repasses não estão sendo pagos em dia, o instituto tem que todos os meses, resgatar das reservas financeiras para fechamento da folha para pagamento dos inativos. Com relação à apresentação do número de segurados, mesmo entrando novos ativos, tivemos 76 aposentados e 3 pensionistas para 14 novos ativos. Para que haja um equilíbrio entre ativos e inativos, é necessário contratar mais servidores. Destaca que o orçamento original foi no valor de R\$ 300 milhões, ficamos com R\$ 250 milhões que não são suficientes e ainda temos resgates mensais para a cobertura do fluxo de caixa no valor de aproximadamente R\$ 5 milhões mensais.



Sr. Fábio Rodrigues aprova com ressalvas com relação aos atrasos nos pagamentos dos parcelamentos.

Sra. Rosana Nalegaca aprova com ressalvas, com relação aos atrasos nos pagamentos dos parcelamentos que se estivessem em dia o Instituto estaria em outra situação. Os dois por cento de alíquota suplementar não estão fazendo diferença, pois temos dez meses de atraso nos parcelamentos.

Sra. Elaine Cordeiro da Silva Rigueira aprova com ressalvas.

Sr. Lucas Souza aprova, mas sempre observar a questão dos parcelamentos, a necessidade do equacionamento da dívida e ficarmos atentos a questão das nomeações, pois percebemos que o aumento de ativos é bem pequeno comparado ao aumento de aposentados, não está no nosso alcance, mas nosso papel é cobrar. Nesse primeiro bimestre tivemos a despesa realizada próxima da prevista, mas na receita a diferença é grande.

Sra. Silvana Ferreira Caetano aprova com ressalvas com relação a falta de pagamento dos parcelamentos, déficit no fluxo de caixa mensal, alíquotas insuficientes para que as receitas cubram as despesas.

Sra. Ana Cláudia Gonzales – considerando que essa é a prestação de contas do primeiro bimestre de 2023, e quer ver o andamento do pagamento dos parcelamentos até o próximo bimestre para avaliar o impacto dos R\$ 50 milhões deficitários. Aprovou os bimestres anteriores levando em consideração os esforços do governo e os parcelamentos pagos. Relata preocupação com as questões do RH, pois já havíamos falado que 800 funcionários a menos estão pesando para o Instituto, precisam ingressar através de concurso que hoje não é só na educação, mas também a saúde. Aprova, mas na próxima prestação de contas irá analisar os reflexos das ações para melhoria da arrecadação que irá reverter em recursos para o IPRED, nas contratações de novos servidores, nos pagamentos dos parcelamentos e na alteração da lei 531/2022, que apresentará uma amortização em 40 anos, o prazo para essa alteração é de dois meses.

Aprovação da Carteira de Investimentos do Primeiro trimestre de 2023

Sr. João de Almeida questiona se os Conselheiros têm alguma dúvida com relação a carteira de investimentos, e não havendo dúvidas foi aberta a votação.

A Prestação de Contas referente a Carteira de Investimentos foi aprovada por unanimidade pelo Conselho.

Aprovação do Relatório Atuarial 2023

O Conselho deliberou que o Estudo Atuarial teria sua análise e aprovação realizada no próximo dia dez de maio de 2023.

Sem, mas, eu, Silvana Ferreira Caetano e Kátia Cheli Kanasawa declaramos que redigimos esta ata com término às 12 horas.

Ata reunião ordinária dia 23 de agosto de 2023.

PAUTA:

1. Prestação de contas do 3º bimestre de 2023;
2. Carteira de Investimentos 2º trimestre 2023;

Sr. Rubens inicia a reunião dando informe sobre uma PEC que está tramitando no Congresso Nacional, PEC 38/2023, que trata da retomada da LC 103/2019 em nível nacional e a derrubada da proibição da abertura de novos institutos de previdência, hoje temos 2118 institutos. Outro informe importante, é que a Conselheira Silvana Ferreira

Caetano deixa de ser representante do Governo e passa a ser representante do Sindicatos Servidores Públicos de Diadema, o ofício foi protocolado hoje com a indicação delapelo Sindicato e faremos uma portaria com essas alterações.

Solicita que o Conselho indique os representantes que irão ao Congresso no final de novembro em João Pessoa, pois precisam comprar as passagens.



Sra. Ana Cláudia diz que até o final do dia passará essas informações.

Sr. Rubens fala sobre a Certificação, que no Comitê Financeiro é necessário que todos sejam certificados, e que por enquanto temos apenas dois membros com certificação, Sr. João de Almeida e Sr. Wesley, que ele e a Sra. Silvana precisam da certificação. O IPRED está fazendo cotação para contratação de curso para os conselheiros se preparem para a prova de certificação.

Informa ainda que na próxima reunião, o Secretário de Finanças, Sr. Francisco Funcia estará presente fazendo apresentação da prestação de contas da Prefeitura.

Sra. Ana Cláudia pede a palavra e relata que viu uma publicação do Sr. Wagner Santana, Conselheiro Fiscal, que dizia o que segue: *"Hoje de manhã, teve reunião do Conselho Fiscal do IPRED e o Diretor Financeiro apresentou entre outras coisas, as parcelas em aberto da Gestão. Acumuladas a prefeitura possui 55 parcelas em atraso. O IPRED como sempre está cobrindo o rombo dessa receita, deixando ainda mais combatida nossas reservas financeiras. Na prática a Prefeitura municipal de Diadema está expropriando nosso dinheiro para financiar a máquina."* Na sequência Ana Cláudia sugere que o Sr. João, Diretor Financeiro, verifique junto ao Conselho Fiscal qual a sugestão que eles têm para esse problema, para que tanto o Conselho Fiscal como o Deliberativo tomem uma medida em conjunto.

Sr. Robson sugere que o Conselheiro, bem como o Conselho Fiscal apresentem alternativas para solucionar junto com o Governo esse problema. Declara que o IPRED somos nós, ativos e aposentados. Não sabe se pelo texto, ele estava falando pelo Conselho Fiscal.

Sr. Fábio Peixoto diz que da outra vez que teve esse mesmo movimento, cogitamos convocá-lo para dar explicações e acabamos não fazendo, dessa vez não devemos deixá-lo passar.

Sr. Robson solicita a Presidente do Conselho que desse uma olhada no nosso regimento interno, e que se o Conselheiro estiver fazendo algo incorreto, que seja acionado perante o regimento.

Sra. Ana Cláudia diz que ao sair da reunião, falará com a Sra. Lenira para fazer um ofício convocando uma reunião com o Conselho Fiscal para colocá-los a par das nossas discussões.

Relata ainda que nas várias reuniões que o Conselheiro participou com o Conselho Deliberativo, ele não se mostra combativo.

Sra. Silvana reitera a importância de verificar se o Conselheiro não está ferindo o Regimento Interno, conforme proposta do Sr. Robson. Diz que sabemos que a orientação do Conselho Fiscal, em outras oportunidades, é o sequestro do FPM, e que sabemos que essa não é a melhor saída, pois isso iria desestruturar as finanças da Prefeitura podendo inclusive trazer como consequência a falta de pagamento dos salários. Temos uma responsabilidade gigantesca. Reforça a importância de chamar uma reunião com o Conselho Fiscal e não somente com o Conselheiro Wagner.

Sr. Bruno Seto diz que o IPRED é a entidade Gestora do RPPS e faz parte da Prefeitura, não tem como a Prefeitura expropriar o RPPS, a dívida do RPPS é da Prefeitura. A Prefeitura está deixando de pagar, não está pegando dinheiro do RPPS.

1- Apresentação da Prestação de contas do 3º bimestre de 2023;

Sr. João de Almeida inicia a apresentação lendo o parecer do Conselho Fiscal quanto a Prestação de Contas:

De acordo com as informações apresentadas para este conselho, referente a prestação de contas do terceiro bimestre de 2023, este conselho reconhece que a transparência das informações, grande esforço e capacidade de gestão do IPRED, contudo os conselheiros Washington, Wagner e Pappi reprovaram as contas apresentadas, com exceção do voto da Lenira, que aprovou as contas com ressalvas. Em razão dos atrasos nos parcelamentos firmados entre PMD e IPRED. dos seis parcelamentos vigentes, três parcelamentos estão com suas parcelas atrasadas há 14 meses, não pagamento do valor principal de R\$ 347.255.595,93 referente contribuição suplementar do período de maio de 2018 a janeiro de 2021, bem como descapitalização dos recursos financeiros para pagar os benefícios previdenciários em função do déficit contábil e corrente que no encerramento do terceiro bimestre foi de R\$ 33.306.968,46. Ressalta que esse conselho, ao longo dos últimos anos, vem insistentemente cobrando a regularização dessa situação, que muito tem prejudicado o IPRED financeiramente. Diante do exposto acima, encaminhamos e submetemos para apreciação do Conselho Deliberativo.

Na sequência dá início à prestação de contas apresentando o quadro de evolução comparativa de 2022 com 3º bimestre 2023. Comparando o fechamento de 2022 com o 3º Bimestre de 2023 há o aumento de aproximadamente 118 ativos, aumento de 118 benefícios de aposentadoria e 12 benefícios de pensões. Em relação às receitas correntes, os números apresentados sobre o previsto e realizados no 3º Bimestre foram: Receitas de Contribuições – Previsto R\$ 26.751.438,46 e Realizado R\$ 30.531.106,24, outras receitas correntes, como COMPREV - Previsto R\$ 1.075.000,00 e Realizado R\$ 2.757.908,24 e Outras Restituições – Previsto R\$ 24.500,00, Realizado R\$ 24.386,55 e Receita Patrimonial – Previsto R\$ 10.100.000,00, Realizado R\$ 12.056.957,48, totalizando R\$ 45.370.358,51 no realizado das Receitas Correntes. Em relação às Receitas Correntes – Intra-Orçamentárias, os números previstos e realizados referentes ao 3º Bimestre foram: sobre as contribuições da Prefeitura – Previsto R\$ 29.022.323,08 e Realizado R\$



33.747.551,23, Câmara – Previsto R\$ 738.369,23, Realizado R\$ 527.938,98, IPRED – Previsto R\$ 101.676,92, Realizado R\$ 104.177,14, Florestan – Previsto R\$ 67.615,38, Realizado R\$ 74.038,32, totalizando R\$ 34.455.713,05 no realizado das Contribuições Patronal para RPPS. Em relação aos acordos de parcelamento foram pagos um total de R\$ 15.026.186,26 acumulado até o 3º bimestre 2023. A receita referente ao aluguel da central de atendimento foi de R\$ 576.000,00, totalizando R\$ 50.057.889,31 em receitas correntes intra-orçamentárias. O valor total de receitas correntes e receitas correntes intra-orçamentárias foi de R\$ 95.428.257,82. Em relação à Prefeitura encontra-se pendente a parte suplementar de 05/18 a 01/21 totalizando R\$ 347.255.595,93 referente ao principal e atualizações, Vale destacar que todos os acordos de parcelamento se encontram em atraso e como mencionado na

reunião, as providências relativas a essas pendências estão sendo tomadas através do envio de ofícios com as relativas cobranças. Em relação às despesas administrativas o valor previsto foi de R\$ 3.165.334,62 e o realizado foi de R\$ 2.291.023,08. Com relação às despesas previdenciárias, o total previsto foi de R\$ 112.495.769,23 e o realizado foi de R\$ 126.444.203,20 totalizando as despesas em R\$ 128.735.226,28. Apresentando um déficit contábil de R\$ -33.306.968,46. Importante destacar que na elaboração da LOA 2023, a previsão de despesa do IPRED enviada ao ente federativo foi de R\$ 300.780.000,00, mas o valor enviado à Câmara Municipal pelo ente federativo foi de R\$ 250.000.000,00. Em relação à carteira de investimentos do Instituto: A carteira previdenciária encerrou o 3º Bimestre com R\$ 146.633.237,22 a carteira administrativa finalizou com R\$ 4.716.085,22, totalizando R\$ 151.349.322,44 na carteira. A taxa de administração para o período de 2023 foi de R\$ 5.120.622,92 e foram utilizados R\$ 2.291.023,08 até o 3º bimestre, 44,74% dos recursos, ficando um saldo de R\$ 2.829.599,84.

Carteira de Investimentos 2º Trimestre 2023

O Sr. João Almeida Diretor Financeiro do IPRED apresentou a carteira de investimentos do 2º trimestre de 2023 e abordou os seguintes temas relacionados ao cenário macroeconômico; O IPCA de junho de 2023 fechou com deflação de -0,08%, já no ano o IPCA acumulado é de 2,87% e nos últimos 12 meses 3,16%, a meta de inflação para 2023 é de 3,50%, com tolerância de 1,5%, para baixo ou para cima. A taxa SELIC se manteve em 13,75% e desde o início do ano de 2021, já tivemos 12 altas consecutivas. Abordou sobre as taxas indicativas das NTN-B's que estão com ótimas oportunidades para comprano tesouro direto, mas para isso é necessário o estudo de ALM.

Em relação ao fechamento da carteira no 2º trimestre de 2023 a carteira fechou com um total de R\$ 151.349.322,43, sendo R\$ 119.133.980,44 (78,71%) em renda fixa, R\$ 14.965.618,91 (9,89%) em renda variável, R\$ 14.515.341,09 (9,59%) em investimentos no exterior e R\$ 18.989,33 (0,01%) em investimentos estruturados. Vale observar que o artigo 7ºV, alínea "b" de crédito privado encontra-se desenquadrado passivamente em relação ao limite estabelecido pela resolução nº 4.963, O desenquadramento passivo foi ocasionado pela valorização dos ativos do segmento de crédito privado e queda do PL, medidas já foram tomadas para o enquadramento deste artigo. A rentabilidade da carteira no ano está positiva em R\$ 13.102.328,11. A meta atuarial no ano está em 5,40% e a rentabilidade da carteira está em 8,00%.

Sem, mas eu, Silvana Ferreira Caetano, declaro que redigi esta ata com término às 12 horas.

Reunião Ordinária de 30 de agosto de 2023.

PAUTA:

1. Aprovação da Prestação de contas do 3º bimestre de 2023;
2. Aprovação da Carteira de Investimentos 2º trimestre 2023;

Sra. Ana Cláudia inicia a votação aprovando a prestação de contas do 3º bimestre de 2023, com a seguinte ressalva: aprova considerando a veracidade das informações

apresentadas pela gestão, porém preocupa os atrasos nos parcelamentos e o crescimento nas aposentadorias e a questão do orçamento aprovado que é insuficiente.

Sr. José Pereira aprova com ressalvas devido ao atraso nos parcelamentos.

Sr. Fábio Peixoto reprovava e só se sentirá confortável em aprovar quando as contas estiverem equacionadas.

Sra. Elaine Cordeiro aprova com as ressalvas sobre o atraso nos parcelamentos, e buscare equilíbrio das contas.

Sr. Lucas Nogueira aprova e acompanha as ressalvas dos demais conselheiros, principalmente na questão dos parcelamentos, reconhece os esforços da equipe do IPRED, inclusive que aprovamos o uso dos recursos da carteira de administração, e isso deu alívio para os recursos previdenciários, que mostra que está havendo um esforço para melhorar.

Sra. Adriana Luna vota pela reprovação da Prestação Contas do 3º Bimestre de 2023 e aponta as seguintes pendências com relação aos acordos de parcelamento: Parcelamento 308 com 14 parcelas em aberto no valor total de R\$ 33.036.772,96;



Parcelamento 309 com 1 parcela em aberto no valor total de R\$ 260.945,01; Parcelamento 349 com 9 parcelas em aberto no valor total de R\$ 5.211.877,95; Parcelamento 351 com 2 parcelas em aberto no valor total de R\$ 2.076.508,77; Parcelamento 960 com 14 parcelas em aberto no valor total de R\$ 15.339.259,43; Parcelamento 968 com 14 parcelas em aberto no valor total de R\$ 10.168.175,72. Somando um montante de R\$ 66.093.539,84. Além desses valores, está em aberto aguardando parcelamento, o valor de R\$ 347.255.595,93 referente a alíquota suplementar do período de maio de 2018 a janeiro de 2021 não repassadas ao Instituto. Essas pendências são de responsabilidade da Administração Direta, que deve procurar alternativas para saná-las o mais rápido possível a fim de resolver o problema de fluxo de caixa negativo do Instituto e cessar o resgate dos recursos investidos com a finalidade de custear o pagamento dos benefícios futuros. Ressalta que no parecer do Conselho Fiscal que analisou a referida prestação de contas, não apontou nenhuma irregularidade quanto a aplicação dos recursos do Instituto, restando a reprovação com base nos atrasos dos parcelamentos.

Sra. Maria Aparecida Campos reprovava, considerando as ressalvas feitas pelo Sr. Fábio Peixoto e Sra. Adriana Luna.

Sr. Bruno Seto aprova com ressalvas.

Sra. Silvana Ferreira Caetano não votará, pois ainda não foi publicada portaria de nomeação dela como Conselheira representante do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema em substituição a Sra. Kátia Cheli Kanasawa que se aposentou a partir de 01 de agosto de 2023.

Sem, mas eu, Silvana Ferreira Caetano, declaro que redigi esta ata com término às 12 horas.

Diadema, 30 de agosto de 2023.

Reunião ordinária 18 de outubro de 2023

PAUTA:

1. Apresentação da Prestação de contas do 4º bimestre de 2023;
2. Apresentação da Carteira de Investimentos 3º trimestre 2023;

1- Apresentação da Prestação de contas do 4º bimestre de 2023;

Sr. João de Almeida dá início à prestação de contas apresentando o quadro de evolução comparativa de 2022 com 4º bimestre 2023. Comparando o fechamento de 2022 com o 4º Bimestre de 2023 há o aumento de aproximadamente 154 ativos, aumento de 159 benefícios de aposentadoria e 16 benefícios de pensões. Em relação às receitas correntes, os números apresentados sobre o previsto e realizados no 4º Bimestre foram: Receitas de Contribuições – Previsto R\$ 35.668.584,62 e Realizado R\$ 40.182.126,15, outras receitas correntes, como COMPREV - Previsto R\$ 1.433.333,33 e Realizado R\$ 4.085.501,54 e Outras Restituições – Previsto R\$ 32.666,67, Realizado R\$ 31.497,47 e Receita Patrimonial – Previsto R\$ 13.466.666,67, Realizado R\$ 15.118.514,01, totalizando R\$ 59.417.639,17 no realizado das Receitas Correntes. Em relação às Receitas Correntes – Intra-Orçamentárias, os números previstos e realizados referentes ao 4º Bimestre foram: sobre as contribuições da Prefeitura – Previsto R\$ 38.696.430,77 e Realizado R\$ 47.871.159,35, Câmara – Previsto R\$ 984.492,31, Realizado R\$ 721.795,99, IPRED – Previsto R\$ 135.569,23, Realizado R\$ 143.160,56 Florestan – Previsto R\$ 90.153,85, Realizado R\$ 109.379,61, totalizando R\$ 48.847.502,89 no realizado das Contribuições Patronal para RPPS. Em relação aos acordos de parcelamento foram pagos um total de R\$ 18.036.815,80 acumulado até o 4º bimestre 2023. A receita referente ao aluguel da central de atendimento foi de R\$ 768.000,00, totalizando R\$ 67.652.318,69 em receitas correntes intra-orçamentárias. O valor total de receitas correntes e receitas correntes intra-orçamentárias foi de R\$ 127.069.957,86. Em relação à Prefeitura encontra-se pendente a parte suplementar de 05/18 a 01/21 totalizando R\$ 348.883.672,26 referente ao principal e atualizações, Vale destacar que todos os acordos de parcelamento se encontram em atraso e como mencionado na reunião, as providências relativas a essas pendências estão sendo tomadas através do envio de ofícios com as relativas cobranças. Em relação às despesas administrativas o valor previsto foi de R\$ 4.220.446,15 e o realizado foi de R\$ 2.971.045,56. Com relação às despesas previdenciárias, o total previsto foi de R\$ 149.673.858,97 e o realizado foi de R\$ 166.904.967,21 totalizando as despesas em R\$ 169.876.012,77. Apresentando um déficit contábil de R\$ -42.806.054,91. Em relação à carteira de investimentos do Instituto: A carteira previdenciária encerrou o 4º Bimestre com R\$ 137.114.575,82 a carteira administrativa finalizou com R\$ 4.152.017,46, totalizando R\$ 141.266.593,28 na carteira. A taxa de administração para o período de 2023 foi de R\$ 5.120.622,92 e foram utilizados R\$ 2.971.045,56 até o 4º bimestre, 58,02% dos recursos, ficando um saldo de R\$ 2.149.577,36.

Carteira de Investimentos 3º Trimestre 2023



O Sr. Ronaldo de Oliveira especialista em investimentos da LDB Consultoria apresentou a carteira de investimentos do 3º trimestre de 2023 e abordou os seguintes temas relacionados ao cenário macroeconômico; O IPCA de setembro 2023 fechou com inflação de 0,26%, já no ano o IPCA acumulado é de 3,50% e nos últimos 12 meses 5,19%, a meta de inflação para 2023 é de 3,25%, com tolerância de 1,5%, para baixo ou para cima. A taxa SELIC caiu pela 3ª vez seguida e foi para 12,25% no ano. Abordou sobre as taxas indicativas das NTN-B's que estão com ótimas oportunidades para compra no tesouro direto, mas para isso é necessário o estudo de ALM.

Em relação ao fechamento da carteira no 3º trimestre de 2023 a carteira fechou com um total de R\$ 136.471.789,60 sendo R\$ 104.584.640,48 (76,63%) em renda fixa, R\$ 15.556.600,84 (11,40%) em renda variável, R\$ 14.310.101,12 (10,49%) em investimentos no exterior e R\$ 2.020.447,16 (1,48%) em investimentos Imobiliários. Vale observar que o artigo 9º III, investimentos no exterior encontra-se desenquadrado passivamente em relação ao limite estabelecido pela resolução nº4.963/21, tendo 180 dias para realizar o enquadramento. O desenquadramento foi ocasionado devido a valorização dos ativos e queda do PL do instituto. A rentabilidade da carteira no ano está positiva em R\$ 16.720.886,53. A meta atuarial no ano está em 7,38% e a rentabilidade da carteira está em 10,64%.

Sem, mas eu, Silvana Ferreira Caetano, declaro que redigi esta ata com término às 12 horas.

Diadema, 18 de outubro de 2023.

Reunião extraordinária 25 de outubro de 2023

PAUTA:

1. Votação da Prestação de contas do 4º bimestre de 2023;
2. Votação da Carteira de Investimentos 3º trimestre 2023;

Sra. Ana Lúcia Abreu, da Ouvidoria, relata que não houve reclamações sobre processos de aposentadoria no período.

O Sr. João de Almeida, Diretor Financeiro do IPRED, iniciou a reunião perguntando se os conselheiros tinham alguma dúvida com relação às apresentações feitas na reunião anterior, e procedeu a leitura do parecer do Conselho Fiscal referente a Prestação de Contas do 4º bimestre:

“De acordo com as informações apresentadas para este Conselho, referentes a Prestação de Contas do 4º Bimestre/2023, este Conselho reconhece que a transparência das informações, o grande esforço e capacidade dos Gestores do Instituto de Previdência dos Serv. do Mun. de Diadema – IPRED. Contudo, os conselheiros, Wagner de Santana Lima e Maria Aparecida Pappi Simões da Silva Santos aprovaram “sob censura” as contas apresentadas por conta do negativo causado pela inadimplência da Municipalidade no que tange aos acordos, com exceção do voto da conselheira Lenira de Souza Cardozo, que aprovou as contas com ressalvas, em razão dos atrasos nos parcelamentos firmados entre PMD e IPRED, que dos 06 (seis) parcelamentos vigentes 03 parcelamentos estão com suas parcelas atrasadas a 15 meses, o não pagamento do valor principal de 348.883.672,26, referente a contribuição suplementar do período de 05/2018 a 01/2021, bem como a descapitalização dos recursos financeiros para pagar os benefícios previdenciários em função do déficit contábil recorrente que no encerramento do 4º bimestre foi R\$ 42.806.054,91. Ressalte-se que este Conselho, ao longo dos últimos anos, tem insistentemente cobrado a regularização dessa situação, que muito tem prejudicado o IPRED financeiramente. Por outro lado, em retratação, cumpre ressaltar que no relatório apresentado referente ao 6º bimestre 2022, houve excesso por parte deste Conselho Fiscal, que redundou em exigência descabida ao Conselho Deliberativo, no sentido de pedir que agisse sob pena de responsabilidade, como se este não estivesse atuando a contento. Certo é que não há qualquer omissão ou negligência do Conselho Deliberativo, que tem atuado brilhantemente no intuito de pedir a regularização das pendências que a Prefeitura tem com o IPRED”.

Na sequência foi colocada em votação a Prestação de Contas referente à Carteira de Investimentos do 3º trimestre de 2023, que foi aprovada por unanimidade pelos Conselheiros.

Na sequência foi iniciada a votação referente a Prestação de Contas do 4º bimestre/23.

Sr. Robson, mantém sua posição pela aprovação com as mesmas ressalvas feitas anteriormente.

Sr. Lucas aprova com ressalvas, pois além do problema com o pagamento das parcelas, os números apresentados indicam que o orçamento aprovado para o ano de 2023 tem se mostrado insuficiente.



Sra. Maria Aparecida Campos, declara que continua reprovando, por conta da questão do não pagamento dos parcelamentos.

Sr. Bruno Seto votou pela aprovação.

Sra. Ana Cláudia aprova com ressalvas.

Sr. José Pereira aprova e mantém as ressalvas feitas anteriormente.

Sr. Fábio Peixoto reprovava e mantém as ressalvas feitas anteriormente.

Sra. Silvana F. Caetano, justifica que está liberada para mandato sindical, portanto, o voto não é dela, mas sim do sindicato, e vota pela reprovação das contas. Mas faz algumas ressalvas, inclusive com relação ao que o conselho fiscal colocou de que não tem nenhuma irregularidade na aplicação dos recursos, e que tudo vem sendo feito com muita transparência e competência, e que a reprovação é pela questão dos atrasos nos parcelamentos e do déficit financeiro mensal que o Ipred vem apresentando para cobrir a folha de pagamento. Infelizmente todo mês tem que tirar recursos dos investimentos para poder cobrir a folha e isso impede que o instituto faça melhores aplicações e, inclusive, rentabilize melhor, relata que perdemos dinheiro com isso também. Deixa claro que é isso, a prestação de contas é transparente e demonstra a aplicação correta dos recursos, o problema é o déficit financeiro.

Sem, mas eu, Silvana Ferreira Caetano, declaro que redigi esta ata com término às 12 horas.

Diadema, 25 de outubro de 2023.

Reunião extraordinária 11 de novembro de 2023

PAUTA:

1. Apresentação e Votação da Proposta de Lei Orçamentária anual para o IPRED em 2024;
2. Apresentação e Aprovação da Política de Investimentos para o ano de 2024.

O Sr. João Almeida apresentou a proposta de política de investimento para 2024, falou sobre a constituição do IPRED, sobre a meta de retorno esperado que será IPCA+5,05 a.a, constituída através do quadro de hipóteses e premissas atuariais da empresa Aliança Consultoria e de acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022 da SPREV, abordou também sobre a importância do Pró gestão nas melhores práticas dos investimentos, falou também sobre a composição do comitê de investimentos e sobre as certificações que os integrantes possuem atualmente. Citou sobre a empresa LDB que presta consultoria em relação aos investimentos do IPRED e sobre a vigência da política de investimentos que será de 02/01/2024 a 31/12/2024, relatou aos conselheiros que o modelo de gestão que é empregado no IPRED é o próprio, ou seja, o IPRED que gere todos os recursos relacionados aos investimentos do instituto. Relatou que para o exercício de 2024 o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL DE DIADEMA, IPRED prevê que o seu retorno esperado será de no mínimo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), acrescido de uma taxa de juros de 5,05% a.a de acordo com a Portaria 1.837/2022, com "Duration" de 19 anos conforme o critério de arredondamento temos a taxa de juros a ser utilizada na avaliação atuarial de 2024. Dando continuidade o Sr. João de Almeida abordou que o passivo atuarial vem crescendo ao longo dos anos e em relação aos últimos anos, somente em 2019 bateu meta atuarial, retorno de 15,31% contra uma meta de 10,59%. Posicionou os membros do conselho sobre os limites legais da resolução nº4.963/2021 e a comparação com a carteira atual do instituto e sobre a importância da diversificação nos investimentos e o olhar atento ao cenário interno e externo que podem impactar os investimentos. Mostrou a todos a tabela de alocação estratégica de acordo com a nova resolução. Por fim apresentou sobre os diversos riscos existentes que podem impactar nas decisões dos investimentos.

Na sequência apresenta a Proposta de Lei Orçamentária anual para o IPRED em 2024: Sobre a previsão de despesas do IPRED foi abordado que a previsão levou em consideração reajuste de aproximadamente 4,5% que serão concedidos aos aposentados e pensionistas sem paridade em janeiro de 2024, e um reajuste dos aposentados e pensionistas com paridade de 7% em Março de 2024, previsão de crescimento da folha de aposentadoria mensal de 1,73% com base nos últimos quatro exercícios e previsão de crescimento de folha de pensionistas mensal de 1,79% com base nos últimos quatro exercícios, totalizando as despesas administrativas e previdenciárias em R\$ 336.753.000,00. Sobre as receitas estimadas foi abordado que foram levados em conta, as informações recebidas pelos órgãos, sobre as receitas de contribuições, taxa de administração, receitas de parcelamento PMD e receitas próprias do Instituto, totalizando R\$336.753.000,00.

Sra. Silvana coloca em votação a Proposta de Política de Investimentos para 2024, que foi aprovada por unanimidade pelos Conselheiros.



Na sequência coloca em votação a Proposta de Lei Orçamentária anual para 2024, e inicia votando favorável a proposta, dizendo que está dentro da previsão de despesas apresentada pelo IPRED, e ressalta o trabalho do Conselho em 2022 quando denunciou que a proposta orçamentária para 2023 era insuficiente para cobrir as despesas e que inclusive vários membros foram a Câmara Municipal, inclusive a Presidente do Conselho, para conversar com os Vereadores e alertá-los do problema.

Sra. Rosana Nalegaca votou favorável e reconheceu o bom trabalho e dedicação dos dirigentes do IPRED.

Sr. José Pereira votou a favor e parabenizou a Sra. Ana Cláudia, porque a pressão gerou resultado.

Sr. Lucas vota a favor e parabeniza, porque foi um avanço.

Sra. Elaine vota a favor.

Sra. Maria Aparecida Campos votou a favor e acredita que essa coisa da pressão nunca pode ser perdida de vista, porque as coisas mudam dentro da Câmara, por isso acha que devemos ir à última sessão da Câmara para acompanhar a votação.

Sr. Fábio Peixoto votou a favor, ressaltando o trabalho do Sr. Rubens.

Sr. Bruno Seto votou pela aprovação.

Sr. Robson vota favorável e parabeniza toda equipe do IPRED que conduz essa parte financeira.

Sra. Ana Cláudia vota pela aprovação.

Sem, mas eu, Silvana Ferreira Caetano, declaro que redigi esta ata com término às 12 horas.

Diadema, 22 de novembro de 2023.

Reunião ordinária 6 de dezembro de 2023

PAUTA:

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 5º BIMESTRE/2023

Sra. Ana Lúcia Abreu, da Ouvidoria, relata que não houve reclamações sobre processos de aposentadoria, somente referente ao convênio médico sobre o desconto realizado nas aposentadorias.

Sr. João de Almeida inicia apresentando a Prestação de Contas do 5º bimestre de 2023

Apresentação da Prestação de contas do 5º bimestre de 2023;

Sr. João de Almeida dá início à prestação de contas apresentando o quadro de evolução comparativa de 2022 com 5º bimestre 2023. Comparando o fechamento de 2022 com o 5º Bimestre de 2023 há o aumento de aproximadamente 192 ativos, aumento de 193 benefícios de aposentadoria e 22 benefícios de pensões. Em relação às receitas correntes, os números apresentados sobre o previsto e realizados no 5º Bimestre foram: Receitas de Contribuições – Previsto R\$ 44.585.730,77 e Realizado R\$ 49.695.500,96, outras receitas correntes, como COMPREV - Previsto R\$ 1.791.666,67 e Realizado R\$ 10.480.573,24 e Outras Restituições – Previsto R\$ 40.833,33, Realizado R\$ 48.499,59 e Receita Patrimonial – Previsto R\$ 16.833.333,33, Realizado R\$ 17.776.726,09, totalizando R\$ 78.001.299,88 no realizado das Receitas Correntes. Em relação às Receitas Correntes – Intra-Orçamentárias, os números previstos e realizados referentes ao 5º Bimestre foram: sobre as contribuições da Prefeitura – Previsto R\$ 48.370.538,46 e Realizado R\$ 56.652.646,34, Câmara – Previsto R\$ 1.230.615,38, Realizado R\$ 875.264,35, IPRED – Previsto R\$ 169.461,54, Realizado R\$ 182.095,81 Florestan – Previsto R\$ 112.692,31, Realizado R\$ 136.167,93, totalizando R\$ 57.859.070,16 no realizado das Contribuições Patronal para RPPS. Em relação aos acordos de parcelamento foram pagos um total de R\$ 18.036.815,80 acumulado até o 5º bimestre 2023. A receita referente ao aluguel da central de atendimento foi de R\$ 960.000,00, totalizando R\$ 76.855.885,96 em receitas correntes intra-orçamentárias. O valor total de receitas correntes e receitas correntes intra-orçamentárias foi de R\$ 154.857.185,84. Em relação à Prefeitura encontra-se pendente a parte suplementar de 05/18 a 01/21 totalizando R\$ 352.775.208,51 referente ao principal e atualizações, além de a parte patronal (parcial) e suplementar estarem pendentes em relação a competência 09/2023 em R\$ 5.248.112,43, mais encargos financeiros de aproximadamente R\$ 25.804,74. Vale destacar que todos os acordos de parcelamento se encontram em atraso e como mencionado na reunião, as providências relativas a essas pendências estão sendo tomadas através do envio de ofícios com as relativas cobranças. Em relação às despesas administrativas o valor previsto foi de R\$



5.136.607,69 e o realizado foi de R\$ 3.815.457,82. Com relação as despesas previdenciárias, o total previsto foi de R\$ 187.492.948,72 e o realizado foi de R\$ 207.982.784,11 totalizando as despesas em R\$ 211.798.241,93. Apresentando um déficit contábil de R\$ -56.941.056,09. Em relação à carteira de investimentos do Instituto: A carteira previdenciária encerrou o 5º Bimestre com R\$ 122.833.888,39 a carteira administrativa finalizou com R\$ 3.399.419,44, totalizando R\$ 126.233.307,83 na carteira. A taxa de administração para o período de 2023 foi de R\$ 5.120.622,92 e foram utilizados R\$ 3.815.457,82 até o 5º bimestre, 74,51% dos recursos, ficando um saldo de R\$ 1.305.165,10.

Sr. Rubens Xavier informa que o Secretário de Finanças estará presente na reunião extraordinária do dia 13 de dezembro. Informa ainda que o Prefeito informou que a Prefeitura está numa situação delicada e precisa dar uma regularizada junto aos fornecedores, e que a intenção é pagar parcialmente os meses de outubro, novembro e dezembro a alíquota patronal, para reduzir o atraso junto aos fornecedores que estão suspendendo o fornecimento. Além disso, garantiu que em janeiro repõe todos esses valores.

Sra. Silvana coloca que devemos cobrar do Secretário de Finanças o pagamento da Patronal, tendo em vista o repasse de recursos federais que vieram para a Saúde, em torno de R\$73 milhões e que desonera o tesouro municipal. Atualmente o PL está em torno de R\$114 milhões, e com a falta de pagamento, cairá para menos de R\$100 milhões.

Sra. Maria Aparecida Campos vê uma situação delicada e acredita que são escolhas, e que o IPRED não é uma escolha, pois o IPRED nunca é contemplado. O dinheiro que falta para cobrir a folha de pagamento precisa parar de sair das aplicações financeiras. Precisamos tomar aqui uma decisão que deve ser comunicada ao Sr. Funcia.

Sra. Adriana Luna coloca que devemos fazer uma notificação formal para o Prefeito.

Sra. Ana Cláudia coloca que agora mexeram onde não devia, a alíquota patronal. Tomará, enquanto Presidente do Conselho, as medidas cabíveis. Fizeram o Orçamento abaixo do previsto para 2023, na eleição já sabia que o IPRED tinha problemas, então não aceita desculpas, a fase das conversas acabou, e está descontente particularmente com o RH.

Sr. Fábio Peixoto relata que no Congresso dos Conselheiros, tiveram uma palestra do Presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, onde o tema central do Congresso foi a questão das Tecnologias, que permitem que sejam bem ativos na fiscaliza, mas que o Tribunal fiscaliza, apura e indica a rejeição das contas, e que a Câmara aprova. Relembra que vivemos isso agora em Diadema. A gestão passada fez o que fez e na Câmara foi aprovada. Politicamente a gestão faz o que ela quiser, e a Câmara aprova, isso diminui muito a margem de ação de um conselho como o nosso. Precisamos além de esperar que se resolva, nos proteger enquanto conselho. Não podemos esperar a semana que vem. Propõe que seja feito ainda hoje um ofício colocando toda essa contextualização dos atrasos, e desse limite do não pagamento da alíquota patronal e informando ao Prefeito de que precisamos de um plano para o IPRED, e que seja por escrito, e que na semana que vem traga um documento por escrito com essa proposta, inclusive com esse compromisso de pagar em janeiro/24. Caso não seja apresentado esse plano de ação, esse conselho irá oficiar aos órgãos de controle.

Sra. Ana cláudia sugere que sejam oficiados à Prefeitura e aos Órgãos de Controle imediatamente.

Sra. Maria Aparecida Campos concorda que devemos fazer esse documento e protocolar ainda hoje. Não podemos mais esperar. E que o próximo passo é notificar os órgãos de controle.

Sr. Lucas coloca que em todas as reuniões com Funcia foi apresentado plano de ação, seja a taxa do lixo ou aumento da cobrança. Será que isso já não vale como algo oficial, onde a Prefeitura estaria comprometida a cumprir. Por isso acha que devemos ir para outras instâncias.

Sra. Silvana concorda com a proposta do Sr. Fábio, de oficiar ao Prefeito, e que de fato foi apresentado plano de ação, conforme entendimento do Sr. Lucas, mas esse plano não se concretizou. Acredita que antes de oficiar o Ministério Público, devemos cobrar do Prefeito, inclusive dando esse prazo para resposta. Coloca que inicialmente revogaram a alíquota suplementar, que demorou dois anos para retornar, e que os parcelamentos pararam de ser pagos em dia desde 2022. Diz que esse conselho teve paciência pois a alíquota patronal estava sendo paga, e que o valor é significativo, 23,5% da folha da PMD, e que para 2024 será de 28,5%.

Ficou definido pelos Conselheiros que seria elaborado um ofício para o Sr. Prefeito nos termos propostos pelo Conselheiro Fábio Peixoto.

Sem, mas eu, Silvana Ferreira Caetano, declaro que redigi esta ata com término às 12 horas.

Diadema, 06 de dezembro de 2023.



Composição do Conselho Deliberativo 2023 – triênio 2022/2024

Presidente:	Ana Claudia Gonzales de Araújo
Membros Titulares:	Rosana Bandeira Nalegaca Maria Aparecida Alves Campos Ana Cláudia Gonzales de Araújo Fábio Gomes Peixoto Ulisses Woczinski Reinaldo Leiva Santos José Pereira Barros Silvana Ferreira Caetano Robson de Carvalho Elaine Cordeiro da Silva Rigueira Fábio Rodrigues Lucas Nogueira de Araújo Souza
Membros Suplentes:	Amarildo Pereira Amorim Delvane Maria dos Reis Rosa Michelly Vasconcelos Neves Elisete da Rocha dos Santos Vanessa Aparecida Gomes Oliveira Rosa Viviane Moura de Macedo André Luiz Silva Ramos Bruno de Souza Seto Jorge Luiz Ferreira de Lima Adriana Alves Luna Deusa Maria Rosa

• **Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal é órgão de controle interno do IPRED.

A composição do Conselho Fiscal, integrado por 04 (quatro) membros, necessariamente segurados, será paritária, sendo 02 (dois) indicados pelo Prefeito representando o Poder Executivo, 01 (um) representante eleito diretamente pelos segurados ativos e 01 (um) representante eleito diretamente pelos segurados inativos.

Compete ao Conselho Fiscal:

- I. examinar a qualquer época, contas, livros, registros e outros documentos;
- II. examinar e emitir parecer sobre balancetes, balanços, contas, atos de gestão econômico-financeira, inventários e demonstrativos financeiros e atuariais;
- III. propor ao Conselho Deliberativo a contratação de profissional ou de entidade especializada a proceder a perícia que julgue necessário;
- IV. lavrar em livro próprio as atas de suas reuniões, inclusive os pareceres e os resultados dos exames procedidos, enviando cópia ao Conselho Deliberativo e aos órgãos fiscalizadores.

As principais ocorrências e deliberações do Conselho Fiscal, no ano de 2023, foram as seguintes:

<p>Principais deliberações</p> <p>ATA CONSELHO FISCAL DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2023</p> <p>Pautas:</p> <p>No dia 10 (dez) do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, as 14h00 (catorze horas), reuniram-se os membros do Conselho Fiscal na sede do IPRED, os senhores: Washington Luiz Marchezepe, Lenira de Souza Cardozo, Wagner de Santana Lima e Maria Ap^a Pappi S. da Silva Santos, também estava presente o sr. João Lopes Alves de Almeida – Diretor Financeiro membro da Diretoria Executiva do IPRED para deliberarem sobre as seguintes pautas:</p>
--



I – Prestação de Constas do 6º Bimestre 2022: Foi apresentada para análise a base de dados contábil referente ao 6º bimestre, nesse período o quantitativo de segurados do Instituto era composto por 6.069 segurados ativos, 3235 aposentados e 402 pensionistas, totalizando 9.706 segurados; A contratação de novos servidores representou um aumento de 240 ativos, mesmo com as contratações o quantitativo dos ativos está abaixo em relação ao exercício de 2017, houve também um aumento de 240 aposentados e 17 pensões por morte. Receitas Correntes: Prevista – R\$ 89.265.000,00, Realizada - R\$ 95.344.967,40; Receitas de Contribuições: Prevista – R\$ 52.164.000,00, Realizada - R\$ 51.847.797,48; Outras Receitas Correntes: COMPREV: Previsto – R\$ 1.900.000,00, Realizado – R\$ 8.454.406,60; Outras Restituições: Previsto – R\$ 1.000,00 Realizado – R\$ 63.021,17; Receita Patrimonial: Rendimento aplicações financeiras: Previsto – R\$ 35.200.000,00, Realizado – R\$ 34.979.742,15, Receitas Intra – orçamentárias: Prevista – R\$ 125.787.000,00, Realizada – R\$ 87.680.314,17; Contribuição Patronal para o RPPS: Previsto – R\$ 59.367.000,00, Realizado – R\$ 39.222.899,47; Parcelamentos: Previsto – R\$ 65.200.000,00, Realizado: R\$ 47.313.114,70, os valores não repassados das alíquotas no período de 05/2018 a 01/2021 é de R\$ 332.143.984,98 Conforme informado pelo Sr. João somente o parcelamento nº 351 está sendo pago no prazo, o parcelamento nº 349 foi pago apenas o principal da competência junho/22 e no final do mês competência fevereiro/2023 serão pagos os encargos. Informou ainda, que nos meses de dezembro/22 e janeiro/23 o IR retido pelo IPRED não foi repassado para Prefeitura para abater as parcelas atrasadas, bem como está em discussão um projeto para regulamentar que a retenção do IR no IPRED não seja repassada para Prefeitura. CRP – Certificado de Regularização Previdenciária, continua suspenso desde janeiro/2019. Aluguel: Previsto – R\$ 1.220.000,00, Realizado – R\$ 1.144.300,00, Receitas Totais: Prevista – R\$ 215.062.000,00, Realizada – R\$ 183.025.281,57; Despesas Administrativas: Previsão – 5.036.000,00, Gasto - R\$ 4.502.731,73; Despesas Previdenciárias: Prevista – R\$ 190.060.500,00, Gasto – R\$ 222.347.953,12; Déficit Contábil: R\$ - 43.825.403,28, conforme justifica o Sr. João os valores que impactam no déficit refere-se ao ajuste contábil na antecipação de receita realizada em dezembro/2021 correspondente a parte patronal da Educação no montante de R\$ 19.770.015,54, que foi abatido nos meses de competência janeiro/22 a dez/22. Carteira de Investimentos Consolidada Previdenciária e Taxa de Administração: R\$ 181.773.451,25, correspondente as 14 Instituições Financeiras; Evolução do Patrimônio em 2022: Recursos Financeiros – Previdenciários (dez/2021) – R\$ 244.824.975,32, (6º bimestre/2022) – R\$ 170.418.837,31, Imóveis Previdenciário (dez/2021) – R\$ 31.560.000,00, (6º bimestre/2022) – R\$ 31.714.000,00, Recursos Financeiros – Taxa de Administração (dez/2021) – R\$ 10.073.172,75, (6º bimestre/2022) – R\$ 11.354.613,94, Imóveis Administração IPRED (dez/2021) – R\$ 6.476.000,00, (6º bimestre/2022) – R\$ 6.923.000,00. Foi sugerido pela Conselheira Pappi a monetização de imóveis de posse da Prefeitura, sugeriu ainda que o IPRED poderia fazer um acordo para monetizar a Central de Atendimento e se colocou à disposição para conversar com a Secretaria de Assuntos Jurídicos, par discutir sobre a relação de imóveis disponíveis e a forma de regularizar as pendências, bem como, já tem conhecimento de um imóvel que poderá ser monetizado.

II – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DEZEMBRO/2022: Foi apresentada pelo Sr. João, o retrato das aplicações financeiras do Instituto era composto em 79,72% em renda fixa, 12,18% em renda variável, 5,92% em Investimentos no Exterior e 6,66%, em Fundos Imobiliários 1,43%, a rentabilidade em dezembro/22, fechou positivo, porém abaixo da meta atuarial, foi informado ainda, que a folha do Ipred é de R\$ 19.000.000,00 e a Prefeitura repassa apenas R\$ 11.000.000,00, sendo necessário utilizar mensalmente R\$ 8.000.000,00 da liquidez dos fundos. **III – RELATÓRIO DE GOVERNANÇA** – Foi apresentado pelo sr. João o relatório de governança que tem como objetivo destacar a atuação da Diretoria Executiva, dos Conselhos Deliberativo e Fiscal nos resultados da Gestão do IPRED no exercício de 2022, em conformidade com o



Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, os Estados e dos Municípios – Pró-Gestão.

IV – ANÁLISE DE PROCESSO – 548/2022 – Aquisição de móveis: cadeiras para escritório e mesa para copa; 607/2022 – Renovação de Seguro Empresarial; 618/2022 – Contratação de empresa para impressão de Boletins Informativos.

CONCLUSÃO: – Após análise dos documentos pertinentes em relação aos processos administrativos analisados não foi encontrado nenhuma irregularidade. Quanto aos procedimentos realizados pela este Conselho considera que estão em conformidade com a legislação vigente, porém não podemos considerar que as contas estão satisfatórias, tendo em vista o déficit contábil apurado no bimestre, principalmente em função do não pagamento dos parcelamentos firmados entre PMD e IPRED, bem como do não repasse das contribuições patronais por parte do Ente, que são decorrentes de pendências anteriores. Ressalte-se que este Conselho, ao longo dos últimos anos, tem insistentemente cobrado a regularização dessa situação, que muito tem prejudicado o IPRED financeiramente. Sem objeções, a reunião deu-se por encerrada as 17h00 (dezesete horas). Eu Lenira de Souza Cardozo, redigi a presente ata que após lida e aprovada será assinada por todos os membros.

ATA CONSELHO FISCAL DIA 19 DE ABRIL DE 2023

Pautas: **I - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º BIMESTRE 2023**
II – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS – 1º TRIMESTRE
III-ANÁLISE DE PROCESSO

No dia 19 (dezenove) do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, as 9h (nove horas), reuniram-se os membros do Conselho Fiscal na sede do IPRED, os senhores: Washington Luiz Marchezepe, Lenira de Souza Cardozo, Gustavo Erasmo Vargas Perez – Conselheiro Suplente, que participou em razão da impossibilidade do Conselheiro titular Wagner de Santana Lima comparecer à reunião, com exceção da sra. Maria Ap^a Pappi S. da Silva Santos, que não pode comparecer e nem participou remotamente por motivo técnicos, e o Sr. João Lopes Alves de Almeida – Diretor Financeiro do IPRED para deliberarem sobre as seguintes pautas:

I - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º BIMESTRE 2023: Foi apresentada para análise a base de dados contábil referente ao 1º bimestre, nesse período o quantitativo de segurados do Instituto era composto por 6.083 segurados ativos, 3.311 aposentados e 405 pensionistas, totalizando 9.799 segurados; o Sr. João informou que em relação ao exercício de 2022, houve um aumento no quantitativo dos segurados, sendo 0,23% nos segurados ativos, 2,34% nos segurados aposentados e 0,74% nos pensionistas, apesar do aumento no quantitativo dos segurados ativo, o percentual ainda está 4% menor em relação ao exercício de 2018; Receitas Correntes: Prevista – R\$ 12.650.312,82, Realizada - R\$ 13.673.472,42; Receitas de Contribuições: Prevista – R\$ 8.917.146,15, Realizada - R\$ 12.601.888,71; Outras Receitas Correntes: COMPREV: Previsto – R\$ 358.333,33, Realizado – R\$ 667.107,45; Outras Restituições: Previsto – R\$ 8.166,7, Realizado – R\$ 7.370,25; Receita Patrimonial: Rendimento aplicações financeiras: Previsto – R\$ 3.366.666,67, Realizado – R\$ 397.106,01, Receitas Intra – orçamentárias: Prevista – R\$ 27.441.161,54, Realizada – R\$ 17.393.187,82; Contribuição Patronal para o RPPS: Previsto – R\$ 9.976.661,54, Realizado – R\$ 10.932.137,77; Parcelamentos: Previsto – R\$ 17.267.166,67, Realizado: R\$ 6.269.050,05, dos 06 parcelamentos vigentes apenas o parcelamento 309/2021 e 351/2021 estão com o pagamento em dia, os demais 359/2021, 208/2021, 960/2021 e 968/2021 estão em atraso a 10 meses. Os valores não repassados das alíquotas no período



de 05/2018 a 01/2021 é de R\$ 338.371.438,04. O CRP – Certificado de Regularização Previdenciária, ainda está suspenso. Aluguel: Previsto – R\$ 197.333,33, Realizado – R\$ 192.000,00, Receitas Totais: Prevista – R\$ 40.096.474,36, Realizada – R\$ 31.066.660,24; Despesas Administrativas: Previsão – 1.055.111,54, Gasto - R\$ 801.045,25; Despesas Previdenciárias: Prevista – R\$ 37.498.589,74, Gasto – R\$ 37.943.851,72; Déficit Contábil: R\$ -7.678.236,73, Carteira de Investimentos Consolidada Previdenciária e Taxa de Administração: R\$ 178.472.863,46, correspondente as 13 Instituições Financeiras; Evolução do Patrimônio em 2021: Recursos Financeiros – Previdenciários (dez/2022) – R\$ 170.418.837,31, (1º bimestre/2023) – R\$ 167.757.517,01, Imóveis Previdenciário (dez/2022) – R\$ 31.714.000,00, (1º bimestre/2023) – R\$ 31.714.000,00, Recursos Financeiros – Taxa de Administração (dez/2022) – R\$ 11.354.613,94, (1º bimestre/2023) – R\$ 910.715.346,45, Imóveis Administração IPRED (dez/2022) – R\$ 6.923.000,00, (1º bimestre/2023) – R\$ 6.923.000,00.

II – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS – 1º TRIMESTRE: : Foi apresentado o relatório da prestadora de serviços de Consultoria de Investimentos LDB Empresas, pelo Senhor João - Diretor Financeiro, demonstrando as possibilidades de alocação – Renda Fixa - Multimercado – Renda Variável; Marcação a Mercado que representa os índices, seus retornos e seus riscos; Comportamento das taxas, a carteira é composta com 78,70% Renda Fixa, 12,00% Renda Variável, 7,80% Investimento no Exterior, 0,01% Investimentos Estruturados e 1,49% Fundos Imobiliários, fechando o 1º trimestre positivo em 2,48%. Foram apresentadas pelo Sr. João as premissas e as hipóteses atuariais utilizadas no Estudo Atuarial – base cadastral 2022/DRAA2023. **III – ANÁLISE DE PROCESSO – 11/2023** – Seguro contra acidentes pessoais para Estagiária; 30/2023 – Curso sobre a Nova Lei de Licitações; 41/2023 – Aquisição de fragmentadora de papel; 92/2023 – Aquisição de eletrodoméstico – Cooktop; 95/2023 – Aquisição de material de limpeza.

CONCLUSÃO: – Após análise dos documentos pertinentes ao 1º bimestre/2023, este Conselho considera que, em relação aos processos administrativos analisados destacamos que no Processo nº 92/2023, houve realização de despesa sem prévio empenho, ou seja, a Nota Fiscal foi emitida anteriormente à emissão do empenho, ferindo assim o artigo 60 da Lei Federal 4320/64. Quanto aos procedimentos realizados pela este Conselho considera que estão em conformidade com a legislação vigente, porém não podemos considerar que as contas estão satisfatórias, tendo em vista o déficit contábil apurado no bimestre, principalmente em função do não pagamento dos parcelamentos firmados entre PMD e IPRED, bem como do não repasse das contribuições patronais por parte do Ente, que são decorrentes de pendências anteriores. Ressalte-se que este Conselho, ao longo dos últimos anos, tem insistentemente cobrado a regularização dessa situação, que muito tem prejudicado o IPRED financeiramente. Sem objeções, a reunião deu-se por encerrada as 16h00 (dezesesseis horas). Eu Lenira de Souza Cardozo, redigi a presente ata que após lida e aprovada será assinada por todos os membros.

ATA CONSELHO FISCAL DIA 19 DE JUNHO DE 2023

Pautas: **I - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 2º BIMESTRE 2023**

No dia 19 (dezenove) do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, as 14h30 (catorze horas e trinta minutos), reuniram-se os membros do Conselho Fiscal na sede do IPRED, os senhores: Washington Luiz Marchezepe, Lenira de Souza Cardozo, Wagner de Santana Lima e Maria Apª Pappi S. da Silva Santos, e o Sr. João Lopes Alves de Almeida – Diretor Financeiro do IPRED para deliberarem sobre as seguintes pautas:



I - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 2º BIMESTRE 2023: Foi apresentada para análise a base de dados contábil referente ao 2º bimestre, nesse período o quantitativo de segurados do Instituto era composto por 6.074 segurados ativos, 3.331 aposentados e 409 pensionistas, totalizando 9.814 segurados; o Sr. João informou que em relação ao exercício de 2022, houve um aumento no quantitativo dos segurados, sendo 0,82% nos segurados ativos, 2,96% nos segurados aposentados e 1,74% nos pensionistas, apesar do aumento no quantitativo dos segurados ativo, o percentual ainda está 4% menor em relação ao exercício de 2018; Receitas Correntes: Prevista – R\$ 25.300.625,64, Realizada - R\$ 24.422.272,46; Receitas de Contribuições: Prevista – R\$ 17.834.292,31, Realizada - R\$ 21.485.177,35; Outras Receitas Correntes: COMPREV: Previsto – R\$ 716.666,67, Realizado – R\$ 907.258,68; Outras Restituições: Previsto – R\$ 16.333,33, Realizado – R\$ 16.913,62; Receita Patrimonial: Rendimento aplicações financeiras: Previsto – R\$ 6.733.333,33, Realizado – R\$ 2.012.982,81, Receitas Intra – orçamentárias: Prevista – R\$ 54.882.323,08, Realizada – R\$ 33.635.173,74; Contribuição Patronal para o RPPS: Previsto – R\$ 19.953.323,08, Realizado – R\$ 21.162.319,65; Parcelamentos: Previsto – R\$ 34.534.333,33, Realizado: R\$ 12.088.854,09, dos 06 parcelamentos vigentes apenas o parcelamento 309/2021 e 351/2021 estão com o pagamento em dia, os demais: 349/2021 – 07 parcelas atrasadas, 308/2021, 960/2021 e 968/2021 estão em atraso a 12 meses. Os valores não repassados das alíquotas no período de 05/2018 a 01/2021 é de R\$ 343.887.897,44. O CRP – Certificado de Regularização Previdenciária, ainda está suspenso. Aluguel: Previsto – R\$ 394.666,67, Realizado – R\$ 384.000,00, Receitas Totais: Prevista – R\$ 80.187.948,72, Realizada – R\$ 58.057.446,20; Despesas Administrativas: Previsão – 2.110.223,08, Gasto - R\$ 1.477.964,36; Despesas Previdenciárias: Prevista – R\$ 74.997.179,49, Gasto – R\$ 76.599.888,22; Déficit Contábil: R\$ - 20.020.406,38, o sr. João ressaltou ainda a redução de R\$ 50.000.000,00, no orçamento de 2023, por parte da PMD, sendo que a previsão de despesas pelo IPRED foi baseada na evolução da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas dos 03 últimos anos, estimativa do IPCA para 2023 e previsão de possíveis reajustes salariais. Carteira de Investimentos Consolidada Previdenciária e Taxa de Administração: R\$ 167.461.247,76, correspondente as 14 Instituições Financeiras; Evolução do Patrimônio em 2022: Recursos Financeiros – Previdenciários (dez/2022) – R\$ 170.418.837,31, (2º bimestre/2023) – R\$ 157.191.273,55, Imóveis Previdenciário (dez/2022) – R\$ 31.714.000,00, (2º bimestre/2023) – R\$ 31.714.000,00, Recursos Financeiros – Taxa de Administração (dez/2022) – R\$ 11.354.613,94, (2º bimestre/2023) – R\$ 10.269.974,21, Imóveis Administração IPRED (dez/2022) – R\$ 6.923.000,00, (2º bimestre/2023) – R\$ 6.923.000,00.

CONCLUSÃO: – Após análise dos documentos pertinentes ao 2º bimestre/2023, este Conselho reconhece que a transparência das informações, o grande esforço e capacidade dos Gestores do Instituto de Previdência dos Serv. do Mun. de Diadema – IPRED. Contudo, os conselheiros Washington Luiz Marchezepe, Wagner de Santana Lima e Maria Aparecida Pappi Simões da Silva Santos **REPROVARAM** as contas apresentadas, com exceção do voto da conselheira Lenira de Souza Cardozo, que aprovou as contas com ressalvas, em razão dos atrasos nos parcelamentos firmados entre PMD e IPRED, o não pagamento do valor principal de 343.887.897,44, referente a contribuição suplementar do período de 05/2018 a 01/2021, bem como ao déficit contábil de R\$ 20.020.406,38, que tem sido recorrente nos últimos meses. Ressalte-se que este Conselho, ao longo dos últimos anos, tem insistentemente cobrado a regularização dessa situação, que muito tem prejudicado o IPRED financeiramente. Sem objeções, a reunião deu-se por encerrada as 16h00 (dezesseis horas). Eu Lenira de Souza Cardozo, redigi a presente ata que após lida e aprovada será assinada por todos os membros.



ATA CONSELHO FISCAL DIA 16 DE AGOSTO DE 2023

Pautas: **I - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 3º BIMESTRE 2023**
II – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS 2º TRIMESTRE
III – ANÁLISE DE PROCESSO

No dia 16 (dezesseis) do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, as 14h30 (catorze horas e trinta minutos), reuniram-se os membros do Conselho Fiscal na sede do IPRED, os senhores: Washington Luiz Marchezepe, Lenira de Souza Cardozo, Wagner de Santana Lima, Maria Apª Pappi S. da Silva Santos e o Sr. João Lopes Alves de Almeida – Diretor Financeiro do IPRED para deliberarem sobre as seguintes pautas:

I - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 3º BIMESTRE 2023: Foi apresentada para análise a base de dados contábil referente ao 3º bimestre, nesse período o quantitativo de segurados do Instituto era composto por 6.187 segurados ativos, 3.353 aposentados e 414 pensionistas, totalizando 9.954 segurados; o Sr. João informou que houve um aumento no quantitativo dos segurados, sendo 1,94% nos segurados ativos, 3,65% nos segurados aposentados e 2,99% nos pensionistas. Na evolução dos segurados entre o exercício de 2018 até o 3º bimestre 2023 o quantitativo dos segurados ativos ainda está 2% menor e neste mesmo período houve um aumento de 40% na concessão de benefícios de aposentadorias e 42% na concessão de benefícios de pensão por morte; o Sr. João informou ainda, que a PMD não irá contratar novos concursados por 2 meses para contenção de despesas. Receitas Correntes: Prevista – R\$ 37.950.938,46, Realizada - R\$ 45.370.358,51; Receitas de Contribuições: Prevista – R\$ 26.751.438,46, Realizada - R\$ 30.531.106,24; Outras Receitas Correntes: COMPREV: Previsto – R\$ 1.075.000,00, Realizado – R\$ 2.757.908,24; Outras Restituições: Previsto – R\$ 24.500,00, Realizado – R\$ 24.386,55; Receita Patrimonial: Rendimento aplicações financeiras: Previsto – R\$ 10.100.000,00, Realizado – R\$ 12.056.9567,48, Receitas Intra – orçamentárias: Prevista – R\$ 82.323.484,62, Realizada – R\$ 50.057.899,31; Contribuição Patronal para o RPPS: Previsto – R\$ 29.929.984,62, Realizado – R\$ 34.455.713,05; Parcelamentos: Previsto – R\$ 51.801.500,00, Realizado: R\$ 15.026.186,26, todos os 06 parcelamentos vigentes estão com parcelas atrasadas, na seguinte conformidade: os parcelamentos 309/2021 e 351/2021 estão com 02 parcelas atrasadas, o parcelamento 349/2021 está com 09 parcelas atrasadas e os parcelamentos 308/2021, 960/2021 e 968/2021 estão com 14 parcelas atrasadas. Os valores não repassados das alíquotas no período de 05/2018 a 01/2021 é de R\$ 347.255.595,93. O CRP – Certificado de Regularização Previdenciária, ainda está suspenso. Aluguel: Previsto – R\$ 592.000,00, Realizado – R\$ 576.000,00, Receitas Totais: Prevista – R\$ 120.279.423,08, Realizada – R\$ 95.428.257,82; Despesas Administrativas: Previsão – 3.165.334,62, Gasto - R\$ 2.291.023,08; Despesas Previdenciárias: Prevista – R\$ 112.495.769,23, Gasto – R\$ 126.444.203,20; Déficit Contábil: R\$ - 33.306.968,46, o sr. João ressaltou que o aumento na concessão de benefícios previdenciários, a contingência na contratação de novos servidores, bem com as dívidas dos acordos de parcelamentos impactam no déficit, informou ainda, que o realizado no comprev aumentou e que o IPRED agora tem 02 (dois) servidores responsáveis pelo setor de compensação previdenciária. Os valores das receitas intra se devem pela previsão das contribuições não repassadas e ainda a redução de R\$ 50.000.000,00, no orçamento de 2023, por parte da PMD, sendo que a previsão de despesas pelo IPRED foi baseada na evolução da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas dos 03 últimos anos, estimativa do IPCA para 2023 e previsão de possíveis reajustes salariais. Carteira de Investimentos Consolidada Previdenciária e Taxa de Administração: R\$ 151.349.322,43, correspondente as 14 Instituições Financeiras; Evolução do Patrimônio em 2023: Recursos Financeiros –



Previdenciários (dez/2022) – R\$ 170.418.837,31, (3º bimestre/2023) – R\$ 146.633.237,22, Imóveis Previdenciário (dez/2022) – R\$ 31.714.000,00, (3º bimestre/2023) – R\$ 31.714.000,00, Recursos Financeiros – Taxa de Administração (dez/2022) – R\$ 11.354.613,94, (3º bimestre/2023) – R\$ 4.716.085,22, Imóveis Administração IPRED (dez/2022) – R\$ 6.923.000,00, (3º bimestre/2023) – R\$ 6.923.000,00.

II – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS – 2º TRIMESTRE: : Foi apresentado o relatório da prestadora de serviços de Consultoria de Investimentos LDB Empresas, pelo Senhor João - Diretor Financeiro, demonstrando as possibilidades de alocação – Renda Fixa - Multimercado – Renda Variável; Marcação a Mercado que representa os índices, seus retornos e seus riscos; Comportamento das taxas, a carteira é composta com 78,71% Renda Fixa, 9,89% Renda Variável, 9,59% Investimento no Exterior, 0,01% Investimentos Estruturados e 1,79% Fundos Imobiliários, o artigo 7º, V, alínea ‘b’’, correspondente a 5,73% da carteira de renda fixa foi desenquadrado por estar acima do percentual previsto por lei, isso ocorreu devido a diminuição do PL do Instituto e devido a melhora na performance do fundo, quando acontece esse tipo de desenquadramento o prazo para regularização é de 06 meses e o IPRED já regularizou o fundo, o artigo 9º, III, fundo correspondente a renda variável será desenquadrado em agosto/2023 pois o percentual irá ultrapassar os 10% autorizado por lei, o fundo Pátria devido a pandemia impactou negativamente, pois este fundo investia em Shopping Center e não obteve êxito neste seguimento em razão do cenário econômico mundial, devido está má performance ao longo dos 10 anos, será encaminhado justificativa ao TCE-SP, porque futuramente este fundo estará zerado. A rentabilidade da carteira no mês foi de 3 milhões e no trimestre foi de 8 milhões, a bolsa vem caminhando bem e o investimento no exterior também está com boa rentabilidade razão pela qual a carteira obteve resultado positivo no trimestre. O que está preocupando os Gestores é diminuição do PL do Instituto em 6 milhões por mês para cobrir folha de pagamento dos benefícios que está em torno de 19 milhões. A liquidez da carteira é de 87%, a rentabilidade versos meta atuarial no exercício de 2022 foi de 4% e até o 2º trimestre de 2023 é de 8%.

III – ANÁLISE DE PROCESSO – 64/2023 – Prestação de Serviço de Locação de Sistema de Gestão Previdenciária; 157/2023 – Renovação de Certificado digital tipo e-CPF A3 token; 158/2023 – Capacitação de servidores através de curso presencial sobre e-Social; 173/2023 – Aquisição de smartphones; 231/2023 – manutenção preventiva dos Aparelhos de ar-condicionado; 237/2023 – Renovação do seguro do veículo oficial do IPRED; 238/2023 – Contratação de empresa para certificação do Pró Gestão – nível II.

CONCLUSÃO: – Após análise dos documentos pertinentes ao 3º bimestre/2023, este Conselho reconhece que a transparência das informações, o grande esforço e capacidade dos Gestores do Instituto de Previdência dos Serv. do Mun. de Diadema – IPRED. Contudo, os conselheiros Washington Luiz Marchezepe, Wagner de Santana Lima e Maria Aparecida Pappi Simões da Silva Santos **REPROVARAM** as contas apresentadas, com exceção do voto da conselheira Lenira de Souza Cardozo, que aprovou as contas com ressalvas, em razão dos atrasos nos parcelamentos firmados entre PMD e IPRED, o não pagamento do valor principal de 347.255.595,93, referente a contribuição suplementar do período de 05/2018 a 01/2021, bem como ao déficit contábil de R\$ 33.306.968,46 que tem sido recorrente nos últimos meses. Ressalte-se que este Conselho, ao longo dos últimos anos, tem insistentemente cobrado a regularização dessa situação, que muito tem prejudicado o IPRED financeiramente. Sem objeções, a reunião deu-se por encerrada as 16h00 (dezesesseis horas). Eu Lenira de Souza Cardozo, redigi a presente ata que após lida e aprovada será assinada por todos os membros.



ATA CONSELHO FISCAL DIA 19 DE OUTUBRO DE 2023

Pautas: **I – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 4º BIMESTRE 2023**
II – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS – 3º TRIMESTRE
III – ANÁLISE DE PROCESSO

No dia 19 (dezenove) do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, as 14h30 (catorze horas e trinta minutos), reuniram-se os membros do Conselho Fiscal na sede do IPRED, os senhores: Lenira de Souza Cardozo, Maria Ap^a Pappi S. da Silva Santos e Wagner de Santana Lima, com a presença do Sr. João Lopes Alves de Almeida – Diretor Financeiro do IPRED para deliberarem sobre as seguintes pautas:

I - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 4º BIMESTRE 2023: Foi apresentada para análise a base de dados contábil referente ao 4º bimestre, nesse período o quantitativo de segurados do Instituto era composto por 6.223 segurados ativos, 3.394 aposentados e 418 pensionistas, totalizando 10.035 segurados; o Sr. João informou que houve um aumento no quantitativo dos segurados, porém ainda está menor em comparação com a concessão de benefícios previdenciários – Aposentadorias e Pensões, de acordo com a evolução dos segurados de 2018 a 2023 o total dos segurados ativos ainda está 2% menor e houve um aumento de 42% na concessão de Aposentadorias e 44% na concessão de Pensão por Morte, algo que está contribuindo para essa evolução negativa dos segurados ativos é a contingência no chamamento de novos segurados ativos do concurso público. Receitas Correntes: Prevista – R\$ 47.234.584,62, Realizada - R\$ 59.417.639,17; Receitas de Contribuições: Prevista – R\$ 35.668.584,62, Realizada - R\$ 40.182.126,15; Outras Receitas Correntes: COMPREV: Previsto – R\$ 1.433.333,33, Realizado – R\$ 4.085.501,54; Outras Restituições: Previsto – R\$ 32.666,67, Realizado – R\$ 31.497,47; Receita Patrimonial: Rendimento aplicações financeiras: Previsto – R\$ 13.466.666,67, Realizado – R\$ 15.118.514,01, Receitas Intra – orçamentárias: Prevista – R\$ 109.764.646,15, Realizada – R\$ 67.652.318,69; Contribuição Patronal para o RPPS: Previsto – R\$ 39.906.646,15, Realizado – R\$ 48.847.502,89; Parcelamentos: Previsto – R\$ 69.068.666,67, Realizado: R\$ 18.036.815,80, todos os 06 parcelamentos vigentes estão com parcelas atrasadas, na seguinte conformidade: os parcelamentos 309/2021 e 351/2021 estão com 02 parcelas atrasadas, o parcelamento 349/2021 está com 09 parcelas atrasadas e os parcelamentos 308/2021, 960/2021 e 968/2021 estão com 15 parcelas atrasadas. Os valores não repassados das alíquotas no período de 05/2018 a 01/2021 é de R\$ 348.883.672,26. O CRP – Certificado de Regularização Previdenciária, ainda está suspenso. Houve uma evolução na Certificação Profissional do Instituto para o nível II do Pró-Gestão – Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Aluguel: Previsto – R\$ 789.333,33, Realizado – R\$ 768.000,00, Receitas Totais: Prevista – R\$ 160.372.564,10, Realizada – R\$ 127.069.957,86; Despesas Administrativas: Previsão – 4.220.446,15, Gasto - R\$ 2.971.045,56; Despesas Previdenciárias: Prevista – R\$ 149.673.858,97, Gasto – R\$ 166.904.967,21; Déficit Contábil: R\$ -42.806.054,91. O sr. João informou ainda que a base de cálculo vem crescendo, pois estava em torno de 20 milhões passou para um valor em torno de 30 milhões, a contribuição patronal irá aumentar a partir de outubro/2023 proporcionalmente e a partir de novembro/2023 será de 6%. Positivamente houve uma antecipação de receita pela Prefeitura e os valores referentes a Comprev, porém ressaltou que o aumento na concessão de benefícios previdenciários, a contingência na contratação de novos servidores, bem com as dívidas dos acordos de parcelamentos impactaram no déficit. Os valores das receitas intra se devem pela previsão das contribuições não repassadas e ainda a redução de R\$ 50.000.000,00, no orçamento de 2023, por



parte da PMD, sendo que a previsão de despesas pelo IPRED foi baseada na evolução da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas dos 03 últimos anos, estimativa do IPCA para 2023 e previsão de possíveis reajustes salariais. Carteira de Investimentos Consolidada Previdenciária e Taxa de Administração: R\$ 141.266.593,28, correspondente as 14 Instituições Financeiras; Evolução do Patrimônio em 2023: Recursos Financeiros – Previdenciários (dez/2022) – R\$ 170.418.837,31, (4º bimestre/2023) – R\$ 137.114.575,82, Imóveis Previdenciário (dez/2022) – R\$ 31.714.000,00, (4º bimestre/2023) – R\$ 31.714.000,00, Recursos Financeiros – Taxa de Administração (dez/2022) – R\$ 11.354.613,94, (4º bimestre/2023) – R\$ 4.152.017,46, Imóveis Administração IPRED (dez/2022) – R\$ 6.923.000,00, (4º bimestre/2023) – R\$ 6.923.000,00.

II – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS – 3º TRIMESTRE: : Foi apresentado o relatório da prestadora de serviços de Consultoria de Investimentos LDB Empresas, pelo Senhor João - Diretor Financeiro, demonstrando as possibilidades de alocação – Renda Fixa - Multimercado – Renda Variável; Marcação a Mercado que representa os índices, seus retornos e seus riscos; Comportamento das taxas, a carteira é composta com 76,63% Renda Fixa, 11,40% Renda Variável, 10,49% Investimento no Exterior, 1,48% Fundos Imobiliários, o artigo 9º, III, correspondente a 10,49% da carteira de renda fixa foi desenhado por estar acima do percentual previsto por lei, isso ocorreu devido a diminuição do PL do Instituto e devido a melhora na performance do fundo, quando acontece esse tipo de desenhamento o prazo para regularização é de 06 meses. A rentabilidade da carteira está indo bem no mês a rentabilidade foi positiva em 1 milhão. O que está preocupando os Gestores é diminuição do PL do Instituto em 6 milhões por mês para cobrir folha de pagamento dos benefícios que está em torno de 19 milhões.

III – ANÁLISE DE PROCESSO – 245/2023 – Contratação de empresa para prestação de serviço de planejamento, operacionalização e execução de Concurso Público; 293/2023 – Aquisição de material de limpeza; 388/2023 – Contratação e empresa para impressão de boletins informativos.

CONCLUSÃO: – Após análise dos documentos pertinentes ao 4º bimestre/2023, este Conselho reconhece que a transparência das informações, o grande esforço e capacidade dos Gestores do Instituto de Previdência dos Serv. do Mun. de Diadema – IPRED. Contudo, os conselheiros Maria Aparecida Pappi Simões da Silva Santos e Wagner de Santana Lima **aprovam “sob censura”** as contas apresentadas, com exceção do voto da conselheira Lenira de Souza Cardozo, que aprovou as contas com ressalvas, em razão dos atrasos nos parcelamentos firmados entre PMD e IPRED, o não pagamento do valor principal de 348.883.672,26, referente a contribuição suplementar do período de 05/2018 a 01/2021, bem como ao déficit contábil de R\$ 42.806.054,91. que tem sido recorrente nos últimos meses. Ressalte-se que este Conselho, ao longo dos últimos anos, tem insistentemente cobrado a regularização dessa situação, que muito tem prejudicado o IPRED financeiramente. Esclarecemos a ausência do conselheiro Washington em razão de férias. Sem objeções, a reunião deu-se por encerrada as 16h00 (dezesesseis horas). Eu Lenira de Souza Cardozo, redigi a presente ata que após lida e aprovada será assinada por todos os membros.

ATA CONSELHO FISCAL DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2023

Pautas: **I – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 5º BIMESTRE 2023**
II – ANÁLISE DE PROCESSO

No dia 05 (cinco) do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, as 14h30 (catorze horas e trinta minutos), reuniram-



se os membros do Conselho Fiscal na sede do IPRED, os senhores: Lenira de Souza Cardozo, Mélane Maria Cardoso e Wagner de Santana Lima, com a presença do Sr. João Lopes Alves de Almeida – Diretor Financeiro do IPRED para deliberarem sobre as seguintes pautas:

I - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 5º BIMESTRE 2023: Foi apresentada para análise a base de dados contábil referente ao 5º bimestre, nesse período o quantitativo de segurados do Instituto era composto por 6.261 segurados ativos, 3.428 aposentados e 424 pensionistas, totalizando 10.113 segurados; o Sr. João informou que houve um aumento no quantitativo dos segurados, porém ainda está menor em comparação com a concessão de benefícios previdenciários – Aposentadorias e Pensões, de acordo com a evolução dos segurados de 2018 a 2023 o total dos segurados ativos ainda está 1% menor e houve um aumento de 43% na concessão de Aposentadorias e 46% na concessão de Pensão por Morte. Receitas Correntes: Prevista – R\$ 63.251.561,10, Realizada - R\$ 78.001.299,88; Receitas de Contribuições: Prevista – R\$ 44.585.730,77, Realizada - R\$ 49.695.500,96; Outras Receitas Correntes: COMPREV: Previsto – R\$ 1.832.500,00, Realizado – R\$ 10.529.072,83; Outras Restituições: Previsto – R\$ 40,833,33, Realizado – R\$ 48.488,59; Receita Patrimonial: Rendimento aplicações financeiras: Previsto – R\$ 16.833.333,33, Realizado – R\$ 17.776.726,09, Receitas Intra – orçamentárias: Prevista – R\$ 137.205.807,69, Realizada – R\$ 76.855.885,96; Contribuição Patronal para o RPPS: Previsto – R\$ 49.883.307,69, Realizado – R\$ 57.859.070,16; Parcelamentos: Previsto – R\$ 86.335.833,33, Realizado: R\$ 18.036.815,80, todos os 06 parcelamentos vigentes estão com parcelas atrasadas, na seguinte conformidade: os parcelamentos 309/2021 e 351/2021 estão com 04 parcelas atrasadas, o parcelamento 349/2021 está com 11 parcelas atrasadas e os parcelamentos 308/2021, 960/2021 e 968/2021 estão com 17 parcelas atrasadas. Os valores não repassados das alíquotas no período de 05/2018 a 01/2021 é de R\$ 352.775.208,51. O CRP – Certificado de Regularização Previdenciária, ainda está suspenso. Aluguel: Previsto – R\$ 986.666,67, Realizado – R\$ 960.000,00, Receitas Totais: Prevista – R\$ 200.465.705,13, Realizada – R\$ 154.857.185,84; Despesas Administrativas: Previsão – 5136.607,69, Gasto - R\$ 3815.457,82; Despesas Previdenciárias: Prevista – R\$ 187.492.948,72, Gasto – R\$ 207.982.784,11; Déficit Contábil: R\$ -56.941.056,09. Carteira de Investimentos Consolidada Previdenciária e Taxa de Administração: R\$ 126.233.307,83, correspondente as 14 Instituições Financeiras; Evolução do Patrimônio em 2023: Recursos Financeiros – Previdenciários (dez/2022) – R\$ 170.418.837,31, (5º bimestre/2023) – R\$ 122.833.888,39, Imóveis Previdenciário (dez/2022) – R\$ 31.714.000,00, (5º bimestre/2023) – R\$ 31.714.000,00, Recursos Financeiros – Taxa de Administração (dez/2022) – R\$ 11.354.613,94, (5º bimestre/2023) – R\$ 3.399.419,44, Imóveis Administração IPRED (dez/2022) – R\$ 6.923.000,00, (5º bimestre/2023) – R\$ 6.923.000,00..

II – ANÁLISE DE PROCESSO – 348/2023 – Contratação de empresa para prestação de serviço de curso preparatório certificação profissional de Dirigentes e Conselheiros de RPPS; 407/2023 – Contratação de empresa brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; 442/2023 – Aquisição de seguro para o novo veículo oficial do Instituto.

CONCLUSÃO: – Após análise dos documentos pertinentes ao 5º bimestre/2023, este Conselho reconhece que a transparência das informações, o grande esforço e capacidade dos Gestores do Instituto de Previdência dos Serv. do Mun. de Diadema – IPRED. Este Conselho aprova, com ressalvas, por unanimidade em razão dos atrasos nos parcelamentos firmados entre PMD e IPRED, o não pagamento do valor principal de 352.775.208,51, referente a contribuição suplementar do período de 05/2018 a 01/2021, bem como ao déficit contábil de R\$ 56.941.056,09. que tem sido recorrente nos últimos meses. Ressalte-se que este Conselho, ao longo dos últimos anos, tem insistentemente cobrado a regularização dessa situação, que muito tem prejudicado o IPRED financeiramente. Esclarecemos a ausência do conselheiro Washington em razão de licença prêmio e a conselheira Maria Apª Pappi S. da Silva Sousa, que não pode comparecer nem participou



remotamente devido um compromisso já existente. Sem objeções, a reunião deu-se por encerrada as 16h00 (dezesesseis horas).
Eu Lenira de Souza Cardozo, redigi a presente ata que após lida e aprovada será assinada por todos os membros.

Composição do Conselho Fiscal 2023:

Presidente:	Maria Aparecida Pappi Simoes da Silva Sousa
Membros:	Lenira de Souza Cardozo Wagner de Santana Lima Washington Luiz Marchezepe

• Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por três membros, a saber:

I. Diretor Superintendente: RUBENS XAVIER MARTINS

II. Diretor Financeiro: JOÃO LOPES ALVES DE ALMEIDA

III. Diretor Previdenciário: ANTONIO MARIO CARNEIRO PEREIRA

Além da prática de todos os atos normais da Administração, no limite de sua competência, cabe à Diretoria Executiva:

I. cumprir e fazer executar as diretrizes fundamentais e as normas gerais baixadas pelo Conselho Deliberativo;

II. atender à convocação do Conselho Deliberativo;

III. apresentar ao Conselho Deliberativo:

a) o orçamento-programa e cálculos atuariais anuais;

b) as normas gerais e planos de aplicação do patrimônio;

c) as propostas de aquisição, edificação e alienação de bens imóveis, constituição de ônus ou direitos reais sobre estes e imobilização de recursos do IPRED;

d) as propostas sobre a aceitação de doações, subvenções e legados;

e) as demonstrações financeiras e documentação pertinente, incluindo os balancetes mensais;

f) os planos e programas de benefícios e serviços;

g) as propostas para reforma da estrutura administrativa do IPRED;

h) as recomendações sobre o quadro de pessoal do IPRED;

i) as recomendações para a celebração de contratos, acordos e convênios;

j) outros assuntos de interesse do IPRED;

IV. promover cursos e seminários sobre previdência.

• Equipe

Nome	Cargo e Função
ANDRE LUIZ SILVA RAMOS	AGENTE ADMINISTRATIVO II – COMPRAS E LICITAÇÕES
ANTONIO MARIO CARNEIRO PEREIRA	DIRETOR PREVIDENCIÁRIO
ARICEIA SANTOS DE JESUS SILVA	AGENTE DE SERVIÇO
MATANIAS BATISTA SANTOS	MOTORISTA
EDLA CORREIA SIQUEIRA	ASSISTENTE SOCIAL
ELAINE CORDEIRO DA SILVA RIGUEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO II - PROTOCOLO
KAREN LUCIA MAYUMI SASAKI	AGENTE ADMINISTRATIVO II - ATENDIMENTO PREVIDENCIÁRIO
GUSTAVO ERASMO VARGAS PEREZ	CHEFE DA FOLHA DE BENEFÍCIOS
JOAO LOPES ALVES DE ALMEIDA	DIRETOR FINANCEIRO
RUBENS XAVIER MARTINS	DIRETOR SUPERINTENDENTE
LENIRA DE SOUZA CARDOZO	CHEFE DE SERVIÇO ADMINISTRATIVO
MARIA DA CONCEICAO BEZERRA	AGENTE DE SERVIÇO



MELANE MARIA CARDOSO	CONTADORA
MICHAEL PRINCE FAVERO PINTO	ANALISTA DE SISTEMAS
VALTER DO CARMO CORREA	TÉCNICO EM CONTABILIDADE
EDUARDO DE CARVALHO ALVES	PROCURADOR
VALTER DE CAMPOS ANTONIO	MÉDICO PERITO
VICTOR ARRUDA DANILEVICIUS	AGENTE ADMINISTRATIVO II - ATENDIMENTO PREVIDENCIÁRIO
WESLEY DE ALMEIDA FRANCO	AGENTE ADMINISTRATIVO II - TESOURARIA
ANDRÉA SANTANA PARANHOS	AGENTE ADMINISTRATIVO II - COMPRAS E LICITAÇÕES
ALEXANDRE PAIVA COSTA PEREIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO II - COMPREV
ANA LUCIA DE ABREU	CONTROLE INTERNO

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social

O Regime Próprio de Previdência Social administra os benefícios de aposentadoria e pensão por morte dos servidores municipais de Diadema e seus dependentes, e contava, em 31/12/2023, com o seguinte quantitativo de segurados e beneficiários:

Ativos	Aposentados	Pensionistas
6243	3434	431
2,88%	6,15%	7,21%

- **Despesas com benefícios previdenciários**

O IPRED concedeu, no ano de 2023, 199 aposentadorias e 29 benefícios de pensão em decorrência de óbito de segurados:

Aposentadorias	Pensões	Comprev	Sentenças Judiciais
R\$ 240.285.365,35	R\$ 19.262.841,99	R\$ 1.034.564,16	R\$ 38.447,16

- **Evolução das despesas previdenciárias**

Ano	Fundo Previdenciário	Órgão de origem (se houver)	TOTAL
2020	R\$ 170.018.510,58	R\$	R\$ 170.018.510,58
2021	R\$ 190.615.890,84	R\$	R\$ 190.615.890,84
2022	R\$ 222.347.953,12	R\$	R\$ 222.347.953,12
2023	R\$ 260.654.271,56	R\$	R\$ 260.654.271,56

- **COMPREV**

A COMPREV tem por objetivo operacionalizar a Compensação Previdenciária entre o RGPS e os RPPS, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadorias e pensões.



Em 2023 o IPRED recebeu R\$ 11.747.391,69 da Compensação Previdenciária. Em contrapartida, pagamos R\$ 1.034.564,16 para o INSS (RI – RGPS como Regime Instituidor) e outros RPPS. Seguem abaixo relação de valores recebidos e pagos dos últimos 3 exercícios:

Ano	Valor recebido	Valor pago
2020	R\$ 2.453.305,14	R\$ 890.620,24
2021	R\$ 6.678.306,89	R\$ 248.138,71
2022	R\$ 8.454.406,60	R\$ 391.883,13
2023	R\$ 11.747.391,69	R\$ 1.034.564,16

Financeiro

- **Receitas e Despesas**

Em 2023, o IPRED contabilizou as seguintes receitas:

Tipo de receita	Valor
Receitas de contribuições (servidor)	R\$ 68.316.498,40
Outras Receitas Correntes (comprev e restituições.)	R\$ 11.812.502,98
Receita Patrimonial (Aplicações Financeiras)	R\$ 20.888.817,67
Receita de contribuições (patronal)	R\$ 62.875.773,29
Aluguéis	R\$ 1.152.000,00
Parcelamentos	R\$ 18.036.815,80

E no mesmo ano, as despesas foram as seguintes:

Tipo de despesa	Valor
Despesa Previdenciária	R\$ 260.654.271,56
Despesa Administrativa	R\$ 4.567.403,78

Patrimônio do RPPS

O patrimônio do IPRED, na data 31/12/2023, era composto por

R\$ 105.642.334,26	Ativos Financeiros
R\$ 31.793.000,00	Imóveis - Previdenciário
R\$ 6.537.000,00	Imóvel – sede própria do IPRED
R\$ 219.200.739,36	Valores não repassados PMD
R\$ 555.818.705,00	Parcelamentos PMD
R\$ 232.835,56	Bens Móveis
R\$ 32.743.841,51	Outros Créditos / Provisões a receber
R\$ 951.968.455,69	



• Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 os recursos do RPPS estavam aplicados em Renda Fixa e Renda Variável, conforme distribuição a seguir:

Segmento	Valor	%
Renda Fixa	R\$ 70.338.894,61	66,59
Renda Variável	R\$ 35.291.321,68	33,41

Em 2023 o Fundo Previdenciário obteve uma rentabilidade equivalente a 16,62 % diante de uma meta atuarial de 9,85% (composta pelo IPCA + 5,06% a.a).

• Evolução da Carteira de Investimentos

Mês	R\$
31/12/20	274.157.340,63
31/12/21	254.898.148,07
31/12/22	181.773.451,25
31/12/23	105.630.216,29

Investimentos por Administradora

CARTEIRA DE INVESTIMENTO	CONSOLIDADA	VALOR	dez/23
1	BRASIL	R\$ 25.082.580,22	23,75%
2	SANTANDER	R\$ 9.339.239,05	8,84%
3	CAIXA	R\$ 15.868.666,00	15,02%
4	BRASESCO	R\$ 10.892.355,54	10,31%
5	TARPON	R\$ 6.611.627,98	6,26%
6	WESTER	R\$ 16.036.379,33	15,18%
7	PATRIA	R\$ 0,00	0,00%
7	BTG PACTUAL	R\$ 8.729.554,49	8,26%
8	PLURAL	R\$ 1.170.710,48	1,11%
10	OCCAM	-R\$ 0,00	0,00%
11	AZ QUEST	R\$ 0,00	0,00%
9	Rio Bravo	R\$ 624.322,56	0,59%
10	GUEPARDO	R\$ 5.558.696,11	5,26%
11	MONGERAL AEGON	R\$ 5.716.084,53	5,41%
TOTAL		105.630.216,29	100,00%



TABELA COM FLUXO DE ENTRADAS E SAIDAS DE RECURSOS EM 2023

Fluxo de entradas e saídas de recursos em 2023					
aplicação e resgates dos investimentos					
mês	saldo anterior	Aplicações	Resgates	Saldo final	
jan	R\$ 181.773.451,25	R\$ 16.056.227,42	R\$ 17.008.937,64	R\$ 183.411.627,36	
fev	R\$ 183.411.627,48	R\$ 11.799.022,85	R\$ 17.123.292,45	R\$ 178.472.863,42	
mar	R\$ 178.472.863,46	R\$ 10.998.146,80	R\$ 17.208.913,43	R\$ 173.647.252,34	
abr	R\$ 173.647.252,34	R\$ 9.753.627,71	R\$ 17.473.747,91	R\$ 167.461.247,72	
mai	R\$ 167.461.247,76	R\$ 58.025.484,17	R\$ 62.947.727,39	R\$ 166.574.404,90	
jun	R\$ 166.574.404,90	R\$ 11.781.333,31	R\$ 30.066.880,37	R\$ 151.349.322,43	
jul	R\$ 151.349.322,43	R\$ 12.781.189,84	R\$ 20.014.872,39	R\$ 146.169.151,83	
ago	R\$ 146.169.151,83	R\$ 23.434.046,72	R\$ 28.683.042,43	R\$ 141.266.593,28	
set	R\$ 141.266.593,28	R\$ 20.284.437,94	R\$ 25.643.949,73	R\$ 136.471.789,60	
out	R\$ 136.471.789,60	R\$ 9.642.653,45	R\$ 19.804.225,19	R\$ 126.233.307,83	
nov	R\$ 126.233.307,83	R\$ 5.813.492,63	R\$ 19.833.996,40	R\$ 116.103.087,56	
dez	R\$ 116.103.087,56	R\$ 10.561.149,99	R\$ 23.238.698,64	R\$ 105.630.216,29	

Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos é um órgão participativo do processo de análise, com o objetivo de gerenciar a aplicação de recursos conjuntamente com a Diretoria Executiva, escolhendo os ativos, delimitando os níveis de riscos e estabelecendo os prazos para as aplicações.

Compete ao Comitê de Investimentos a elaboração da Política de Investimento, a qual é submetida para aprovação do Conselho Deliberativo. Atualmente ele é composto por 04 membros: João Lopes Alves de Almeida, Rubens Xavier Martins, Silvana Caetano e Wesley de Almeida Franco. O Sr João Lopes Alves de Almeida possui CEA ANBIMA e o Sr Wesley de Almeida Franco possui CPA 10 ANBIMA. Todos precisam se adequar a nova certificação da SPREV.

Em 2023, o Comitê de Investimentos realizou 12 reuniões ordinárias e 3 extraordinária. As principais ocorrências e deliberações do Comitê de Investimentos em 2023, foram as seguintes:

Principais deliberações

Reunião ordinária comitê de investimentos 25 de janeiro de 2023

1) Carteira de Investimentos do Instituto, cenários e despesas. A carteira do IPRED encerrou o mês de dezembro com um total de R\$ 181.773.451,25 de PL. A rentabilidade da carteira foi de R\$ 407.173,55, que equivale a 0,23%. A meta atuarial ficou em 1,03%. No ano a rentabilidade da carteira perfaz 4,04%, enquanto a meta foi de 10,47. Dos recursos da carteira, R\$ 144.912.948,96, um percentual de 79,72%, estão alocados em fundos de renda fixa e os outros 36.860.502,69, 20,28%, em fundos de renda variável e outros (multimercado, imobiliários, FIP's e exterior). Do PL, a quantia de R\$ 170.418.837,31 compreende a reserva para despesas previdenciárias, e os outros 11.354.613,94, a reserva para despesas administrativas.

As perspectivas para o mercado doméstico segundo o Boletim Focus de 20/01/23 estão no quadro abaixo:

Mediana - Agregado	2023						2024							
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis Resp. ***		
IPCA (variação %)	5,23	5,39	5,48	▲ (6)	143	5,49	98	3,60	3,70	3,84	▲ (1)	131	3,87	93
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	0,79	0,77	0,79	▲ (1)	102	0,79	59	1,50	1,50	1,50	=(4)	84	1,50	51
Câmbio (R\$/US\$)	5,27	5,28	5,28	=(2)	109	5,26	76	5,26	5,30	5,30	=(2)	102	5,30	73
Selic (% a.a.)	12,00	12,50	12,50	=(1)	127	12,50	79	9,00	9,25	9,50	▲ (1)	123	9,38	78
IGP-M (variação %)	4,54	4,67	4,69	▲ (4)	72	4,57	52	4,01	4,03	4,03	=(1)	59	4,01	40
IPCA Administrados (variação %)	6,53	6,95	7,25	▲ (8)	88	7,25	66	4,00	4,00	4,12	▲ (1)	69	4,21	54
Conta corrente (US\$ bilhões)	-47,00	-46,00	-46,00	=(1)	24	-47,00	14	-45,00	-45,00	-45,00	=(6)	21	-45,00	13
Balança comercial (US\$ bilhões)	58,80	57,20	58,00	▲ (2)	25	55,20	14	54,13	52,40	52,40	=(2)	20	50,00	12
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	80,00	80,00	80,00	=(4)	22	80,00	13	80,00	77,50	77,50	=(1)	20	80,00	13
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	62,00	61,85	61,60	▼ (2)	22	60,90	15	64,00	64,33	64,20	▼ (2)	20	64,00	14
Resultado primário (% do PIB)	-1,17	-1,19	-1,11	▲ (2)	32	-1,16	18	-1,00	-1,00	-1,00	=(4)	28	-1,00	18
Resultado nominal (% do PIB)	-8,60	-8,25	-8,35	▼ (1)	20	-8,75	14	-6,80	-6,90	-7,22	▼ (1)	18	-7,50	13

O diretor financeiro fez a leitura do último relatório divulgado pela LDB, consultora do Instituto, além de informações



divulgadas, pontuando: trajetória negativa nos mercados globais com perspectiva de desaceleração, embora expectativa de melhora na China pela abertura da economia; Nos EUA, leitura da inflação mais favorável com perspectivas de desaceleração da mesma o que contribui para reduzir a pressão de alta nos juros; que os principais índices da bolsa americana tiveram retornos negativos ; que o Banco Central Europeu sinalizou que irá subir de forma contínua a taxa básica de juros; que no Brasil, a aprovação da PEC de transição aliada a outros fatores elevam questionamentos sobre consolidação fiscal; que, apesar de pressionado, o IPCA vem desacelerando para uma composição mais favorável; que o Bacen manteve a taxa Selic em 13,75%; que o Ibovespa encerrou o mês dezembro em queda seguindo os mercados internacionais, contudo e ele encerrou o ano positivo em 4,69%.

A Consultoria continua com a recomendação de que os títulos diretos do Tesouro ainda apresentam boas oportunidades de retorno com “ancoragem” acima da meta, desde que respaldados por estudo ALM, contribuindo ainda, para redução da volatilidade da carteira.

Diante disso, este Comitê concordou que não há movimentações favoráveis a serem realizadas na carteira no momento, senão acompanhar a variação das cotas dos fundos de renda variável a fim de se verificar um momento favorável para uma possível proteção da carteira e realizar saldo positivo.

Para a cobertura dos pagamentos da folha de benefícios deverão ser resgatados, preferencialmente, dos fundos de curto prazo.

2) Dívida da PMD: O diretor financeiro atualizou o Comitê quanto aos valores da dívida da PMD referentes a parte da alíquota suplementar do período de 05/2018 a 01/2021. O total atualizado desse montante está em R\$ 332.143.984,98. Que o ofício nº 06/23 foi protocolado na PMD informando essa atualização e solicitando providências.

3) Próximas reuniões do Comitê para o Exercício. O Comitê decidiu que as reuniões ordinárias do exercício de 2023 deverão acontecer nas datas: 17/02, 17/03, 14/04, 19/05, 16/06, 14/07, 18/08, 15/09, 20/10, 17/11, 14/12.

Sem mais a acrescentar a reunião foi encerrada.

Reunião Extraordinaria comitê de investimentos 10 de fevereiro de 2023

1-Sobre o fundo OCCAM FIC FIA. O diretor financeiro convocou esta reunião para falar da notícia que foi veiculada na data de ontem, 09/02/23, a respeito da operação da Polícia Federal que deflagrou esquema de corrupção no Instituto de Previdência do Distrito Federal em que foi apontado um suposto envolvimento do sócio majoritário da Empresa Grid Investimentos, o sr. Rivaldo Ferreira, o qual realizava pagamentos em espécie a gestores do Instituto para favorecimento de fundos ligados à empresa.

A empresa Grid é distribuidora do fundo OCCAM FIC FIA, no qual o IPRED possui recursos aplicados desde 2018, razão pela qual o sr João achou necessário convocar essa reunião, tendo em vista um possível risco ao referido patrimônio deste Instituto. Disse que em conversa com gestores de outros Institutos o fato não deve impactar muito o referido fundo em razão de se tratar apenas de um distribuidor, ou seja, não se trata dos responsáveis pela gestão ou administração do fundo. Por outro lado, a APEPREM e alguns RPPS's estão descredenciando a empresa de seus órgãos, contudo nenhum deles, até o momento, disse que irá resgatar seus recursos do fundo.

Já o consultor Marcos, da LDB, indagado por este Instituto, disse que o fato pode ocasionar risco de imagem e gerar fuga de investidores do produto e desvalorização de suas cotas, mas como a notícia ainda é muito recente é difícil verificar seu impacto.

A Grid enviou nota a seus clientes dizendo estar surpresa por ter ela e seu sócio terem sido incluídos na operação. Ressaltou que a empresa sempre trabalhou de forma correta, que não atua na gestão de recursos, mas apenas distribuição de produtos de investimentos sólidos e de reconhecida reputação, e que irá contribuir para esclarecer e comprovar sua lisura.

Assim, diante do exposto e da brevidade das notícias os membros deste Comitê concordaram em levantar mais informações ao que diz respeito ao fundo, os impactos, e da posição de outros RPPS's, antes de tomar qualquer decisão precipitada no sentido desfazer posição no produto, lembrando que para o caso de resgate sua cotização, conforme regulamento, se dá em D+15. Havendo necessidade, outras reuniões extraordinárias poderão ser convocadas a qualquer tempo para tratar deste assunto.

Sem mais a acrescentar a reunião foi encerrada.



Reunião ordinária comitê de investimentos 17 de fevereiro de 2023

1) Carteira de Investimentos do Instituto, cenários e despesas. A carteira do IPRED encerrou o mês de janeiro com um total de R\$ 183.411.627,48 de PL. A rentabilidade da carteira foi de R\$ 2.622.686,45, que equivale aproximadamente a 1,4%. Dos recursos da carteira, R\$ 145.437.293,09, um percentual de 79,13%, estão alocados em fundos de renda fixa e os outros 37.974.334,39, 20,7%, em fundos de renda variável e outros (multimercado, imobiliários, FIP's e exterior). Do PL, a quantia de R\$ 172.399.150,37 compreende a reserva para despesas previdenciárias, e os outros 11.012.477,11, a reserva para despesas administrativas.

As perspectivas para o mercado doméstico segundo o Boletim Focus de 10/02/23 estão no quadro abaixo:

Mediana - Agregado	2023							2024						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	5,39	5,78	5,79	▲ (9)	142	5,77	69	3,70	3,93	4,00	▲ (4)	134	4,00	65
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	0,77	0,79	0,76	▼ (2)	103	0,78	42	1,50	1,50	1,50	= (7)	89	1,50	34
Câmbio (R\$/US\$)	5,28	5,25	5,25	= (2)	114	5,26	52	5,30	5,30	5,30	= (5)	111	5,30	52
Selic (% a.a)	12,50	12,50	12,75	▲ (1)	131	12,75	81	9,25	9,75	10,00	▲ (2)	128	10,00	80
IGP-M (variação %)	4,67	4,60	4,60	= (1)	73	4,55	31	4,03	4,07	4,07	= (1)	56	4,10	25
IPCA Administrados (variação %)	6,95	8,44	8,53	▲ (11)	92	8,97	35	4,00	4,24	4,29	▲ (4)	77	4,10	28
Conta corrente (US\$ bilhões)	-46,00	-47,00	-50,00	▼ (2)	25	-49,00	14	-45,00	-50,00	-50,00	= (1)	24	-45,00	13
Balança comercial (US\$ bilhões)	57,20	57,60	57,20	▼ (1)	23	55,48	11	52,40	53,90	56,50	▲ (2)	21	56,50	9
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	80,00	80,00	80,00	= (7)	23	80,00	11	77,50	80,00	80,00	= (2)	22	80,00	10
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	61,85	61,45	61,50	▲ (2)	23	62,00	12	64,33	64,38	64,00	▼ (2)	21	64,00	10
Resultado primário (% do PIB)	-1,19	-1,10	-1,10	= (2)	34	-1,10	19	-1,00	-1,00	-0,90	▲ (1)	31	-0,80	17
Resultado nominal (% do PIB)	-8,25	-8,10	-8,00	▲ (2)	22	-7,70	12	-6,90	-7,05	-7,11	▼ (1)	20	-7,11	11

O diretor financeiro fez a leitura do último relatório divulgado pela LDB, consultora do Instituto, além de informações divulgadas, sobre as expectativas do cenário doméstico e internacional. Também falou sobre a atenção em acompanhar o fundo de Crédito Privado em razão do ocorrido recente às Lojas Americanas, da qual ambos os fundos que o IPRED possui recursos sofreram em função desse ocorrido, ressaltando que há um alerta de que algo semelhante pode acontecer com outras empresas. O IPRED tem cobrado posicionamento das gestoras dos fundos quanto às medidas frente a esses problemas, considerando também que os fundos têm performado mal. O Diretor falou da possibilidade de realocação dessas aplicações para fundos de DI cujo risco é menor, mas que tal será estudado daqui para frente.

Também ressaltou sobre fundos de renda variável em que o IPRED tem aplicações, sobretudo os fundos BTG PACTUAL ABSOLUTO INST FIC FIA, AZ QUEST SMALL MID CAPS, OCCAM FIC FIA e WESTERN ASSET BDR fundos cujas performance em janelas maiores não têm entregado resultados satisfatórios ou sinais significativos de recuperação. Que estuda a possibilidade de ajustar essas aplicações através de manobras que possam mitigar e recuperar as perdas caso seja necessário resgatá-los com VPD. O IPRED tem solicitado posicionamento dos gestores desses produtos a fim de se certificar quanto as pretensões deles para o futuro dos fundos e usar essas informações para respaldar as ações da gestão de investimentos do IPRED.

A Consultoria continua com as mesmas recomendações, sem novidades significativas quanto ao posicionamento da carteira. Entende que os títulos diretos do Tesouro são oportunidades de retorno com “âncora” acima da meta, mas que precisam ser respaldados por estudo ALM.

Diante disso, este Comitê concordou que não há movimentações favoráveis a serem realizadas na carteira no momento, ressaltando novamente quanto a avaliação de fundos cuja performance não faça sentido para o tipo de produto a que está atrelado, isto é, por exemplo, maior risco requer performance mais satisfatória em determinada janela do que fundos com ativos livre de risco.

Para a cobertura dos pagamentos da folha de benefícios deverão ser resgatados, preferencialmente, dos fundos de curto prazo e havendo necessidade, realocar de outros produtos, inclusive renda variável, motivando previamente tal ação.

2) Dívida da PMD: O diretor financeiro atualizou o Comitê quanto aos valores da dívida da PMD referentes a parte da alíquota suplementar do período de 05/2018 a 01/2021. O total atualizado desse montante está em R\$ 335.573.105,75. Que o ofício nº 20/23 foi protocolado na PMD informando essa atualização e solicitando providências.

3) Sobre a GRID investimentos. Conforme reunião extraordinária deste Comitê do dia 10/02/23 a respeito das notícias sobre o envolvimento de sócio da Grid Investimentos, distribuidora de fundos, em esquemas investigados pela PF no Distrito Federal, cogitou-se a possibilidade de descredenciamento da empresa no Instituto, ação que alguns outros RPPS's tomaram após as notícias. Contudo este Comitê concordou de levantar mais informações antes de tomar qualquer ação. A empresa divulgou notas e conversou pessoalmente com os gestores do IPRED dando explicações e posicionando-se frente às acusações. Até o momento, a administradora do fundo OCCAM, a BEM DTVM, ainda não se posicionou se irá manter



ou retirar a empresa da distribuição do produto. Este Comitê, no momento, entende que não há necessidade de descredenciar a empresa, até porque tal condição não implica em obrigatoriedade de negócio, contudo irá aguardar o desfecho do ocorrido antes novas ofertas que envolvam a empresa e que manter-se-á alerta acerca disto.

Sem mais a acrescentar a reunião foi encerrada.

Reunião ordinária comitê de investimentos 17 de março de 2023

1) Carteira de Investimentos do Instituto, cenários e despesas. A carteira do IPRED encerrou o mês de fevereiro com um total de R\$ 178.472.863,46 de PL. A rentabilidade da carteira foi de R\$ 402.305,58, que equivale aproximadamente a 0,23%. Dos recursos da carteira, R\$ 141.290.110,48, um percentual de 79,17%, estão alocados em fundos de renda fixa e os outros 37.182.752,98, 20,83%, em fundos de renda variável e outros (multimercado, imobiliários, FIP's e exterior). Do PL, a quantia de R\$ 167.757.517,01 compreende a reserva para despesas previdenciárias, e os outros 10.715.346,45, a reserva para despesas administrativas.

As perspectivas para o mercado doméstico segundo o Boletim Focus de 10/03/23 estão no quadro abaixo:

Mediana - Agregado	2023							2024						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	5,79	5,90	5,96	▲ (1)	147	5,90	47	4,00	4,02	4,02	= (3)	141	4,00	44
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	0,76	0,85	0,89	▲ (4)	105	0,80	25	1,50	1,50	1,50	= (11)	92	1,50	23
Câmbio (R\$/US\$)	5,25	5,25	5,25	= (6)	114	5,25	31	5,30	5,30	5,30	= (2)	110	5,35	29
Selic (% a.a)	12,75	12,75	12,75	= (4)	132	12,75	39	10,00	10,00	10,00	= (4)	129	9,75	37
IGP-M (variação %)	4,60	4,11	4,11	= (1)	72	4,13	21	4,07	4,17	4,17	= (2)	62	4,03	17
IPCA Administrados (variação %)	8,53	9,05	9,13	▲ (15)	92	8,90	21	4,29	4,40	4,40	= (1)	76	4,10	17
Conta corrente (US\$ bilhões)	-50,00	-50,00	-50,00	= (4)	27	-49,00	8	-50,00	-51,50	-51,50	= (1)	26	-50,00	7
Balança comercial (US\$ bilhões)	57,20	57,00	57,00	= (1)	27	55,48	7	56,50	55,00	55,00	= (1)	25	58,00	5
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	80,00	80,00	80,00	= (11)	24	80,00	7	80,00	80,00	80,00	= (6)	23	80,00	6
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	61,50	61,00	61,00	= (1)	26	62,00	7	64,00	64,00	64,00	= (4)	24	64,00	6
Resultado primário (% do PIB)	-1,10	-1,00	-1,00	= (1)	39	-1,01	10	-0,90	-0,75	-0,75	= (1)	34	-0,75	9
Resultado nominal (% do PIB)	-8,00	-7,85	-7,85	= (3)	26	-6,80	7	-7,11	-7,35	-7,40	▼ (5)	24	-6,90	6

O diretor financeiro fez a leitura do último relatório divulgado pela LDB, consultora do Instituto, além de informações divulgadas, sobre as expectativas do cenário doméstico e internacional, pontuando: resiliência da inflação no cenário global causando aversão a risco; expectativa de alta dos juros americanos, mercado de trabalho aquecido e dólar ganhado força mediante outras moedas, isto sugere prolongamento do ciclo de aperto monetário. Na zona do Euro a expectativa é que o Banco Central Europeu continue subindo juros, o que reforça perspectiva de atividade fraca. Já na China os sinais são positivos com a retomada da atividade levando à recuperação. A bolsa americana fechou o mês com os principais índices negativos. No mercado doméstico, apesar da melhora da inflação, segue a incerteza quanto à sustentabilidade fiscal, que pese as notícias quanto aos destaques na condução da política monetária e da possibilidade de alteração nas metas de inflação, desta forma acredita-se que a taxa básica de juros será mantida nos mesmos patamares por mais tempo. As perspectivas do cenário internacional e as incertezas do quadro fiscal doméstico também impactaram a Bolsa, a qual encerrou o mês em -7,49%.

A Consultoria aponta a compra direta de NTN-Bs como importante estratégia para ancoragem de rentabilidade acima da meta atuarial além da redução da volatilidade global da carteira em razão da marcação na curva, contudo tal estratégia requer carregamento dos títulos até seu vencimento, por esta razão este tipo de investimento precisa ser respaldado por estudo ALM.

Diante disso, este Comitê concordou pela manutenção da carteira para o momento no que concerne realocações estratégicas, tendo em vista sua falta de solvência e da necessidade de caixa para pagamentos das obrigações de folha. Assim, para a cobertura dos pagamentos da folha de benefícios deverão ser resgatados, preferencialmente, dos fundos de curto prazo, sendo o de DI da CEF e/ou da Western para os próximos pagamentos. Havendo necessidade, realocar de outros produtos, inclusive renda variável, motivando previamente tal ação.

Também acordou em, sempre que possível, solicitar aos gestores ou representantes dos fundos que compareçam de maneira presencial ou por videochamada às reuniões deste Comitê com intuito de prestar informações e esclarecimentos quanto à gestão do fundo e/ou fatos relevantes quando aplicável, sobretudo em relação aos fundos cuja performance permaneça insistentemente aquém do razoável.

2) Dívida da PMD: O diretor financeiro atualizou o Comitê quanto aos valores da dívida da PMD referentes a parte da alíquota suplementar do período de 05/2018 a 01/2021. O total atualizado desse montante está em R\$ 338.573.105,75. Que o ofício nº 24/23 foi protocolado na PMD informando essa atualização e solicitando providências.



Reunião ordinária comitê de investimentos 18 de Abril de 2023

1) Carteira de Investimentos do Instituto, cenários e despesas. A carteira do IPRED encerrou o mês de março com um total de R\$ 173.647.252,34 de PL. A rentabilidade da carteira foi de R\$ 1.401.955,51, que equivale aproximadamente a 0,79%. Dos recursos da carteira, R\$ 136.654.520,78 um percentual de 78,7%, estão alocados em fundos de renda fixa e os outros 36.992.731,56, 21,3%, em fundos de renda variável e outros (multimercado, imobiliários, FIP's e exterior). Do PL, a quantia de R\$ 163.144.456,57 compreende a reserva para despesas previdenciárias, e os outros 10.502.795,77, a reserva para despesas administrativas.

As perspectivas para o mercado doméstico segundo o Boletim Focus de 06/04/23 estão no quadro abaixo:

Mediana - Agregado	2023							2024						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	5,96	5,96	5,98	▲ (2)	148	6,04	61	4,02	4,13	4,14	▲ (1)	141	4,02	57
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	0,89	0,90	0,91	▲ (1)	108	1,00	39	1,50	1,48	1,44	▼ (1)	96	1,50	37
Câmbio (R\$/US\$)	5,25	5,25	5,25	= (10)	113	5,21	44	5,30	5,30	5,27	▼ (1)	105	5,25	42
Selic (% a.a)	12,75	12,75	12,75	= (8)	137	12,50	70	10,00	10,00	10,00	= (8)	130	10,00	68
IGP-M (variação %)	4,11	3,70	3,70	= (1)	81	3,43	32	4,17	4,20	4,25	▲ (1)	69	4,03	29
IPCA Administrados (variação %)	9,13	9,65	9,79	▲ (19)	96	10,19	39	4,40	4,40	4,50	▲ (1)	80	4,45	34
Conta corrente (US\$ bilhões)	-50,00	-50,84	-50,84	= (1)	28	-48,00	15	-51,50	-52,50	-52,50	= (1)	27	-51,85	14
Balança comercial (US\$ bilhões)	57,00	55,00	55,00	= (3)	27	57,00	15	55,00	52,44	52,44	= (2)	24	59,50	13
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	80,00	80,00	80,00	= (15)	25	80,00	14	80,00	80,00	80,00	= (10)	24	80,00	13
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	61,00	61,15	61,15	= (1)	26	61,00	10	64,00	64,50	64,50	= (3)	23	64,00	9
Resultado primário (% do PIB)	-1,00	-1,01	-1,01	= (1)	40	-1,00	17	-0,75	-0,80	-0,80	= (3)	37	-0,80	16
Resultado nominal (% do PIB)	-7,85	-7,80	-7,80	= (3)	27	-7,75	12	-7,40	-7,10	-7,10	= (1)	24	-7,10	11

O diretor financeiro fez a leitura do relatório que a LDB, consultora do Instituto, divulga mensalmente analisando os cenários doméstico e internacional do mês que se encerrou e dá perspectivas para os períodos seguintes, baseando-se no relatório Focus, opinião de especialistas e informações divulgadas pelos órgãos de mercado, como o COPOM e FED, e faz recomendações para carteiras de RPPS's. O Diretor comentou que IBOVESPA março fechou em -2,91%, perfazendo -7,16% no ano. A Consultoria, com base no cenário analisado, continua recomendando a compra direta de NTN-Bs como estratégia para ancoragem de rentabilidade acima da meta atuarial e contribuindo para redução da volatilidade global da carteira em razão da marcação na curva, contudo tal estratégia requer carregamento dos títulos até seu vencimento, por esta razão este tipo de investimento precisa ser respaldado por estudo ALM.

O sr. João propôs ao Comitê o resgate dos recursos de dois fundos de renda variável e realocá-los para a renda fixa, tomando por base o estudo ALM contratado e realizado pela LDB, o qual aponta necessidade de redução da exposição em renda variável considerando a carteira atual do Instituto frente o seu passivo e frente ao cenário projetado conforme expectativas políticas e econômicas oriundas de análises técnicas. Os fundos em questão são o OCCAM FIC FIA e o AZ QUEST SMALL CAPS FIC FIA. Em ambos os fundos a variação patrimonial do Instituto é positiva, ou seja, o resgate não implicará em realização de rentabilidade negativa. A motivação para estas movimentações, além daquelas relacionadas ao estudo ALM, é também abastecer o caixa para pagamento das despesas com a folha de benefícios, considerando que na situação atual do IPRED há um déficit mensal entre as receitas recebidas e os desembolsos realizados a cada competência. A sugestão é para que o resgate seja realizado ainda na data de hoje ou de amanhã considerando que os pagamentos dos resgates desses fundos somente ocorrerão em D+17 e D+60, respectivamente. Os membros do Comitê concordaram com essas realocações. Também acordaram em continuar movimentando os fundos de DI para pagamento das obrigações do Instituto.

2) Dívida da PMD: O diretor financeiro atualizou o Comitê quanto aos valores da dívida da PMD referente a parte da alíquota suplementar do período de 05/2018 a 01/2021. O total atualizado desse montante está em R\$ 341.054.854,22. Que essa atualização foi oficializada junto a PMD para providências quanto a sua regularização.

Sem mais a acrescentar a reunião foi encerrada.

Reunião extraordinária comitê de investimentos 25 de Abril de 2023

1-Reunião com gestor de fundos do BTG Pactual. Nesta data ocorreu a reunião previamente agendada com o gestor de fundos do banco BTG Pactual com a finalidade de fornecer informações e esclarecer a respeito da performance dos fundos de sua gestão e que possuem recursos do IPRED, uma vez que tal performance não tem apresentado resultados satisfatórios desde um período significativo. Assim, este Comitê busca entender se haverá e quais serão as mudanças



pretendidas a fim de ajustar os resultados frente ao cenário econômico desafiador que se faz presente e quais as perspectivas que suas análises apontam quanto aos fatores políticos, econômicos e fiscais relevantes aos produtos de sua responsabilidade que carregam recursos deste RPPS.

O gestor começou falando do fundo BTG PACTUAL CRÉDITO CORPORATIVO I FIC FI, que na ocasião da fraude das Lojas Americanas o fundo contava, e permanece, com um percentual de 1,5% em papéis dessa empresa. Que hoje tais papéis apresentam 20% de seu valor de face, contudo as notícias divulgadas sobre o plano de recuperação da empresa, acreditam que poderão recuperar de 30% a 40% do valor. Colocou que o intuito da gestão é desfazer a posição neste papéis aproveitando a melhor oportunidade. A respeito de outros papéis da carteira do fundo, falou que zeraram a exposição em Ligth, Petrópolis e Lojas Marisa. Também disse que o processo de análise da gestora não foi alterado, isto é, que faz um trabalho criterioso na análise das empresas e dos papéis que traz para o fundo. Mencionou que o mercado de crédito está passando por ajustes e sofrendo resgates, pois os investidores estão apreensivos. Que o fundo em questão não sofreu fortes resgates até o momento, que estão trabalhando com um volume de caixa de 5 a 10%. Perguntado pelo Diretor Financeiro qual papel o fundo tem maior concentração, respondeu que é a Equatorial, 3,5%; e perguntado sobre os riscos de fraudes contábeis nas empresas como ocorreu com as Lojas Americanas, disse que, embora tais ocorrências sejam raras, dobrou a diligência acerca das empresas. Também colocou que a posição no varejo está zerada. Que a Asset trabalha com Selic de 12,5% para o ano, que estes juros penalizam as companhias em relação ao crédito.

Sobre o fundo BTG PACTUAL ABSOLUTO INST FIC FIA, começou com o cenário internacional, falando de uma alta de 0,5% da curva de juros dos EUA para este ano e 1% em 2024; o crédito no país foi retraído em razão de corte nos bancos regionais. Que a China teve crescimento acima do esperado influenciado pelo consumo interno, que seu setor de minério deve continuar subindo, porém não tem certeza quanto à infraestrutura. Que o FED está quase no limite da subida dos juros, que é preciso monitorar o crescimento empresas. No cenário doméstico mencionou que as expectativas dependem se haverá reforma tributária; que a proposta para o novo arcabouço fiscal, com teto de 2,5%, representa uma medida moderada. Que para a indicação de dois novos diretores para o Bacen há expectativas de recaírem sobre nomes bem conceituados. Que a gestora acredita que somente haverá corte na taxa de juros a partir de novembro. Falou da revisão da meta de inflação e da ampliação da banda de tolerância, o período em que o Bacen deve colocar a inflação dentro da meta, para três anos. A respeito da renda variável falou que começou o ano com muita incerteza, por exemplo, equiparar as receitas frente as despesas; que o fundo Absoluto existe há 10 anos com a mesma equipe; acredita que o cenário futuro será favorável; que os papéis das empresas que a gestora escolhem para o fundo passam por análise fundamentalista; assume ter sido um erro não ter investido em commodities (Vale, Petro); que a maior exposição da carteira do fundo está em primeiro lugar em Equatorial – 11%, depois Localiza – 9%, depois Itaú – 8%, Drogasil – 8%, Assaí – 7%.

Encerrou se colocando à disposição para novos esclarecimentos e prometendo enviar material apresentado.

Sem mais a acrescentar a reunião foi encerrada.

Reunião ordinária comitê de investimentos 19 de maio de 2023

1) Carteira de Investimentos do Instituto, cenários e despesas. A carteira do IPRED encerrou o mês de abril com um total de R\$ 167.461.247,76 de PL. A rentabilidade da carteira foi de R\$ 1.550.915,62, que equivale aproximadamente a 0,94%. Dos recursos da carteira, R\$ 130.086.210,55 um percentual de 77,68%, estão alocados em fundos de renda fixa e os outros 37.375.037,21%, em fundos de renda variável e outros (multimercado, imobiliários, FIP's e exterior). Do PL, a quantia de R\$ 157.191.273,55 compreende a reserva para despesas previdenciárias, e os outros 10.269.974,21, a reserva para despesas administrativas.

As perspectivas para o mercado doméstico segundo o Boletim Focus de 12/05/23 estão no quadro abaixo:



Mediana - Agregado	2023							2024						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	6,01	6,02	6,03 ▲ (1)		150	6,00	63	4,18	4,16	4,15 ▼ (2)		144	4,12	61
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	0,90	1,00	1,02 ▲ (1)		111	1,00	40	1,40	1,40	1,38 ▼ (2)		101	1,27	37
Câmbio (R\$/US\$)	5,24	5,20	5,20 = (3)		123	5,20	51	5,26	5,25	5,20 ▼ (1)		119	5,20	49
Selic (% a.a)	12,50	12,50	12,50 = (4)		136	12,50	62	10,00	10,00	10,00 = (13)		131	10,00	60
IGP-M (variação %)	3,50	2,14	2,03 ▼ (5)		85	1,51	31	4,18	4,14	4,14 = (1)		70	4,20	27
IPCA Administrados (variação %)	10,20	10,70	10,53 ▼ (2)		101	10,36	26	4,50	4,50	4,50 = (5)		87	4,27	22
Conta corrente (US\$ bilhões)	-49,90	-47,70	-47,30 ▲ (5)		34	-47,45	14	-52,00	-52,25	-52,50 ▼ (1)		32	-53,05	12
Balança comercial (US\$ bilhões)	55,48	60,00	60,00 = (2)		33	55,00	15	52,30	55,00	54,80 ▼ (1)		30	54,60	13
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	80,00	80,00	80,00 = (20)		31	80,00	13	80,00	80,00	80,00 = (15)		30	80,00	12
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	61,30	60,70	60,70 = (1)		29	61,00	11	64,50	64,10	64,20 ▲ (2)		26	63,75	10
Resultado primário (% do PIB)	-1,00	-1,00	-1,00 = (4)		40	-1,10	15	-0,80	-0,80	-0,80 = (8)		37	-0,80	14
Resultado nominal (% do PIB)	-7,80	-7,80	-7,80 = (2)		28	-7,93	12	-7,10	-7,00	-7,00 = (3)		26	-7,00	11

O diretor financeiro fez a leitura do relatório que a LDB, consultora do Instituto, divulga mensalmente analisando os cenários doméstico e internacional do mês que se encerrou e dá perspectivas para os períodos seguintes, baseando-se no relatório Focus, opinião de especialistas e informações divulgadas pelos órgãos de mercado, como o COPOM e FED, e faz recomendações para carteiras de RPPS's. O Diretor comentou que IBOVESPA em abril fechou positivo em 2,5%, perfazendo -4,83% no ano. A Consultoria, com base no cenário analisado, segue recomendando a compra direta de NTN-Bs como estratégia para ancoragem de rentabilidade acima da meta atuarial e contribuindo para redução da volatilidade global da carteira em razão da marcação na curva, contudo tal estratégia requer carregamento dos títulos até seu vencimento, por esta razão este tipo de investimento precisa ser respaldado por estudo ALM.

O diretor informou que neste mês o fundo BB PREVID RF TP IPCA, da conta segregada para o COMPREV, chegou em seu vencimento e será encerrado, devolvendo o principal mais os juros, pouco mais de 15,8 milhões. Ainda, colocou que a carteira do Instituto está muito próxima do limite de alocação em fundos enquadrados no Artigo 7º, Inciso III, alínea "a" da Resolução do CMN 4.963/21, ou seja, aqueles atrelados à taxa DI, por esta razão não há mais espaço para aplicações neste seguimento, embora seja o mais indicado para o momento tendo em vista seu curtíssimo prazo e baixo risco com performance favorecida no atual cenário. Desta forma, propôs alocar o valor do pagamento do fundo acima citado para o fundo BB RF REFERENCIADO DI TP FI LP que é um fundo 100% Títulos Públicos que busca o percentual do CDI. Ele é enquadrado no Artigo 7º, Inciso I, alínea "b" da Resolução do CMN 4.963/21 que permite alocação de até 100% da carteira. O fundo foi credenciado no Instituto e não possui impedimentos para receber recursos de RPPS's, além disso sua rentabilidade está em linha com o índice a qual persegue. O sr. João também sugeriu que o recurso aplicado no BB PREVID RF TP IPCA I, este da conta previdenciária do Banco do Brasil, seja realocado para o REFERENCIADO DI. O fundo IPCA I venceu ano passado, contudo o valor poderia continuar investido no fundo até solicitação de resgate pelo cotista. No momento atual, segundo o diretor, o fundo já não entrega o mesmo rendimento, por isso é mais interessante desfazer a aplicação e realocá-la no fundo citado.

Os membros do Comitê concordaram com as realocações acima. Também concordaram em continuar movimentando os fundos de DI para pagamento das obrigações do Instituto e, quando, necessário resgatar de outros fundos de renda fixa com liquidez.

2) Dívida da PMD: O diretor financeiro atualizou o Comitê quanto aos valores da dívida da PMD referentes a parte da alíquota suplementar do período de 05/2018 a 01/2021. O total atualizado desse montante está em R\$ 343.887.897,44. Que essa atualização foi oficializada junto a PMD para providências quanto a sua regularização.

3) Reversão de valor do fundo de custeio: O Conselho Deliberativo do Instituto autorizou a reversão, para a conta previdenciária, do valor do saldo que havia em 31/12/2021 aplicado nos fundos segregados para manutenção das despesas administrativas do Instituto. Deste modo, a partir do próximo mês, o total de R\$ 10.073.172,75 deverá ser repassado das contas bancárias destinadas às despesas administrativas para as contas bancárias destinadas às despesas previdenciárias. A razão desta movimentação é pelo fato de que a cada exercício há sobras dos recursos referentes à taxa de administração destinados ao custeio do Instituto. Além disso, a Portaria 1.467/22 da SEPREV, em seu Artigo 84, Inciso III, Alínea "b" regulamentou tanto a manutenção da vinculação deste recurso à reserva administrativa quanto sua reversão, desde que autorizada pelo Conselho Deliberativo, para pagamento de benefícios previdenciários. De outra parte, há que realizar ainda, neste exercício, o repasse do valor da taxa de administração referente 2022, isto é, segregar o valor de R\$ 5.120.622,92 para o custeio, assim somente será necessário repassar a diferença de R\$ 4.952.549,83 e fazer a devida contabilização.

Sem mais a acrescentar a reunião foi encerrada.

Reunião ordinária comitê de investimentos 30 de junho de 2023

1) Carteira de Investimentos do Instituto, cenários e despesas. O diretor financeiro iniciou fazendo a leitura do relatório que a LDB, consultora do Instituto, divulga mensalmente analisando os cenários doméstico e internacional do mês que se encerrou e que dá perspectivas para os períodos seguintes, baseando-se no relatório Focus, opinião de especialistas e informações divulgadas pelos órgãos de mercado, como o COPOM e FED, fazendo recomendações para as carteiras de RPPS's. A Consultoria, com base no cenário analisado, segue recomendando a compra direta de NTN-B's como estratégia para ancoragem de rentabilidade acima da meta atuarial e contribuindo para redução da volatilidade global da carteira em razão da marcação na curva, contudo tal estratégia requer carregamento dos títulos até seu vencimento, por esta razão este tipo de investimento precisa ser respaldado por estudo ALM. O diretor comentou que em conversa com o consultor responsável foi informado que o mercado já sinalizou o fechamento da curva de juros, cenário que passa a impactar positivamente nos preços dos IMA-s, portanto é importante estar atento ao momento de movimentar a carteira visando a valorização desses títulos. O consultor colocou que o impacto é maior sobre os IMA's mais longos, contudo, como o cenário ainda é de risco, é preferível optar pelo IMA-B ao IMA-B5+ que é muito volátil.

As perspectivas para o mercado doméstico segundo o Boletim Focus de 23/06/23 estão no quadro abaixo:

Mediana - Agregado	2023							2024						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	5,71	5,12	5,06	▼ (6)	153	4,98	97	4,13	4,00	3,98	▼ (4)	152	3,94	96
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	1,26	2,14	2,18	▲ (7)	113	2,19	59	1,30	1,20	1,22	▲ (1)	106	1,17	56
Câmbio (R\$/US\$)	5,11	5,00	5,00	= (1)	120	5,00	72	5,17	5,10	5,10	= (1)	117	5,10	71
Selic (% a.a)	12,50	12,25	12,25	= (1)	143	12,25	79	10,00	9,50	9,50	= (1)	140	9,50	77
IGP-M (variação %)	0,67	-1,21	-1,86	▼ (11)	77	-2,25	52	4,05	4,00	4,00	= (1)	68	4,00	47
IPCA Administrados (variação %)	9,44	9,09	9,03	▼ (8)	100	9,02	66	4,50	4,50	4,44	▼ (3)	88	4,50	58
Conta corrente (US\$ bilhões)	-47,06	-45,29	-43,90	▲ (3)	33	-47,50	9	-52,40	-51,02	-51,01	▲ (2)	32	-53,00	8
Balança comercial (US\$ bilhões)	60,00	61,15	62,00	▲ (3)	33	60,00	11	55,00	57,80	55,61	▼ (1)	29	57,54	8
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	80,00	79,00	78,80	▼ (2)	30	80,00	10	80,00	80,00	80,00	= (21)	29	80,00	9
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	61,00	60,60	60,47	▼ (1)	30	60,50	9	64,50	64,20	63,90	▼ (5)	28	63,35	8
Resultado primário (% do PIB)	-1,10	-1,01	-1,01	= (1)	46	-1,10	15	-0,70	-0,80	-0,80	= (1)	44	-0,80	13
Resultado nominal (% do PIB)	-7,85	-7,77	-7,74	▲ (3)	30	-7,80	9	-7,00	-7,00	-7,00	= (9)	28	-7,00	7

A carteira do IPRED encerrou o mês de maio com um total de R\$ 166.574.404,94 de PL. A rentabilidade da carteira foi de R\$ 4.049.700,40, que equivale aproximadamente a 2,49%. No ano a rentabilidade está em 5,9%, frente uma meta de 5%. Dos recursos da carteira, R\$ 135.841.443,25 um percentual de 81,55%, estão alocados em fundos de renda fixa e os outros 30.732.961,69%, em fundos de renda variável e outros (multimercado, imobiliários, FIP's e exterior). Do PL, a quantia de R\$ 156.525.583,24 compreende a reserva para despesas previdenciárias, e os outros 10.048.821,70, a reserva para despesas administrativas.

A parte da carteira alocada em fundos de crédito privado continua passivamente desenquadrada em função da redução do PL e do rendimento desses fundos. A legislação concede prazo de 6 meses para regularização nesses casos, diante disso o Instituto está gerindo esse prazo para movimentações mais oportunas.

Quanto às movimentações da carteira, a gestão está acompanhando o mercado e as sugestões da consultoria a fim de determinar a melhor oportunidade de ajustar a carteira ao cenário de fechamento da curva, ou seja, alocar parte dos recursos em fundos atrelados aos IMA's.

Para pagamento de despesas permanece a utilização dos fundos de curtíssimo prazo, DI, para resgate dos recursos necessários às obrigações e caso necessário utilizar demais fundos que tenham liquidez, inclusive renda variável, que estejam com variação positiva para que não sejam realizadas perdas.

2) Dívida da PMD: O diretor financeiro atualizou o Comitê quanto aos valores da dívida da PMD referentes a parte da alíquota suplementar do período de 05/2018 a 01/2021. O total atualizado desse montante está em R\$ 345.960.416,03. Que essa atualização foi oficializada junto a PMD para providências quanto a sua regularização.

Reunião ordinária comitê de investimentos 21 de julho de 2023

1) Carteira de Investimentos do Instituto, cenários e despesas. O diretor financeiro iniciou fazendo a leitura do relatório que a LDB, consultora do Instituto, divulga mensalmente analisando os cenários doméstico e internacional do mês que se encerrou e que dá perspectivas para os períodos seguintes, baseando-se no relatório Focus, opinião de especialistas e informações divulgadas pelos órgãos de mercado, como o COPOM e FED, fazendo recomendações para



as carteiras de RPPS's. A Consultoria, com base no cenário analisado, segue recomendando a compra direta de NTN-B's como estratégia para ancoragem de rentabilidade acima da meta atuarial e contribuindo para redução da volatilidade global da carteira em razão da marcação na curva, contudo tal estratégia requer carregamento dos títulos até seu vencimento, por esta razão este tipo de investimento precisa ser respaldado por estudo ALM. Além disso, segue as expectativas com o fechamento da curva juros, evento impacta diretamente os títulos públicos mais longos, sobretudo aqueles atrelados ao IMA's.

As perspectivas para o mercado doméstico segundo o Boletim Focus de 14/07/23 estão no quadro abaixo:

Mediana - Agregado	2023							2024						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	5,12	4,95	4,95	= (1)	153	4,92	60	4,00	3,92	3,92	= (2)	152	3,83	60
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,14	2,19	2,24	▲ (1)	111	2,24	33	1,20	1,28	1,30	▲ (1)	103	1,20	31
Câmbio (R\$/US\$)	5,00	5,00	5,00	= (4)	123	5,00	35	5,10	5,06	5,05	▼ (3)	121	5,02	34
Selic (% a.a)	12,25	12,00	12,00	= (2)	145	12,00	41	9,50	9,50	9,50	= (4)	143	9,50	41
IGP-M (variação %)	-1,21	-2,64	-2,69	▼ (14)	75	-2,70	23	4,00	4,00	4,00	= (4)	68	4,00	21
IPCA Administrados (variação %)	9,09	8,95	8,91	▼ (11)	94	8,99	30	4,50	4,50	4,47	▼ (1)	82	4,39	28
Conta corrente (US\$ bilhões)	-45,29	-43,07	-43,07	= (1)	32	-40,00	7	-51,02	-50,40	-50,40	= (2)	31	-50,00	7
Balança comercial (US\$ bilhões)	61,15	64,00	65,00	▲ (6)	31	69,00	8	57,80	57,85	60,00	▲ (3)	26	61,80	7
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	79,00	79,50	80,00	▲ (1)	28	80,00	6	80,00	80,00	80,00	= (24)	27	81,40	6
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	60,60	60,60	60,52	▼ (1)	28	60,60	6	64,20	64,00	64,00	= (2)	27	62,00	5
Resultado primário (% do PIB)	-1,01	-1,00	-1,00	= (1)	41	-1,10	10	-0,80	-0,80	-0,80	= (4)	39	-0,80	9
Resultado nominal (% do PIB)	-7,77	-7,70	-7,64	▲ (2)	27	-7,36	7	-7,00	-7,00	-7,00	= (12)	24	-6,46	6

A carteira do IPRED encerrou o mês de junho com um total de R\$ 151.349.322,43 de PL. A rentabilidade da carteira foi de R\$ 3.074.764,55, que equivale aproximadamente a 1,92%. No ano a rentabilidade está em 7,82%, frente uma meta de 5,34%. Dos recursos da carteira, R\$ 119.133.980,44 um percentual de 78,71%, estão alocados em fundos de renda fixa e os outros 32.215.341,99, 21,29%, em fundos de renda variável e outros (multimercado, imobiliários, FIP's e exterior). Do PL, a quantia de R\$ 146.633.237,21 compreende a reserva para despesas previdenciárias, e os outros 4.716.085,22, a reserva para despesas administrativas.

Tendo em vista o desenquadramento passivo da carteira alocada em fundos de crédito privado, desenquadrada em função da redução do PL e do rendimento desses fundos, e as recomendações de especialistas e consultores, conforme registrado na Ata da reunião anterior, o diretor financeiro sugeriu a realocação do total dos recursos aplicados no fundo MONGERAL AEGON CRÉDITO PRIVADO INST FI RF LP. Comentou que o fundo encerrou negativo no último mês e que tal resultado não é compatível com esse tipo de estratégia, tendo em vista que ela deve superar a taxa DI uma vez compra mais risco. Disse que em contato com a distribuidora do produto foi informado que o fundo sofreu muitos resgates, passando de um PL de cerca de 1 bilhão para cerca de 300 milhões. Assim, sugeriu transferir o recurso para o MAGINFLAÇÃO ALOCAÇÃO DINÂMICA FI RF LP, um fundo de renda fixa com estratégia que possibilita ao gestor alterar o prazo médio da carteira, isto é encurtar ou alongar o vencimento médio dos papéis da carteira do fundo, através de títulos públicos NTN-B's. Deste modo, tem por objetivo buscar retorno através desse ativos de renda fixa, além de derivativos e cotas de outros fundos de investimento, sendo vedada a exposição em renda variável, mercado externo e alavancagem. Não tem prazo de encerramento ou de carência, D+0 para conversão de cotas e D+2 para pagamento de resgates. Sua taxa de administração é de 0,5%, não tem taxa de entrada ou de saída, porém taxa de performance de 20% sobre o que exceder o IMA-B, seu benchmark. A análise solicitada à LDB, consultora do Instituto, não apontou impedimentos para o fundo receber recursos deste RPPS e demonstrou que sua performance no prazo analisado de 24 meses está em linha com seu objetivo. O diretor mencionou que essa realocação deve ajustar o desenquadramento da carteira, além de possibilitar melhores retornos considerando o iminente fechamento da curva de juros de acordo com expectativas do mercado.

Os membros do Comitê concordaram com a movimentação acima sugerida.

Para o pagamento de despesas com a folha de benefícios, o Comitê concordou em permanecer com a utilização dos fundos de curtíssimo prazo, DI, para resgate dos recursos necessários às obrigações e caso necessário utilizar demais fundos que tenham liquidez, inclusive renda variável, que estejam com variação positiva para que não sejam realizadas perdas.

2) Dívida da PMD: O diretor financeiro atualizou o Comitê quanto aos valores da dívida da PMD referentes a parte da alíquota suplementar do período de 05/2018 a 01/2021. O total atualizado desse montante está em R\$ 347.255.595,93. Que essa atualização foi oficializada junto a PMD para providências quanto a sua regularização.

Sem mais a acrescentar a reunião foi encerrada.

Reunião ordinária comitê de investimentos 30 de agosto de 2023

1) Carteira de Investimentos do Instituto, cenários e despesas. O diretor financeiro iniciou fazendo a leitura do relatório que a LDB, consultora do Instituto, divulga mensalmente analisando os cenários doméstico e internacional do mês que se encerrou e que dá perspectivas para os períodos seguintes, baseando-se no relatório Focus, opinião de especialistas e informações divulgadas pelos órgãos de mercado, como o COPOM e FED, fazendo recomendações para as carteiras de RPPS's. A Consultoria, com base no cenário analisado, mantém recomendação de compra direta de títulos de tesouro, NTN-B's como estratégia para ancoragem de rentabilidade acima da meta atuarial e contribuindo para redução da volatilidade global da carteira em razão da marcação na curva, frisando que tal estratégia requer carregamento dos títulos até seu vencimento, razão pela qual este tipo de investimento precisa ser respaldado por estudo ALM. Também continua as expectativas com o fechamento da curva juros, evento que impacta diretamente os títulos públicos mais longos, sobretudo aqueles atrelados ao IMA's.

As perspectivas para o mercado doméstico segundo o Boletim Focus de 25/08/2023 estão no quadro abaixo:

Mediana - Agregado	2023							2024						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. Hoje sem anal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***		Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. Hoje sem anal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	
IPCA (variação %)	4,84	4,90	4,90 =	(1)	153	4,94	58	3,89	3,86	3,87 ▲	(1)	151	3,82	57
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,24	2,29	2,31 ▲	(1)	110	2,37	28	1,30	1,33	1,33 =	(1)	104	1,22	25
Câmbio (R\$/US\$)	4,91	4,95	4,98 ▲	(3)	122	5,00	36	5,00	5,00	5,00 =	(4)	118	5,07	36
Selic (% a.a)	12,00	11,75	11,75 =	(3)	145	11,75	37	9,25	9,00	9,00 =	(3)	144	9,00	37
IGP-M (variação %)	-3,27	-3,43	-3,44 ▼	(1)	72	-3,29	21	4,00	4,00	4,00 =	(10)	69	4,24	20
IPCA Administrados (variação %)	8,90	9,93	9,97 ▲	(5)	97	10,10	25	4,40	4,30	4,27 ▼	(3)	88	4,19	22
Conta corrente (US\$ bilhões)	-42,90	-43,00	-43,00 =	(3)	33	-36,43	8	-50,00	-50,00	-50,00 =	(1)	32	-50,00	7
Balança comercial (US\$ bilhões)	66,00	71,70	70,90 ▼	(1)	32	73,00	9	60,00	60,00	60,00 =	(6)	29	60,00	7
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	80,00	80,00	80,00 =	(6)	30	80,00	7	80,00	80,00	80,00 =	(30)	29	75,31	6
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	60,40	60,40	60,60 ▲	(1)	26	61,00	6	63,90	63,90	63,95 ▲	(1)	26	64,00	6
Resultado primário (% do PIB)	-1,00	-1,00	-1,00 =	(7)	41	-1,03	13	-0,80	-0,75	-0,75 =	(1)	39	-0,70	12
Resultado nominal (% do PIB)	-7,45	-7,40	-7,40 =	(1)	27	-7,47	6	-6,90	-6,75	-6,90 ▼	(1)	26	-6,51	6

A carteira do IPRED encerrou o mês de julho com um total de R\$ 146.169.151,83 de PL. A rentabilidade da carteira foi de R\$ 2.068.311,95, que equivale aproximadamente a 1,44% contra uma meta de 0,54%. No ano a rentabilidade está em 9,44%, frente uma meta de 5,84%. Dos recursos da carteira, R\$ 113.143.658,61 um percentual de 77,41%, estão alocados em fundos de renda fixa e os outros 33.025.493, 22,59%, em fundos de renda variável e outros (multimercado, imobiliários, FIP's e exterior). Do PL, a quantia de R\$ 141.726.229,30 compreende a reserva para despesas previdenciárias, e os outros 4.442.922,53, a reserva para despesas administrativas.

O sr. João sugeriu zerar a posição no fundo BTG PACTUAL ABSOLUTO, atualmente com pouco mais de 4 milhões de reais de recursos do IPRED investidos, com intuito de adequar a carteira para uma posição mais próxima aquela sugerida pelo estudo ALM referente à renda variável e também em razão da performance do fundo que não tem entregado bons resultados. Todavia, essa movimentação deverá aguardar a recuperação da rentabilidade do investimento porque hoje sua variação patrimonial está negativa, então sugeriu que, assim que atingir uma posição positiva, realizar o resgate e realocá-lo para renda fixa ou destiná-lo para pagamento de folha.

Os membros do Comitê concordaram a sugestão acima.

Para o pagamento de despesas com a folha de benefícios, o Comitê concordou em permanecer com a utilização dos fundos de curtíssimo prazo, DI, para resgate dos recursos necessários às obrigações e caso necessário utilizar demais fundos que tenham liquidez, inclusive renda variável, que estejam com variação positiva para que não sejam realizadas perdas.

2) Dívida da PMD: O diretor financeiro atualizou o Comitê quanto aos valores da dívida da PMD referentes a parte da alíquota suplementar do período de 05/2018 a 01/2021. O total atualizado desse montante está em R\$ 348.174.066,29. Que enviou à PMD o ofício N° 69/23 a respeito dessa atualização da dívida e solicitando providências quanto a sua regularização.

Sem mais a acrescentar a reunião foi encerrada.



Reunião ordinária comitê de investimentos 15 de setembro de 2023

1) Carteira de Investimentos do Instituto, cenários e despesas. O diretor financeiro iniciou fazendo a leitura do relatório que a LDB, consultora do Instituto, divulga mensalmente analisando os cenários doméstico e internacional do mês que se encerrou e que dá perspectivas para os períodos seguintes, baseando-se no relatório Focus, opinião de especialistas e informações divulgadas pelos órgãos de mercado, como o COPOM e FED, e fazem recomendações para as carteiras de RPPS's. A Consultora, conforme relatório disponibilizado, sustenta sua recomendação quanto a compra direta de títulos de tesouro, NTN-B's como estratégia para ancoragem de rentabilidade acima da meta atuarial e contribuindo para redução da volatilidade global da carteira em razão da marcação na curva, frisando que tal estratégia requer carregamento dos títulos até seu vencimento, razão pela qual este tipo de investimento precisa ser respaldado por estudo ALM. O IBOVESPA de agosto fechou em -5,09%, porém no ano está 5,47%. O IPCA de agosto foi de 0,23%, e no ano está em 3,23%.

As perspectivas para o mercado doméstico segundo o Boletim Focus de 08/09/2023 estão no quadro abaixo:

Mediana - Agregado	2023							2024						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	4,84	4,92	4,93	▲ (2)	151	4,93	67	3,86	3,88	3,89	▲ (3)	149	3,82	66
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,29	2,56	2,64	▲ (3)	110	2,96	54	1,30	1,32	1,47	▲ (1)	104	1,60	51
Câmbio (R\$/US\$)	4,93	4,98	5,00	▲ (1)	116	5,00	47	5,00	5,00	5,02	▲ (1)	113	5,04	46
Selic (% a.a)	11,75	11,75	11,75	= (5)	136	11,75	57	9,00	9,00	9,00	= (5)	135	9,00	56
IGP-M (variação %)	-3,49	-3,56	-3,54	▲ (1)	72	-3,53	32	4,00	4,00	4,00	= (12)	68	4,00	30
IPCA Administrados (variação %)	9,03	10,02	10,10	▲ (7)	97	10,19	37	4,35	4,28	4,28	= (1)	86	4,27	32
Conta corrente (US\$ bilhões)	-43,00	-43,00	-42,80	▲ (1)	31	-44,15	14	-50,20	-50,20	-50,00	▲ (1)	30	-51,00	13
Balança comercial (US\$ bilhões)	70,00	72,35	70,10	▼ (1)	31	70,85	16	60,00	60,00	60,00	= (8)	28	60,00	13
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	80,00	80,00	80,00	= (8)	28	80,00	13	80,00	80,00	80,00	= (32)	27	80,00	12
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	60,40	60,45	60,40	▼ (2)	31	60,15	15	63,95	63,95	63,90	▼ (1)	31	64,00	15
Resultado primário (% do PIB)	-1,00	-1,00	-1,00	= (9)	42	-1,00	20	-0,80	-0,71	-0,71	= (1)	40	-0,73	20
Resultado nominal (% do PIB)	-7,45	-7,45	-7,40	▲ (1)	30	-7,30	14	-6,90	-6,80	-6,80	= (1)	29	-6,60	14

A carteira do IPRED encerrou o mês de agosto com um total de R\$ 141.266.593,28 de PL. A rentabilidade da carteira foi de R\$ 360.737,16, que equivale aproximadamente a 0,26% contra uma meta de 0,65%. No ano a rentabilidade está em 9,51%, frente uma meta de 6,53%. Dos recursos da carteira, R\$ 109.064.273,05, um percentual de 77,20%, estão alocados em fundos de renda fixa e os outros 32.202.320,23, 22,80%, em fundos de renda variável e outros (multimercado, imobiliários, FIP's e exterior). Do PL, a quantia de R\$ 137.114.575,82 compreende a reserva para despesas previdenciárias, e os outros 4.152.017,46, a reserva para despesas administrativas.

A movimentação sugerida na reunião anterior, quanto ao fundo BTG PACTUAL ABSOLUTO, ainda não foi realizada em razão da posição desse investimento ainda estar negativa em relação à aplicação inicial, que foi de 5 milhões de reais, estando o fundo atualmente com pouco mais 4,5 milhões de reais.

O diretor financeiro mencionou que o investimento no fundo BB RF REFERENCIADO DI TP está muito próximo de atingir o limite de 20% do PL do Instituto, que é provável que no próximo mês ele fique desenquadrado em relação a essa disposição dada pela Resolução 4.963/21. Assim, sugeriu que seja resgatado parte desse fundo para o pagamento da folha do próximo mês, isto é, o valor que faltar para completar a insuficiência do caixa no adiantamento do dia 11/10, aproximadamente 8 milhões de reais. O Comitê aprovou a sugestão.

Para o pagamento de despesas com a folha de benefícios, o Comitê concordou em permanecer seguindo a prática de resgatar dos fundos de curtíssimo prazo, DI, para fazer frente às obrigações e caso necessário utilizar demais fundos que tenham liquidez, inclusive renda variável, que estejam com variação positiva para que não sejam realizadas perdas.

2) Dívida da PMD: O diretor financeiro atualizou o Comitê quanto aos valores da dívida da PMD referentes a parte da alíquota suplementar do período de 05/2018 a 01/2021. O total atualizado desse montante está em R\$ 348.883.672,26. Que enviou à PMD o ofício N° 84/23-S a respeito dessa atualização da dívida e solicitando providências quanto a sua regularização.



Reunião ordinária comitê de investimentos 20 de outubro de 2023

1) Carteira de Investimentos do Instituto, cenários e despesas. O diretor financeiro iniciou fazendo a leitura do relatório que a LDB, consultora do Instituto, divulga mensalmente analisando os cenários doméstico e internacional do mês que se encerrou e que dá perspectivas para os períodos seguintes, baseando-se no relatório Focus, opinião de especialistas e informações divulgadas pelos órgãos de mercado, como o COPOM e FED, e fazem recomendações para as carteiras de RPPS's. A posição da Consultora acerca das recomendações para novas aplicações ainda é a mesma que vem adotando há meses, isto é, a compra direta de títulos de tesouro, NTN-B's como estratégia para ancoragem de rentabilidade acima da meta atuarial para redução da volatilidade global da carteira pela marcação na curva, e que tal estratégia exige carregamento dos títulos até seu vencimento, razão pela qual este tipo de investimento precisa ser respaldado por estudo ALM. Sobre o IBOVESPA, este fechou o mês de setembro em 0,7% e perfaz um acumulado de 6,22% no ano.

As perspectivas para o mercado doméstico segundo o Boletim Focus de 13/10/2023 estão no quadro abaixo:

Mediana - Agregado	2023							2024						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	4,86	4,86	4,75	▼ (1)	154	4,69	73	3,86	3,88	3,88	= (1)	153	3,85	72
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,89	2,92	2,92	= (3)	113	2,90	47	1,50	1,50	1,50	= (4)	109	1,50	45
Câmbio (R\$/US\$)	4,95	5,00	5,00	= (1)	119	5,00	52	5,00	5,02	5,05	▲ (1)	115	5,10	51
Selic (% a.a)	11,75	11,75	11,75	= (10)	141	11,75	61	9,00	9,00	9,00	= (10)	139	9,00	60
IGP-M (variação %)	-3,75	-3,69	-3,69	= (2)	75	-3,68	34	3,99	3,96	3,96	= (3)	71	4,00	32
IPCA Administrados (variação %)	10,20	10,20	10,10	▼ (2)	100	10,10	45	4,27	4,31	4,31	= (2)	86	4,40	40
Conta corrente (US\$ bilhões)	-43,40	-42,65	-40,40	▲ (2)	29	-43,00	13	-50,00	-51,70	-51,00	▲ (1)	28	-54,00	12
Balança comercial (US\$ bilhões)	70,40	72,90	73,70	▲ (2)	29	74,86	14	60,00	60,60	60,35	▼ (2)	26	62,00	11
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	80,00	80,00	80,00	= (13)	26	80,00	13	80,00	80,00	80,00	= (37)	25	80,00	12
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	60,50	60,50	61,00	▲ (1)	26	61,00	11	63,80	63,90	64,05	▲ (1)	26	64,10	11
Resultado primário (% do PIB)	-1,00	-1,10	-1,10	= (2)	37	-1,20	17	-0,73	-0,83	-0,83	= (1)	36	-0,85	17
Resultado nominal (% do PIB)	-7,40	-7,40	-7,50	▼ (1)	25	-7,40	11	-6,57	-6,59	-6,75	▼ (2)	24	-6,70	11

A carteira do IPRED encerrou o mês de setembro com um total de R\$ 136.471.789,60 de PL. A rentabilidade da carteira foi de R\$ 1.189.509,31, que equivale aproximadamente a 0,88% contra uma meta de 0,68%. No ano a rentabilidade está em 10,61%, frente uma meta de 7,36%. Dos recursos da carteira, R\$ 104.584.640,48, um percentual de 76,63%, estão alocados em fundos de renda fixa e os outros 31.887.149,12, 23,37%, em fundos de renda variável e outros (multimercado, imobiliários, FIP's e exterior). Do PL, a quantia de R\$ 132.652.338,14 compreende a reserva para despesas previdenciárias, e os outros 3.819.451,46, a reserva para despesas administrativas.

A movimentação sugerida na reunião de 30/08/23, quanto ao fundo BTG PACTUAL ABSOLUTO, ainda não foi realizada em razão da posição desse investimento ainda estar negativa em relação à aplicação inicial, que foi de 5 milhões de reais, estando o fundo atualmente com pouco mais 4,6 milhões de reais.

Acerca do fundo WESTER ASSET FIA BDR NÍVEL I informou que se encontra passivamente desenquadrado em relação ao percentual máximo de alocação da carteira, que é de 10%, estando com cerca de 10,4%. Esse desenquadramento se deu em função da redução do PL da carteira do IPRED e pela valorização das cotas do fundo. Contudo, essa variação ainda é negativa em relação às aplicações iniciais no fundo, razão pela qual ocasionaria realização de deságio em caso de resgate de cotas para enquadramento. Em casos de desenquadramentos passivos, como este, a legislação permite um prazo de 6 meses para regularização. O sr. Wesley sugeriu simular a variação considerando apenas as cotas mais antigas do fundo, cujos preços provavelmente foram menores na aquisição, para verificar a possibilidade delas estarem com variação positiva, permitindo o resgate sem deságio e o enquadramento do investimento. Contudo, não sendo possível o resgate sem prejuízo o Comitê concordou aguardar o prazo legal com objetivo de dar a possibilidade do investimento recuperar uma posição favorável ao resgate.

Para o pagamento de despesas com a folha de benefícios, o Comitê concordou em permanecer seguindo a prática de resgatar dos fundos de curtíssimo prazo, DI, para fazer frente às obrigações e caso necessário utilizar demais fundos que



tenham liquidez, inclusive renda variável, que estejam com variação positiva para que não sejam realizadas perdas.

2) **Dívida da PMD:** O diretor financeiro atualizou o Comitê quanto aos valores da dívida da PMD referentes a parte da alíquota suplementar do período de 05/2018 a 01/2021. O total atualizado desse montante está em R\$ 351.273.200,21. Que enviou à PMD o ofício N° 94/23-S a respeito dessa atualização da dívida e solicitando providências quanto a sua regularização.

Reunião ordinária comitê de investimentos 16 de novembro de 2023

1) **Carteira de Investimentos do Instituto, cenários e despesas.** O diretor financeiro iniciou fazendo a leitura do relatório que a LDB, consultora do Instituto, divulga mensalmente analisando os cenários doméstico e internacional tomando como base, no caso, o encerramento de outubro e informando perspectivas para os períodos seguintes, baseando-se no relatório Focus, opinião de especialistas e informações divulgadas pelos órgãos de mercado, como o COPOM e FED, concluindo com recomendações para as carteiras de RPPS's. A posição da Consultora acerca das recomendações para novas aplicações não foi alterada em relação ao que vem recomendando a meses, isto é, a compra direta de títulos de tesouro, NTN-B's como estratégia para ancoragem de rentabilidade acima da meta atuarial para redução da volatilidade global da carteira pela marcação na curva, e que tal estratégia exige carregamento dos títulos até seu vencimento, razão pela qual este tipo de investimento precisa ser respaldado por estudo ALM. Diante disso, fica esclarecido que, até o momento, não tem sido possível ao Ipred seguir essa recomendação em razão de não haver solvência de recursos frente ao seu passivo, conforme demonstrou estudo ALM contrato ano passado. Em razão disto, se faz necessário manter os recursos em investimentos com alta liquidez, não havendo parcela para alocações com carências longas ou carregamento de títulos até o vencimento.

Sobre o IBOVESPA, mencionou que encerrou o mês de outubro em -2,93% e que perfaz um acumulado de 3,11% no ano.

As perspectivas para o mercado doméstico segundo o Boletim Focus de 10/11/23 estão no quadro abaixo:

Mediana - Agregado	2023							2024						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	4,75	4,63	4,59	▼ (1)	153	4,60	61	3,88	3,91	3,92	▲ (3)	152	3,90	60
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,92	2,89	2,89	== (2)	114	2,89	37	1,50	1,50	1,50	== (8)	109	1,53	36
Câmbio (R\$/US\$)	5,00	5,00	5,00	== (5)	123	5,00	48	5,05	5,05	5,08	▲ (1)	120	5,10	47
Selic (% a.a)	11,75	11,75	11,75	== (14)	146	11,75	71	9,00	9,25	9,25	== (2)	145	9,25	70
IGP-M (variação %)	-3,69	-3,55	-3,55	== (1)	78	-3,55	25	3,96	4,00	4,03	▲ (1)	75	4,04	24
IPCA Administrados (variação %)	10,10	9,59	9,38	▼ (6)	100	9,27	29	4,31	4,47	4,46	▼ (1)	92	4,23	27
Conta corrente (US\$ bilhões)	-40,40	-38,25	-38,00	▲ (6)	30	-36,00	7	-51,00	-47,80	-46,50	▲ (1)	29	-45,50	7
Balança comercial (US\$ bilhões)	73,70	75,30	76,00	▲ (6)	30	77,00	9	60,35	62,25	62,70	▲ (2)	27	68,00	7
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	80,00	70,00	69,00	▼ (4)	25	62,60	7	80,00	74,62	73,00	▼ (2)	24	65,00	7
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	61,00	60,61	60,70	▲ (2)	25	61,00	6	64,05	63,65	63,65	== (1)	25	64,25	6
Resultado primário (% do PIB)	-1,10	-1,10	-1,10	== (6)	41	-1,10	10	-0,83	-0,80	-0,80	== (1)	41	-0,80	10
Resultado nominal (% do PIB)	-7,50	-7,51	-7,52	▼ (2)	27	-7,40	6	-6,75	-6,80	-6,80	== (1)	27	-6,90	6

A carteira do IPRED encerrou o mês de outubro com um total de R\$ 126.233.307,83 de PL. A rentabilidade da carteira foi de R\$ -62.610,03, que equivale aproximadamente a -0,05% contra uma meta de 0,66%. No ano a rentabilidade está em 10,14%, frente uma meta de 7,87%. Dos recursos da carteira, R\$ 95.208.842,10, um percentual de 75,42%, estão alocados em fundos de renda fixa e os outros 31.024.465,73 - 24,58%, em fundos de renda variável e outros (multimercado, imobiliários, FIP's e exterior). Do PL, a quantia de R\$ 122.833.888,39 compreende a reserva para



despesas previdenciárias, e os outros 3.399.419,44, a reserva para despesas administrativas.

A movimentação sugerida na reunião de 30/08/23, quanto ao fundo BTG PACTUAL ABSOLUTO, ainda não foi realizada em razão da posição desse investimento ainda estar negativa em relação à aplicação inicial, que foi de 5 milhões de reais, estando o fundo atualmente com pouco mais de 4,5 milhões de reais.

Acerca do fundo WESTER ASSET FIA BDR NÍVEL I informou que continua passivamente desenquadrado em relação ao percentual máximo de alocação da carteira, que é de 10%, estando com pouco mais de 11%. Esse desenquadramento se deu em função da redução do PL da carteira do IPRED e pela valorização das cotas do fundo. Contudo, essa variação ainda é negativa em relação às aplicações iniciais no fundo, razão pela qual ocasionaria realização de deságio em caso de resgate de cotas para enquadramento. Em desenquadramentos passivos, como este, a legislação permite um prazo de 6 meses para regularização. Este investimento foi feito em duas aplicações em datas diferentes, o que gerou dois valores diferentes de cotas, o mais antigo com valor menor. Apesar disso, foi verificado que mesmo no caso das cotas mais antigas ocasionaria variação negativa se fossem resgatadas, conforme foi sugerido na reunião anterior para que se verificasse. Assim, permanece a decisão de aguardar o prazo legal com objetivo de dar a possibilidade do investimento recuperar uma posição favorável ao resgate.

Aproveitando o acima exposto, para fins de esclarecimentos, tendo em vista que a situação financeira atual do Instituto tem exigido o desfazimento de posições em investimentos variados, inclusive de longo prazo, para fazer frente às obrigações mensais, é preocupação do setor financeiro, seguindo princípios e regramentos legais, bem como, atender à Política de Investimentos do órgão, desfazer aquelas posições cuja cota de resgate apresente ágio em relação à cota de aplicação, algo denominado VPA (variação patrimonial aumentativa). Quando este é o estado de um investimento ao se realizar seu resgate, essa variação positiva se torna rentabilidade, ou seja, tal posição foi desfeita com ganhos positivos. Quando o contrário acontece, isto é, a cota de resgate tem valor menor que a cota de aplicação, há VPD (variação patrimonial diminutiva), o resgate nessas condições realiza perdas no investimento. Por este motivo, tem sido prática da gestão financeira do Instituto realizar, sempre que possível, movimentações que não tragam prejuízos para a carteira, isto é, que não estejam com VPD.

Por fim, para o pagamento de despesas com a folha de benefícios, o Comitê concordou em permanecer seguindo a prática de resgatar dos fundos de curtíssimo prazo, DI, para fazer frente às obrigações e caso necessário utilizar demais fundos que tenham liquidez, inclusive renda variável, que estejam com variação positiva para que não sejam realizadas perdas.

2) Dívida da PMD: O diretor financeiro atualizou o Comitê quanto aos valores da dívida da PMD referentes a parte da alíquota suplementar do período de 05/2018 a 01/2021. O total atualizado desse montante está em R\$ 352.775.208,51. Que enviou à PMD o ofício N° 106/23-S a respeito dessa atualização da dívida e solicitando providências quanto a sua regularização.

3) Política de Investimentos para 2024. Em atendimento ao que determinada a Resolução 4.963/21 do CMN, o Comitê de Investimentos do IPRED discutiu e aprovou o texto da Política de Investimentos para o exercício de 2024. Ela representa uma formalidade legal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisão relativo aos investimentos dos RPPS's, a fim de garantir a consistência da gestão dos recursos do Instituto. O documento foi elaborado com ajuda da consultoria contratada do Instituto, a LDB. Uma vez aprovado pelo Comitê, o documento deverá ser submetido ao Conselho Deliberativo também para aprovação.

Evolução da Situação Atuarial

- **Evolução dos Custos por Tipo de Benefício**

Tipo de benefício	Despesa 2021	Despesa 2022	Despesa 2023
Aposentadoria por tempo	R\$ 139.843.327,07	R\$ 166.400.118,68	R\$ 192.912.359,02
Aposentadoria por idade	R\$ 12.092.525,43	R\$ 14.076.417,05	R\$ 15.758.932,94
Aposentadoria por complementação	R\$ 3.352.061,36	R\$ 3.416.733,23	R\$ 4.097.605,08
Aposentadoria por invalidez	R\$ 22.787.077,37	R\$ 24.793.724,76	R\$ 27.516.468,31
Pensão por morte	R\$ 13.989.520,05	R\$ 16.893.471,22	R\$ 19.262.841,99

Custo Previdenciário

CONTRIBUIÇÃO SOBRE FOLHA MENSAL		
DISCRIMINAÇÃO	CUSTO TOTAL (R\$)	%
Aposentadoria por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	R\$ 84.442.936,65	23,65%
Aposentadoria por Invalidez	R\$ 13.032.419,40	3,65%
Pensão por Morte de Segurado Ativo	R\$ 11.782.735,35	3,30%
Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	R\$ 4.677.388,88	1,31%
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	R\$ 1.035.452,50	0,29%
Taxa Administrativa	R\$ 8.569.262,07	2,40%
TOTAL	R\$ 123.540.194,84	34,60%

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

- **Evolução do Resultado Técnico Atuarial**

Plano Previdenciário:

Resultado do sistema de capitalização	2019	2020	2021	2022	2023
equilíbrio atuarial	Déficit 26,10% suplementar	Déficit 35,16% suplementar	Déficit 12,70% suplementar	Déficit 25,00% suplementar	Déficit 6,00% suplementar
plano de custeio	13,30% patronal 11% servidor 1,50% desp.adm	14% patronal 14% servidor 1,50% desp.adm	16% patronal 14% servidor 1,50% desp.adm	16% patronal 14% servidor 1,50% desp.adm	18,71% patronal 14% servidor 2,40% desp.adm

- **Controle interno**



Em 2023, o setor de Controle Interno do IPRED de forma a observar a adequação das atividades envolvidas na manualização dos processos de concessão, realizou a verificação dos benefícios de aposentadorias e pensões. Entre outras atuações destacamos:

- Acompanhamento integral das auditorias da SPPREV/ME, TCE-SP e Ministério Público.
- Suporte aos setores para a mudança de nível Pro Gestão nível I, para o Pro Gestão nível II.
- Treinamento de funcionários.
- Elaboração de relatórios semestrais.

• Relatório de contratos e aditivos

No ano de 2023, o IPRED firmou os seguintes contratos e aditivos:

RELATORIO DE CONTRATOS E ADITIVOS Exercício 2023										
Número do Contrato	Processo	Data	Qtde. Renov.	Objeto	Contratada	Prazo	Publicação	Valor	Modalidade de Contratação	Situação
01/2018	479/2017	12/04/2023	Excepcional	Contratação de empresa para locação de Sistema de Gestão Previdenciária	UniveraPrev Software e Consultoria Ltda	4 meses	15/04/2023	R\$ 23.860,60	Pregão Presencial	Encerrado
02/2022	10/2022	17/04/2023	1	Locação de equipamentos multifuncionais para impressão, cópia e escaneamento com fornecimento de suprimentos, e assistência técnica	Colorsystem do Brasil Com e Sistemas Reprograficos Ltd	12 meses	26/04/2023 / 23/05/2023	R\$ 29.344,70	Pregão Eletrônico	Vigente
01/2023	64/2023	05/07/2023	-	Contratação de empresa para prestação de serviço de locação de licença de uso de Sistema de Gestão Previdenciária	UniveraPrev Software e Consultoria Ltda	12 meses	10/07/2023	R\$ 127.500,00	Pregão Eletrônico	Vigente
02/2023	238/2023	13/07/2023	-	Prestação de serviços necessários a verificar a conformidade do RPPS em atendimento aos requisitos definidos pelo Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial	36 meses	18/07/2023	R\$ 6.325,00	Dispense de Licitação	Vigente
03/2023	245/2023	20/07/2023	-	Contratação de empresa p/ prestação de planejamento, operacionalização e execução de concurso	Instituto Maia de Gestão e Desenvolvimento Social	12 meses	27/07/2023	R\$ 0,00	Dispense de Licitação	Vigente
02/2019	190/2019	07/08/2023	4	Prestação de Serviços de Consultoria Financeira	LDB Consultoria Financeira Ltda EPP	12 meses	08/08/2023	R\$ 4.672,28	Dispense de Licitação	Vigente
Termo de Convênio 01/2020	160/2015	09/08/2023	3	Prestação de serviço de pagamentos de salários, pagamentos a fornecedores e pagamentos diversos	Banco do Brasil S. A.	12 meses	11/08/2023	R\$ 0,00	Convênio	Vigente
04/2023	216/2023	10/08/2023	-	Aquisição de veículo zero km para troca da frota oficial do IPRED	Milazzo-Veiculos, Peças e Serviços Ltda.	36 meses	15/08/2023	R\$ 105.500,00	Pregão Eletrônico	Vigente
03/2018	69/2018	30/08/2023	Excepcional	Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria Técnica com Fornecimento de Sistemas Administrativo e Financeiro	GCASPP Consultoria Contábil e Sistemas Ltda - EPP	6 meses	31/08/2023	R\$ 31.284,24	Pregão Presencial	Vigente
02/2021	288/2021	20/09/2023	2	Prestação de Serviços de Assessoria Atuarial	Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda.	12 meses	25/09/2023	R\$ 13.129,64	Pregão Eletrônico	Vigente
9912474856/23	407/2023	18/10/2023	-	Prestação de Serviços Postais	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	60 meses	20/10/2023	Em média R\$ 1,51 por postagem	Inexigibilidade de Licitação	Vigente



• **Relatório de Licitações – Modalidade Dispensa**

RELATÓRIO DE LICITAÇÕES										
Exercício 2023										
MODALIDADE: Dispensa										
Proc	Modalidade	Número	Abertura	Public.	Finalidade	Qtde. Prop.	Vencedor	Total a pagar	Total pago até 31.12.2023	Contrato
11/2023	Dispensa	1	09/01/2023	-	Aquisição de seguro contra acidentes pessoais para estagiária	3	Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	R\$ 60,99	R\$ 60,99	-
41/2023	Dispensa	2	26/01/2023	-	Aquisição de fragmentadora de papel	3	VLF Máquinas e Soluções Empresariais Ltda.	R\$ 4.382,00	R\$ 4.382,00	-
92/2023	Dispensa	3	15/03/2023	-	Aquisição de eletrodoméstico cooktop	3	Fast Shop S. A.	R\$ 2.534,00	R\$ 2.534,00	-
95/2023	Dispensa	4	22/03/2023	-	Aquisição de material de limpeza e higiene	3	Med Limp Produtos de Limpeza e Descartáveis Ltda / HD Sistemas de Limpeza e Descartáveis Ltda	R\$ 3.730,80	R\$ 3.730,80	-
157/2023	Dispensa	5	04/05/2023	-	Contratação de empresa para renovação de certificado digital tipo e-CPF A3 token	3	Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP	R\$ 167,26	R\$ 167,26	-
231/2023	Dispensa	6	06/06/2023	-	Contratação de empresa para manutenção preventiva de aparelhos de ar-condicionado	3	HZQ Comércio e Serviços de Ar Condicionado Ltda	R\$ 3.660,00	R\$ 3.660,00	-
237/2023	Dispensa	7	15/06/2023	-	Renovação de Seguro do veículo oficial do Instituto	3	Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	R\$ 1.289,32	R\$ 1.289,32	-
238/2023	Dispensa	8	15/06/2023	-	Contratação de empresa para certificação Pró-Gestão Nível II	3	Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda.	R\$ 6.325,00	R\$ 6.325,00	02/2023
245/2023	Dispensa	9	15/06/2023	-	Contratação de empresa p/ prestação de planejamento, operacionalização e execução de concurso	3	Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	03/2023



291/2023	Dispensa	10	19/07/2023	-	Aquisição de material de limpeza e higiene	3	HD Sistemas de Limpeza e Descartáveis Ltda	R\$ 850,85	R\$ 850,85	-
173/2023	Dispensa	11	10/05/2023	-	Aquisição de smartphones corporativos	4	Arthur Lundgren Tecidos S. A. Casas Pernambucanas	R\$ 1.999,98	R\$ 1.999,98	-
348/2023	Dispensa	12	31/08/2023	-	Curso Preparatório para Certificação RPPS	3	Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	-
388/2023	Dispensa	13	26/09/2023	-	Contratação de empresa para impressão de boletins informativos	3	Editora e Impressora Art Graphic Ltda.	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00	-
420/2023	Dispensa	14	19/10/2023	-	Contratação de assinatura anual da suite de aplicativos para escritório Microsoft Office 365 Business	3	Lattine Consult Ltda EPP	R\$ 2.736,95	R\$ 2.736,95	-
442/2023	Dispensa	15	31/10/2023	-	Aquisição de seguro para o novo veículo oficial do Instituto	3	Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	R\$ 1.859,45	R\$ 1.859,45	-
455/2023	Dispensa	16	09/11/2023	-	Contratação de empresa para prestação de serviço de avaliação técnica patrimonial dos imóveis do IPRED	3	Elo Engenharia, Comércio e Construções Ltda - EPP	R\$ 3.160,00	R\$ 3.160,00	-
480/2023	Dispensa	17	29/11/2023	-	Renovação de seguro empresarial	3	Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	R\$ 687,41	R\$ 687,41	-
501/2023	Dispensa	18	18/12/2023	-	Contratação de empresa para a impressão de boletins informativos	3	Editora e Impressora Art Graphic Ltda.	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00	-

• Relatório de Licitações – Modalidade Pregão Eletrônico

MODALIDADE: Pregão Eletrônico										
Proc	Modalidade	Número	Abertura	Public.	Finalidade	Qtde. Prop.	Vencedor	Total a pagar	Total pago até 31.12.2023	Contrato
64/2023	Pregão Eletrônico	1	16/02/2023	21/06/2023	Contratação de empresa para prestação de serviço de locação de licença de uso de Sistema de Gestão Previdenciária	1	Universalprev Software e Consultoria Ltda	R\$ 127.500,00	R\$ 23.460,00	01/2023
216/2023	Pregão Eletrônico	2	02/06/2023	08/08/2023	Aquisição de veículo zero km para troca da frota oficial do IPRED	2	Milazzo-Veiculos, Peças e Serviços Ltda.	R\$ 105.500,00	R\$ 105.500,00	04/2023

• Relatório de Licitações – Inexigibilidade

MODALIDADE: Inexigibilidade										
Proc	Modalidade	Número	Abertura	Public.	Finalidade	Qtde. Prop.	Vencedor	Total a pagar	Total pago até 31.12.2023	Contrato
30/2023	Inexigibilidade	1	19/01/2023	24/01/2023	Capacitação de servidores através de curso presencial completo da Nova Lei de Licitações Nº 14.133/2021	1	Universo Licitações Ltda.	R\$ 3.580,00	R\$ 3.580,00	-
158/2023	Inexigibilidade	2	04/05/2023	05/05/2023	Capacitação de servidores através de curso presencial de e-Social	1	Meta Cursos e Treinamento Ltda	R\$ 5.400,00	R\$ 5.400,00	-
407/2023	Inexigibilidade	3	06/09/2023	09/10/2023	Contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT para Prestação de Serviços Postais	1	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	Em média R\$ 1,51 por postagem	R\$ 3.314,88	9912474856/23



Jurídico

RELATÓRIO DE ATIVIDADES EXERCIDAS PELA PROCURADORIA DO IPRED – ANO DE 2023

Em análise do exercício de 2023, esta Procuradoria Jurídica representou judicialmente e extrajudicialmente o IPRED, atuando o Instituto como polo passivo em demandas judiciais tanto em fase de conhecimento, como em de execução, além de pareceres em processos administrativos, como segue

- Ações Judiciais em que servidores aposentados em regime especial, devido a laborarem em situações de insalubridade, pleiteiam que os proventos sejam concedidos com integralidade aos vencimentos em atividade, e não calculados pela média aritmética simples de 80% das maiores remunerações; pleiteiam, ainda, paridade de reajuste dos proventos com os servidores estatutários e não pelo índice do RGPS;
- Ações Judiciais em que servidores da ativa pleiteiam aposentadoria por invalidez permanente;
- Ações Judiciais em que aposentados por invalidez permanente com proventos proporcionais requerem proventos integrais, a qual requer perícia judicial para a concessão;
- Ações Judiciais em que Médicos municipais aposentados requerem incorporação de “GEA – Gratificação Especial por Atividade”, gratificação concedida pela Lei Complementar Municipal nº 290/09, aos proventos de aposentadoria;
- Houve Ação Judicial de empregado público contratado pelo regime celetista, anteriormente à promulgação da Constituição Federal, em que pleiteou abono de permanência alegando equiparação a servidor efetivo – demanda improcedente, a favor do IPRED.
- Atuação do IPRED nas demandas referidas, apresentando Contestação em 1º grau; Recurso de Apelação em 2º grau (quando proferida Sentença desfavorável), ou Contrarrazões (quando proferida Sentença favorável e o segurado recorre); Recurso Extraordinário ao STF.

Ações realizadas pelo RPPS em 2023

- Ações de Educação Previdenciária
- Trabalho Socioeducativo- Programa de Preparação para Aposentadoria: De Repente o Futuro
- Grupo de trabalho para discussão da alteração da Lei 220/05
- Curso para conselheiros deliberativos, fiscais, gestores e comitê de investimento sobre a nova certificação exigida pela SPREV.
- 5º Congresso Brasileiro de Investimentos de RPPS - Florianópolis
- 56ª Congresso nacional da ABIPEM – Foz do Iguaçu
- 11º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS's ABIPEM – João Pessoa/Paraíba



- XVI Encontro Jurídico e Financeiro da Apeprem – Águas de Lindóia
- 19º Congresso Estadual de Previdência – Apeprem – São Pedro

Audiência Pública

Foi realizado regularmente a prestação de contas em audiência pública dos seguintes períodos: 3º Quadrimestre de 2022, 1º Quadrimestre, 2º Quadrimestre de 2023. As informações das apresentações encontram-se disponíveis no Site Institucional.

Aprovação pelos Órgãos Colegiados

Este relatório foi aprovado pelo Conselho Deliberativo na reunião de 21/02/2024, e pelo Conselho Fiscal, na reunião de 10/02/2023.